

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.

Mestrado em Planejamento Urbano e Regional.

Título

FORMA E SENTIDO DA RESISTÊNCIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: A LUTA DA OCUPAÇÃO QUILOMBO DAS GUERREIRAS

Autor: Leonardo Brasil Bueno.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Clara Torres Ribeiro.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves (Departamento de Geografia / UFF).

Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Junior (IPPUR/ UFRJ).

Prof. Dr. Álvaro Henrique de Souza Ferreira (Departamento de Geografia/ UERJ/Febf e PUC-Rio).

Rio de Janeiro, maio de 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Ana Clara Torres Ribeiro. (Orientadora)

Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves (Departamento de Geografia / UFF).

Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Junior (IPPUR/ UFRJ).

Prof. Dr. Álvaro Henrique de Souza Ferreira (Departamento de Geografia/
UERJ/Febf e PUC-Rio).

Agradecimentos

- Agradeço a meus pais pelo carinho e por me oferecerem tanto como referências moral e intelectual. Sem o apoio destes, este momento não seria possível. Meus sinceros agradecimentos também a todos que de alguma maneira contribuíram para a minha trajetória acadêmica e afetiva até a conclusão desta pesquisa de dissertação de mestrado. Agradeço a Isete, minha primeira professora escolar a ensinar a importância de educar para a liberdade e à dissidência. Dedico agradecimento especial ao professor João Rua pela amizade e pela rica transmissão de acúmulo crítico, caráter e coragem. Ao professor Álvaro Ferreira pela valiosa contribuição crítica, por sua amizade e pelos diálogos sempre úteis que espero manter agora na Uerj/Febf. Agradeço também a professora Regina Célia de Mattos pelo carinho dedicado, pelo necessário rigor teórico e pela seriedade acadêmica oferecida.

- Gostaria de agradecer, destacadamente, a cuidadosa e inestimável orientação da professora Ana Clara Torres Ribeiro, por sua participação decisiva para a elaboração dessa pesquisa de dissertação. Também pela atenção e interesse mútuo sempre presentes nesse agradável período de convivência. Dedico agradecimento à participação fundamental do professor Carlos Walter Porto-Gonçalves, por suas importantes análises e sugestões. Agradeço ao professor Orlando Júnior pelas idéias bastante relevantes e pelas indicações necessárias para a construção das reflexões proposta nesta pesquisa. Também agradeço a todos os professores e funcionários do IPPUR pelo suporte necessário para minha formação e pela defesa de uma universidade pública de qualidade.

- Aos moradores da ocupação Quilombo das Guerreiras pelo aprendizado, pela lição de coragem e determinação.

- A todos os meus amigos (gosto tanto que nem me arrisco a mencionar nomes).

- Dedico um feliz agradecimento à Renata, pela oportunidade de conviver com sua ampla beleza nestes dois anos e 6 meses.

“ O povo unido não tá de brincadeira, Quilombo das Guerreiras! “.

(Grito característico dos moradores da ocupação Quilombo das
Guerreiras.)

Resumo

Produto e negação dos processos de exclusão social e inclusão precária que insistem em segregar territorialmente ou “condenar a mobilidade” vasta parcela das populações situadas nas grandes cidades dos países periféricos, os recentes movimentos populares urbanos apresentam singularidades que precisam ser pensadas e analisadas cuidadosamente. A partir do estudo do processo de luta por territorialização protagonizado pelo movimento popular identificado como ocupação Quilombo das Guerreiras, pretendemos analisar a prática social territorializada do movimento de moradia - sua forma e sentido - na área central da cidade do Rio de Janeiro. Formado em sua maioria por desempregados e trabalhadores subalternizados do circuito inferior da economia urbana, o movimento representa a possibilidade de resistência - ação reativa e de criação - às novas e velhas formas de exclusão social do território da cidade do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

Product and denial of the processes of social exclusion and precarious inclusion that insists to segregate territorially or "condemn to mobility" large portion of people located in major cities of the peripheral countries, recent urban popular movements have singularities that need to be thoughtful and considered carefully. From the study of the process of fighting for territorialization promoted by the popular movement identified as occupation Quilombo das Guerreiras, we want to examine the territorialized practice of "housing movement" - its shape and meaning - in the central area of Rio de Janeiro. Formed mostly by unemployed and poor workers of the lower circuit of the urban economy, the movement represents the possibility of resistance – reactive action and creation – to the new and old forms of social exclusion in Rio de Janeiro city's territory.

SUMÁRIO

	pág
APRESENTAÇÃO: Construindo o objeto de estudo	09
CAPÍTULO 1: Crise Urbana e Exclusão: de onde vêm as possibilidades de transformação?	18
1.1 A luta dos movimentos de moradia pelo espaço urbano	31
1.2 O crescimento da lutas dos movimentos de moradia no país	37
1.3 As lutas sociais na América Latina contemporânea: os exemplos de Brasil e Argentina	42
CAPÍTULO 2: Resistindo à coerção e ao combate ideológico: a difícil trajetória de um movimento popular pela cidade do Rio de Janeiro	54
2.1 A formação da ocupação Quilombo das Guerreiras: a construção do movimento	54
2.2 A importância das reuniões e das redes de divulgação do movimento.....	65
2.3 O conflito entre as reivindicações do movimento e o posicionamento da Companhia Docas.....	69
2.4 A representação do “espaço degradado”: a grande mídia combate as ocupações urbanas.....	71
CAPÍTULO 3 : Territorialização, sentidos do lugar e a luta dos “sem-teto”	82
pelo direito à cidade.	
3.1 Notas sobre o cotidiano e a cidade	82
3.2 Sentidos do lugar e identidades em construção	88
3.3 A territorialização da ocupação Quilombo das Guerreiras: produção político-cultural e divisão socioespacial do trabalho	90
3.4 Direito à Cidade e Identidade social dos “sem-teto”	103
Conclusão	106

Referências Bibliográficas	110
---	------------

APRESENTAÇÃO

Construindo o objeto de estudo

O que se lerá a seguir é uma pesquisa com seu objeto desenhado e constituído por questões que emergem da problemática em que está inserida a luta pela moradia desenvolvida por movimentos populares em território urbano. Esse contexto se traduz em fenômeno social e político engendrado por falta de adequadas políticas habitacionais governamentais, pela especulação imobiliária, pela divisão social do trabalho - e por demais situações de desigualdades que tem sua origem nas versões periféricas e inacabadas das modernizações capitalistas do Brasil - e pela resistência, com maior ou menor grau de politização, de movimentos populares a essa situação de exclusão social e de inserção social precária e forçada pelo capital.

A partir do caso do movimento popular urbano identificado como ocupação Quilombo das Guerreiras, propomos o entendimento da luta pela moradia como resistência – como ação reativa e ao mesmo tempo de criação - à nossa conservadora formação social que através de múltiplas determinações econômicas e políticas traça rumos do que chamamos aqui a construção do urbano. No que tange ao trabalho, à educação, à saúde e às demais práticas sociais, o processo de formação das cidades, sob a égide do capital, inflexiona e ao mesmo tempo reflete a negação aos direitos sociais de grande parcela da população do país. As múltiplas determinações referidas, seus reflexos e suas inflexões, serão entendidos na relação entre o global e o local, para que não se perca as singularidades do espaço, território e lugar e ao mesmo tempo para que não se compreenda o particular como um processo de construção societária autonomizada. Ou ainda, para que não se caia na armadilha funcionalista de pensar a totalidade social, geográfica e histórica como uma justaposição entre partes da experiência social.

É sempre bom lembrar que nenhum objeto de pesquisa pode ser diretamente deduzido a partir dos dados imediatos, dos fatos brutos, dos

fenômenos isolados, quer da natureza, quer da vida social. É necessário criar obstáculos contra as facilidades do “realismo ingênuo” derivadas do senso comum, das práticas mais próximas, assim como das acomodações aos dados já instituídos de uma determinada cultura e sociedade. Isto não significa desprezar o saber popular e a vida prática. Ao contrário, ajuda a entender o que de ideologia e de falsas promessas do capitalismo estão na vida, nas relações sociais forjando a aparência. Neste sentido, construir o objeto de pesquisa e de conhecimento supõe sempre: um trabalho racional que não aceita e não se adapta ao existente, não aceita a aparência como o real; e crítico, submetido ao debate público quanto á sua própria validade, expondo seus princípios, hipóteses, formulações e conclusões.

Esta investigação tem o seu objeto elaborado a partir da realidade que se apresenta, e da construção metódica, racional e teórica, o que implica em pensar os limites do conhecimento, ou seja, o que pode ser conhecido, como e porque. Neste caminho, primordial para o fato de que a definição e a delimitação do objeto (problema constituído por questões e a escolha da questão norteadora, que por sua vez definirão quais serão os objetivos) não podem ser construídas, elaboradas sem base teórica.

Justificativa

O objeto de estudo aqui proposto apresentou-se como um problema, de fato, em dois sentidos muito marcados. Primeiro, como uma questão de método, como um campo de pesquisa a ser configurado, definido, analisado e traduzido na linguagem articulada de um estudo crítico. Segundo, por haver ainda pouca publicação - em especial na produção científica da Geografia (de onde este autor retirou as bases para sua formação quando em período de graduação) - acerca da forma e sentido de organização dos movimentos populares urbanos atuais e seus processos de construção. Por vários motivos, atrelados a própria lógica do capital e suas inflexões sobre a produção do conhecimento científico e também pelas características atuais desses movimentos de ocupação urbana, há lacunas consideráveis nessa área de conhecimento multidisciplinar. É verdade que no campo da Sociologia encontramos um número significativo de estudos sobre os movimentos sociais

e a existência de necessários trabalhos de narração da história do movimento. Mas, o que estamos argumentando é que há necessidade de dar seguimento/aprofundamento a esses estudos, através de interlocução com outros campos disciplinares como a Geografia Crítica, nossa base, mas também pela abordagem de estudos que ressaltem a relação entre o global e o local, e que possam contribuir para projetos contra-hegemônicos de políticas públicas urbanas. No caso desta dissertação, com abordagens sobre o cotidiano, a territorialização e o lugar da organização desses movimentos sociais urbanos, hoje, tentamos aproximar ainda mais teoria e prática, procurando explicitar a forma e o sentido da resistência expressa nessas ocupações.

Entendendo e refletindo junto com o pensamento crítico que coloca a ciência na história, ao apontar que é o ser concreto das relações sociais que produz o pensamento, portanto aliado ao entendimento de que o conhecimento científico é processo de continuidade e ruptura, há que se fazer um esforço com rigor acadêmico que não despreze, não banalize, mas também não idealize a luta desses recentes movimentos populares. Também cabe ressaltar, neste momento, a importância das tentativas de resgate do caráter efetivamente libertário do pensamento crítico e do socialismo, muitas vezes perdidos durante um caminho repleto de ortodoxia e distorções.

Não é estranho a esse problema um componente que pode ser pensado a partir da posição de classe de militantes, oriundos em sua ampla maioria das camadas mais pobres da população urbana, aos quais a estrutura excludente, e de inclusão social forçada, da sociedade brasileira destina a mera inserção subalterna no sistema social e no mundo do trabalho.

Questões

A situação problema pesquisada e pensada, como já foi mencionado, é a luta por moradia desenvolvida por movimentos populares urbanos, tecida na contradição entre situações de desigualdades que tem sua origem no

capitalismo desigual e combinado do nosso país - e pela resistência, com maior ou menor grau de politização, de movimentos sociais a essa condição. Nesse passo, adiantamos que nosso objeto foi construído a partir de uma importante questão a ser respondida pela pesquisa e que pode assim ser assim formulada: **quais são os motivos que justificam a territorialização de movimentos populares urbanos na área central da cidade do Rio de Janeiro?**

Outras questões derivadas dessa são:

- Como ocorre a territorialização de movimentos sociais nos espaços desocupados das cidades?
- Como ocorreu a formação do movimento popular que deu origem à ocupação Quilombo das Guerreiras?
- Quais os principais embates cotidianos enfrentados pelo movimento?
- Como se pratica as decisões políticas no movimento de ocupação urbana Quilombo das Guerreiras?
- Em que medida a luta por moradia travada pela ocupação Quilombo da Guerreira traduz em sua forma e sentido a perspectiva do direito à cidade?

Na tentativa de responder as questões mencionadas, procuramos definir os seguintes objetivos:

- Historicizar o processo de criação da ocupação Quilombo das Guerreiras.
- Identificar o perfil social das famílias da ocupação Quilombo das Guerreiras.
- Identificar e analisar os principais embates cotidianos travados pelo movimento durante sua trajetória.
- Analisar o processo de decisões políticas na ocupação Quilombo das Guerreiras.

- Analisar a (in)existência de imbricações entre a luta pela moradia e um projeto político de direito à cidade.

Metodologia

A ciência moderna – ou, ao menos, as correntes e escolas que, mais freqüentemente, reivindicaram para si os privilégios e o monopólio de tal *status* – erigiu-se sobre o mito do método perfeito. O método perfeito seria aquele que conferiria segurança, confiabilidade, total controle – em outras palavras, poder total ao pesquisador. Sob o impacto de um racionalismo de ímpeto controlador, as regras do método científico estariam para a ciência moderna como o dogma religioso, ou a Verdade ontológica, estavam para o pensamento anterior.

A denúncia contra a reificação do método ganha especial força e expressão a partir dos anos sessenta do século XX. Bourdieu (1982) critica a imitação automática das ciências naturais, mas também a crítica automática a esta utilização: refaz a crítica do positivismo maquinal, tanto quanto do subjetivismo a que sua crítica conduz. A moral é límpida: o método se faz fazendo ciência. Os princípios da ciência se discutem dentro da prática científica, que mantém sua especificidade, segundo as diferentes áreas do saber. Assim, o recurso a Bourdieu, e a reflexão feita acima, nos ajuda a perceber a questão do método na nossa pesquisa, ou seja, que o caminho a seguir deve ser planejado, mas que, certamente, ocorrerão mudanças no caminho traçado originalmente.

É também já conhecido no campo da epistemologia e sociologia do conhecimento que, sobretudo depois do racionalismo de Bachelard, o objeto da ciência é *construído*: em outras palavras, que ele existe por força de uma cadeia estruturada de significações, ou que ele existe em referência a um horizonte de visão anterior ao dado, oposto mesmo à percepção rotineira dos fatos, pura derivação da teoria em ato, efeito do *methodos* (Pereira, 2002).

Esta tomada de perspectiva nos parece essencial ao tratarmos da construção do objeto de pesquisa nas Ciências Humanas. Pois ela nos coloca

em alerta sobre um paradoxo típico do saber que pretende se voltar para um objeto que é, mais do que o homem, sua própria autocriação: o saber que se constrói, o faz visando um objeto, ele mesmo, em plena construção. É por não ter atendido a esta simples reivindicação do *objeto*, que as ciências humanas e sociais, tão comumente, ao invés de elucidar, fecharam o homem nas teias de seu dogma, perderam-se nos desvãos da ideologia, serviram a mestres menos nobres do que a construção de um sentido emancipador para sua prática. O saber nas Ciências é, portanto, provisório e sempre insatisfatório. Ou, ao menos, é esta a certeza do pesquisador que percebe que sua construção, seu objeto, não pode se dar senão como parcial, como inacabado, e faz disto seu método (Pereira, 2002)

Quanto ao método da pesquisa, e ao seu efeito – “a teoria em ato”- consideramos relevantes os seguintes pontos, centrais para a estrutura e resultados desta investigação:

A. Dialeticamente, nos cabe manter viva a contraditória relação que une teoria e prática, dados e fatos da empiria e elaboração conceitual, fontes primárias de pesquisa e o resultado crítico da pesquisa. Com isso procuramos evitar os riscos, opostos e complementares, de isolar o complexo movimento do real, caindo em extremos vazios. De um lado, a aceitação não mediada e não criticada dos dados e fatos brutos da empiria fetichiza a suposta objetividade dos fatos, dos números e mesmo das estatísticas, como positivities que se auto-explicariam. De outro, a teoria como exercício conceitual abstrato, de todo desligado da empiria, dos fatos e dos dados, das fontes e dos processos reais de trabalho, fazendo com que a pesquisa se esvazie e perca em rigor científico e conceitual.

B. Isso posto, a pesquisa apresenta dois movimentos, necessários e relacionados: o levantamento cuidadoso das fontes - através de entrevistas semi-estruturadas com militantes do movimento de ocupação Quilombo das Guerreiras, panfletos, notícias de jornal, relatórios de campo construídos durante o processo de observação - e uma revisão da bibliografia existente sobre o tema. Portanto, um referencial crítico de análise que coloque a luta

pela moradia, a formação do urbano, conceito de território, local, lugar e as formas de resistência social no âmbito do desenvolvimento do capitalismo.

C. Assim posta, a relação entre teoria e prática, elaboração conceitual e elementos do mundo empírico, cabe indicar que é tarefa do método crítico e dialético manter em aberto as contradições vivas do processo social e histórico, de fato a própria realidade, prática e imaginária, concreta e simbólica, com isso evitando as reduções deterministas e as idealizações vazias, ambas resultando em fechamento do movimento e do diálogo crítico.

Procedimentos da Fase de trabalho de Campo

Nesta pesquisa, campo é entendido como um recorte “... que corresponde à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto de investigação” (Minayo,1992,p.105).Em nosso estudo, utilizamos no trabalho de campo: a entrevista (semi-estruturada, com perguntas abertas, com roteiro certamente orientado para o alcance dos objetivos);a reunião de documentos, e a observação.Também aplicamos utilização da técnica do grupo focal, com militantes da ocupação. Segundo Gatti (2005)

Podemos caracterizar essa técnica como derivada das diferentes formas de trabalho com grupos.... Privilegia-se a seleção dos participantes conforme o problema em estudo, desde que possuam características em comum que os qualificam para a discussão da questão que será o foco do trabalho... Os participantes devem ter vivência com o tema a ser discutido, de tal modo que sua participação possa trazer elementos ancorados em suas experiências cotidianas.

Categorias e Níveis Analíticos

Ao iniciarmos a análise dos dados devemos ter cuidado com a “*ilusão da transparência*” (Bourdieu,1982),ou seja, o perigo da “compreensão espontânea” , como se o real se apresentasse nítido. Outra armadilha a ser evitada é a submissão à magia das técnicas como fetiches formais, mais voltados para um certo jargão do que para um enquadramento forte do campo pesquisado.

Construir um modelo crítico significa atravessar a maior ou menor resistência do real, a mais ou menos densa opacidade no horizonte da interpretação e da análise, a maior ou menor dificuldade em lidar com as fontes, muitas vezes lacunares e fragmentadas, outras densamente elaboradas, levando à ilusão de objetividade e inquestionável competência, como no caso do jargão burocrático e administrativo, impessoal e distanciado, opaco e supostamente objetivo. Havendo sociedade, divisão social e territorial do trabalho e urbanização, há cada vez mais a dimensão prática e imaginária da ideologia, que deve ser levada em conta, sempre, ao preço de se endossar mitos, fetiches e manipulações dos fatos e dados do real.

Daí deriva que as questões levantadas pela pesquisa envolvem vários níveis, que foram pensadas de forma mediada e contraditória: as fontes básicas e objetivas ; as referências teóricas e críticas ; as formulações de políticas públicas, administrativas e burocráticas ; o cotidiano das ocupações.

Em um modelo dialético, nenhum nível tem primazia, nada pode ser pensado em detrimento de algo, mas relacionado com algo, de maneira aberta e preservada a vivacidade das contradições. Com o necessário cuidado, é certo, mediando os níveis e evitando as passagens diretas, bruscas, da percepção geral dos problemas para o nível específico e pontual que forma o cotidiano. E vice-versa, sem passagem direta, e também brusca, dos dados específicos e pontuais para generalidades que tendam a ser vazias e pouco elaboradas. (Pereira, 2002)

Isso posto, as categorias de análise neste projeto de pesquisa foram construídas com a preocupação de não cair na leitura positivista onde o termo categoria tem finalidade apenas de classificação. Pensando a partir de Marx, em sua obra *Crítica da Economia Política*, empregamos o termo categoria para indicar conceitos significativos para a realidade histórica, traduzindo aspectos relevantes das relações dos homens entre si, da produção do espaço social. Acrescente-se a isso o entendimento de que as categorias de análise eleitas neste projeto podem sofrer alterações, na medida em que a pesquisa foi sendo desenvolvida. Dentre elas:

- Movimentos populares urbanos - enfocando forma e sentido da resistência protagonizada por movimentos populares e suas práticas territorializadas no urbano e na cidade. Define-se o conceito de resistência não somente entendendo-o como movimento reativo, mas também como criação - possibilidade de iluminação do espaço a partir de ações políticas organizadas coletivamente.

- A Formação do Espaço Social (Territorialização, Local , Lugar) e o direito a cidade.

- O Cotidiano da ocupação e os sentidos do lugar.

Com a finalidade de guiar o leitor nessa dissertação, definimos três capítulos para a análise, além da apresentação e conclusão. Tais capítulos são importantes porque estabelecem a organização do estudo – sempre sujeita a alterações e a configuração de novas ordens – :

1. Crise Urbana e Exclusão: de onde vêm as as possibilidades de transformação?

2. Resistindo à coerção e ao combate ideológico: a difícil trajetória de um movimento popular pelo território da cidade do Rio de Janeiro

3. Territorialização, sentidos do lugar e a luta dos “sem-teto” pelo direito à cidade.

CAPÍTULO 1

CRISE URBANA E EXCLUSÃO: DE ONDE VÊM AS POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO?

Santos (2002,p.69) nos fala de três formas de pobreza que o Brasil e os demais países subdesenvolvidos conheceram na última metade do século XX: a primeira, a *pobreza incluída*, “uma pobreza intersticial, e sobretudo, sem vasos comunicantes”;a segunda, “reconhecida e estudada como uma doença da civilização”, produzida pelo processo econômico de divisão do trabalho e até então chamada de *marginalidade*, entendia-se ser passível de correção pelas mãos de governo; a terceira, a que chegamos atualmente, Santos denominava *pobreza estrutural*, não mais local, nem mesmo nacional, uma pobreza de produção globalizada e disseminação planetária. Chegamos hoje ao que Santos (2000, p.72) chamou de uma “*espécie de naturalização da pobreza produzida por atores globais*”, transformada em retórica e prática hegemônica a partir da ênfase no local :

Uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais. Atacam-se, funcionalmente, manifestações de pobreza, enquanto estruturalmente se cria a pobreza ao nível do mundo. E isso se dá com a colaboração passiva ou ativa dos governos nacionais (Santos, 2000, p. 73).

Parece ser nítido para grande parte da literatura crítica contemporânea que as últimas três décadas de mundialização do capitalismo configuraram um momento de crise e acirramento das históricas desigualdades sócioespaciais dos países periféricos. A dimensão urbana dessa crise, na América Latina, foi bem retratada por estudos que apontaram para uma tendência: o crescimento dos processos de flexibilização, terceirização e informalização, como formas de precarização do trabalho; a produção da valorização concentrada e dispersa de bens particulares, serviços de consumo coletivo e valores sociais no e do espaço construído (Peñalva, 1993; Santos, 1993; Ribeiro, 2000). Produção, aqui entendida, como explica Carlos (2000, p. 63), a partir de Lefebvre, no seu duplo sentido: “[...] o *stritu senso*, que se refere à produção de bens e mercadorias, e o *latu senso*, que se liga à idéia de que o que se produz também são relações sociais, uma ideologia, uma cultura, valores, costumes, etc [...]”. Como explica o próprio Lefebvre (2001, p.47):

“Tomando o termo ‘produção’ num sentido mais amplo (produção de obras e produção de relações sociais), houve na história uma produção de cidades assim como houve produção de conhecimentos, de cultura, de obras de arte e de civilização, assim como houve, bem entendido, produção de bens materiais e de objetos prático-sensíveis”.

Não há, entretanto, como explicar as grandes cidades concebendo-as somente como produto dos setores mais destacados - no âmbito tecnológico e financeiro - da economia urbana. Tarefas igualmente impossíveis residem nas tentativas de ressurreição de velhos modelos dualistas que procuraram definir as metrópoles dos países periféricos a partir da separação entre características que formariam um “setor formal” da economia e outras que comporiam o setor “informal” (Santos, 1979). Estas tentativas normalmente desconhecem as particularidades da formação social dos países periféricos aos quais se referem e tendem a superestimar socialmente o modelo dos países ricos.

A ilusão de que uma ampliação da escala do olhar analítico irá, por si só, compreender a complexidade da cidade e do urbano acometeu historicamente parte do pensamento científico e formou muitas supostas

“vanguardas de processos revolucionários”. Ilusão que tratou (e ainda trata) como irrelevante, ou idealista, análises que apontam para o entendimento de *“uma ‘outra cidade’ potencial, indiciada pelo teor dos conflitos urbanos, que não se deixa apreender facilmente por discursos únicos ou por entidades que atuando ‘por cima’, visem a eficiente unificação política das práticas sociais”*.(Ribeiro, 2006, p. 29).

As novas tecnologias de informação, sua apropriação por um modelo mais flexível de acumulação e produção capitalista, não se disseminam de maneira homogênea nas metrópoles, pois estão em constante conflito e tensão com distintas formas de trabalho e apropriação do espaço, além dos condicionantes do próprio ambiente construído. Para os países subdesenvolvidos isso representa também a necessidade de um novo olhar para a função de suas metrópoles em relação ao território nacional:

“Hoje, graças ao fenômeno das redes e à sua difusão da modernidade no território, sabemos que o capital novo se difunde mais largamente, mais profundamente, e mais rapidamente, no campo do que na cidade. E nesta, o próprio meio ambiente construído freqüentemente constitui um obstáculo à difusão dos capitais novos” (Santos, 1996, p.67).

Mas o fato é que o trabalho e o urbano, conceitos indissociáveis, parecem destinar às formas das metrópoles atuais dos países latino-americanos uma função, cada vez mais notável, de aglomeração dos mais pobres. Elas servem como abrigo, mas raramente como moradia digna para essas grandes parcelas da população que forma, em sua maioria, o chamado “setor informal” da economia, ou como preferimos adotar, “um setor produzido *de baixo*”(Santos,1996). Esse setor, caracterizado em grande parte pela pobreza extrema e pela exclusão material, é muitas vezes tornado estéril e descartável pelo movimento do capital globalizado que produz um cenário aonde “os pobres não são nem incluídos, nem marginalizados, eles são excluídos” (Santos, 2002, p.72).

Neste sentido, a luta pela moradia e pela cidade, enfatizamos, precisa ser pensada no contexto, complexo e contraditório, da economia global, das políticas neoliberais e da recente modernização perversa do capitalismo no

Brasil, com resultados que afetam, diretamente, a vida cotidiana, o trabalho e as formas de organização da sociedade. Portanto, cabe apontar alguns mitos e problemas postos pela economia global e pelas políticas neoliberais. Pode-se começar pela primazia, cada vez mais insistente, da economia pragmática sobre a política e o todo da vida social. Com isso, longe de negar inteiramente o pensamento de Marx, pode-se dizer que essa forma “pura” do capitalismo pode ser muito eficazmente criticada a partir do próprio Marx. Se o discurso neoliberal propõe a “livre competição pelo mercado” como prioridade inquestionável e natural das sociedades, a crítica as suas práticas nos últimos trinta anos sugere uma constatação radicalmente oposta:

“... os mercados quase nunca são competitivos. A maior parte da economia é dominada por empresas gigantescas que possuem um formidável controle sobre os seus mercados e que, portanto, praticamente desconhece aquele gênero de concorrência descrito nos livros de economia e nos discursos dos políticos. E essas empresas são, elas próprias, organizações totalitárias que funcionam com critérios não-democráticos. O fato de a economia girar em torno dessas instituições compromete gravemente a nossa capacidade de construir uma sociedade democrática” (McChesney, 1999, p. 13).

Acentua-se o mundo da mercadoria, pela via concreta e simbólica, direta e imaginária, dissolvendo as diferenças e distâncias que poderiam separar o público e o privado, as formas de controle social, a relativa autonomia dos indivíduos e o direito à moradia digna. Não por acaso, enfatizam-se os ângulos sensacionais, tecnológicos, ultramodernos, de estratégias de planejamento urbano em nome do mercado e em detrimento do projetos públicos. Estes projetos, nada espetaculares, são *com uma constância implacável reduzidos a abstrações na matemática financeira e fiscal, desumanizada e desumanizadora, que define as recentes políticas econômicas como inserção subalterna do Brasil nos parâmetros ditados pelo consenso de Washington e pelos interesses globais do capitalismo avançado.* (Pereira, 2002, p.12)

Assistimos, assim, os capitais financeiros voláteis ignorando fronteiras, nações e culturas regionais, a lógica objetiva e direta do mundo do mercado e

da mercadoria querendo definir o todo da vida social, prática e simbólica, concreta e imaginária. Daí o debate em torno

do enfraquecimento, ou mesmo inutilidade, do próprio Estado-Nação ou das políticas nacionais diante do capital sem pátria, buscando apenas o máximo lucro e eficiência, sem considerações de ordem nacional, política ou cultural. A consequência direta do enfraquecimento do Estado-nação, em países pobres, dependentes e de modernização tardia e desigual, como é o caso do Brasil, é lançar à selvageria impessoal do mercado e da mercadoria milhões de trabalhadores pobres, com pouca escolaridade e qualificação profissional, manipulados pela comunicação de massa, sem uma rede adequada de proteção social garantida pelo Estado. Por via direta de consequência, o Estado-nação enfraquecido e dependente, subalterno e atrelado à lógica global da especulação financeira, resulta em políticas públicas de saúde, educação, tecnologia, indústria, agricultura, etc, também enfraquecidas, ou pior, muitas vezes inexistentes. Sem esquecer que as determinações mais amplas da economia e da política afetam, de maneira direta e incisiva, a vida cotidiana dos que trabalham, no campo e na cidade. No caso, diminuindo o campo do possível, empobrecendo a vida, diminuindo os horizontes da liberdade e da emancipação. Ou seja, reduzindo a imensa maioria dos trabalhadores à luta direta e diária, incessante, pelo básico para sobreviver, para não perder o emprego. (Pereira, 2002, p.22)

Trata-se, em parte, de mitos envolvendo a própria globalização da economia, pois ainda há fortes bases nacionais, regionais e locais dos investimentos e das concentrações de corporações financeiras e industriais, sobretudo nos Estados Unidos, na Alemanha e no Japão. (Hirst e Thompson 1998), E, por via de consequência, uma concentração muito menor nas áreas periféricas do capitalismo, como o Brasil e a América Latina, a Índia e a África.

Se há um jogo desigual da concentração e distribuição dos capitais financeiros voláteis, também há uma distribuição desigual dos ganhos tecnológicos e competitivos postos pela globalização. Seus defensores lembrariam que a competição tecnológica tende a ser benéfica, tanto para a sociedade quanto para os trabalhadores, melhorando a qualidade das mercadorias e serviços, a qualificação profissional dos envolvidos, assim como sua participação na renda nacional bruta, que também tenderia a ser mais bem

distribuída. Seria, se não fosse a comprovação de que na realidade as coisas não acontecem assim.

Tome-se como exemplo o Brasil : ao longo da década de 1990, digamos no período que vai de 1991 a 1998, a produtividade da economia brasileira cresceu, em média, 2,5% ao ano. No mesmo período, no entanto, a participação dos trabalhadores na distribuição da renda nacional diminuiu de 45% para 37% do PIB. Dados que indicam uma prolongada desvantagem da remuneração do trabalho na distribuição da riqueza socialmente produzida. Com isso, temos que houve mais competição, adaptando-se a parcela empregada dos trabalhadores às exigências globais do capitalismo avançado. Mas, no vértice, ao invés de haver maior distribuição de renda, diminuindo as desigualdades sociais, temos uma diminuição da parte dedicada aos salários no PIB (Pereira, 2002, p.23).

Como nos diz Fiori e Tavares (1997) a nova ordem econômica global não supera, apenas repropõe, em outros termos, as heranças coloniais dos países pobres do Terceiro Mundo e da periferia do capitalismo. Trata-se, portanto, de uma hegemonia norte-americana em escala global, agora sem o contraponto da ex- URSS. Estamos, com acentuada clareza, no espaço posto pela crítica de Marx à formação do capitalismo, tendo diante dos olhos uma forma avançada e “pura” do capitalismo, em que as formas da mercadoria, do dinheiro, do trabalho, do mundo abstrato e impessoal das quantidades, vão se sobrepondo ao mundo da vida cotidiana, dos laços humanos de relação social, de tudo que poderia lembrar ou indicar outras maneiras de viver e de se relacionar socialmente. Como polemiza McChesney(1999,p.9), o “neoliberalismo, sim, é de fato o ‘capitalismo sem luvas”¹.

No campo das idéias forma-se uma espécie de *pensamento único*, eufórico e integrativo, cuja função é garantir o existente e reduzir ao anacronismo e à irrelevância o pensamento de oposição, crítico do existente e contra-hegemônico, sendo esse o cenário adverso em que se inserem os movimentos populares por melhores condições de vida. No nível global geopolítico, o poder militar dos Estados Unidos garante sua força hegemônica

¹ Introduzindo o livro “ O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global” escrito por Noam Chomsky, Mc Cheney atribuí ao neoliberalismo uma denominação direcionada ao fascismo no início do século XX.

na economia e na política. Na vida cotidiana dos trabalhadores e cidadãos, há um núcleo ideológico central, constantemente enfatizado e repetido, para educar as consciências diante da nova ordem.

Em termos crus e diretos: redução ou corte dos programas do Estado do bem-estar social; corte de direitos trabalhistas e revisão dos direitos que protegiam o trabalho contra o capital, tornando os trabalhadores vulneráveis diante da perspectiva, sempre presente, do desemprego; ataque sistemático aos sindicatos e aos movimentos populares organizados, como estratégia para enfraquecer a resistência aos projetos neoliberais no contexto global; sistemático elogio da empresa privada como uma espécie de panacéia universal para as sociedades humanas, seguido de um também sistemático ataque às instituições públicas, representadas sempre como arcaicas, corporativas, obsoletas, ineficientes, anacronismos insustentáveis diante da nova ordem econômica global do capitalismo.

A modernização conservadora praticada através do atrelamento subalterno do Brasil à ordem econômica global e pelos ataques sistemáticos a toda instituição pública, ganha contornos trágicos, pois os níveis de exclusão social e inclusão precária continuam altos, indicando violência e miséria, jamais justiça social e democracia. Isto se dá em contexto de um projeto que pretende desmontar o Estado do Bem Estar Social, o Welfare State que, muito mais que uma qualquer concessão do capitalismo, foi uma dura conquista de quase cento e cinquenta anos de luta dos trabalhadores. Desmonte que pode muito bem ser definido como uma *revanche do capital contra o trabalho*. Processo violento, vivido no Brasil de forma acentuada em toda a década de 1990, e que levaram aos mais altos índices de desemprego de toda a nossa história, inclusive em São Paulo, maior centro fabril, comercial e financeiro do Brasil O que se está perdendo é a forma do emprego estável e continuado, com garantias trabalhistas, sociais e previdenciárias, que levavam o trabalhador a viver um cotidiano mais ou menos estável, de alguma forma se comprometendo com a empresa ou instituição onde trabalhava.

Flexível, portanto, é, sobretudo, um eufemismo, carregado de ideologia, para perda dos direitos e garantias trabalhistas; vínculos de trabalho precários

e informais, que *terceirizam* setores inteiros, fazendo com que ex-funcionários e suas ilusórias empresas autônomas continuem fazendo o que já faziam, para a mesma empresa, da qual continuam dependendo, agora com a empresa desobrigada dos encargos sociais e dos vínculos regulares de trabalho.

Com isso, cresce em rapidez exponencial o mundo do trabalho chamado *precário ou informal* que ocupa, no caso do Brasil, um espaço cada vez maior. De forma impessoal, o *desemprego estrutural* que decorre da acumulação flexível e global é tratado como inevitável, como uma espécie de pequeno pedágio que seria preciso pagar para se ter acesso aos benefícios da modernização acelerada e violenta do capitalismo. Oportuno para legitimar o crescimento intenso da esfera financeira, o neoliberalismo com suas premissas traduz-se como nunca nas relações sociais de trabalho e no que chamamos de precarização do trabalho.

A precarização do trabalho é o processo de diluição dos obstáculos constituídos pela luta de classe à voracidade do capital no decorrer do século XX. É tão-somente a explicitação da precariedade como condição ontológica da força de trabalho como mercadoria. A precarização possui um sentido de perda de direitos acumulados no decorrer de anos pelas mais diversas categorias de assalariados. Mas, tal como a seguridade social, construída a partir das lutas sociais do mundo do trabalho organizado, em sindicatos e partidos trabalhistas, no período de ascensão histórica do capital, a precarização é síntese concreta da luta de classes e da correlação de forças políticas entre capital e trabalho. É conteúdo de uma determinada forma de Estado político – o Estado neoliberal que visa suceder o Estado social. O Estado neoliberal é o Estado político do capital em seu período de decadência histórica e de crise estrutural. A precarização é um processo societário, de conteúdo histórico-político, de natureza complexa, desigual e combinada, que atinge o mundo do trabalho (ALVES, 2004)

O trabalho formal, desvalorizado e restrito, reconhece cada vez menos a grande cidade como o seu núcleo de atração primordial. A aparente “crise do modelo fordista” surge mais claramente quando pensada a partir da explosão de sua centralidade para diferentes partes do espaço social, contribuindo para

a formação de novas formas e sentidos urbanos, normalmente informais e materialmente precários. Para a maioria de suas populações, as metrópoles latino-americanas se realizaram territorialmente, nas últimas décadas, como sinônimos de segregação espacial e exclusão ao acesso de bens essenciais:

[...] no se trata simplemente de la existencia de pobres, personas o grupos sociales que reciben en términos relativos una porción menor de los bienes socialmente producidos, sino de que las sociedades latinoamericanas se están configurando com base em la exclusión de buena parte de su población. (Pirez, 1993, p. 18)".

No Brasil, havia em 2000, cerca de 7,2 milhões de domicílios, ou pouco mais de 16% do total de domicílios, em situação de déficit habitacional. Esses dados, fornecidos pelo IPEA/IBGE/Fundação João Pinheiro, consideram como “situação de déficit habitacional” a parcela composta “pelo total de domicílios inadequados, rústicos, improvisados ou que abrigam mais de uma família” (Souza, 2007, p. 1). Ainda admitindo que “essa é, muito provavelmente, uma estimativa conservadora” , como explica Souza², podemos afirmar que a mesma contribui para nos apresentar uma dimensão atual da expressão habitacional de nossa profunda desigualdade sócio-territorial. A pesquisa mostra também que “num universo de aproximadamente 45 milhões de moradia, mais de 10 milhões são consideradas inadequadas, pela falta de, ao menos, um dos serviços básicos (energia elétrica, rede de abastecimento de água, rede coletora de esgoto ou fossa séptica, ou lixo coletado direta ou indiretamente” ³(ver tabela a seguir)

² O autor comenta os números no artigo “**Habitação: eu planejo, tu planejas... NÓS planejamos**”, encontrado no endereço eletrônico do Observatório de Metrópoles: www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=25&id=284

³ Trecho retirado do relatório feito pelo Fórum Estadual de Luta pela Reforma Urbana, assim como a tabela 1 apresentada.

CRITÉRIOS DA INADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS URBANOS DURÁVEIS(2000)

ESPECIFICAÇÃO	ADENSA-	INADEQUAÇÃO	CARÊNCIA	INEXISTÊN-	INADEQUAÇÃO
	MENTO		FUNDIÁRIA	CIA DE	UNIDADE
	EXCESSIVO		URBANA	DE INFRA-	SANITÁRIA
			ESTRUTURA		
Norte	184.822	56.346	1.165.622	162.865	20.124
Nordeste	385.916	432.270	4.010.073	714.738	195.798
Sudeste	1.133.647	650.406	2.155.271	315.379	505.510
Rio de Janeiro	214.618	118.741	751.208	43.630	213.392
RM Rio de Janeiro	176.876	99.561	519.482	30.454	120.635
Sul	198.062	325.923	1.469.648	179.154	100.735
Centro-Oeste (3)	122.492	43.799	1.460.462	94.565	14.502
Brasil	2.024.939	1.508.744	10.261.076	1.466.701	836.669
Total das RMs	985.852	760.245	2.525.443	359.738	367.674

Figura 01. Inadequação dos domicílios urbanos duráveis no Brasil. Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, 2000; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 1999 (microdados). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Entendemos que a privação de serviços básicos nos domicílios decorra em parte devido a situações de escassez de recursos públicos a serem investidos, de interesses privados com caráter especulativo imobiliário, de intenções políticas “strictu sensu” para benefícios partidários, ou da própria relação entre essas situações. No que diz respeito ao mercado residencial privado legal, por exemplo, o controle e a concentração de investimentos se restringem a uma parcela bastante reduzida da população do país, como demonstra a afirmação registrada no Relatório Nacional da Unhabitat:

“O mercado residencial privado legal é restrito a uma parcela da população das cidades que, em alguns lugares, restringe-se a 30%. E é para esse mercado que geralmente a gestão pública aplica seus esforços: obras, investimentos, códigos e leis reguladoras urbanas, restringindo ainda mais esse acesso à população de baixa renda”.

Porém, como pretendemos explicitar em nossa pesquisa, além da privação de serviços essenciais que decorre desses diferentes aspectos da produção social do espaço urbano, há o impedimento local, direcionado, de serviços básicos enquanto estratégia política de enfraquecimento dos movimentos populares urbanos que pautam suas ações em ocupações de prédios desocupados. Essa estratégia tende a favorecer os proprietários privados e suas propriedades ausentes de função social que acabam se beneficiando de intervenções estatais direcionadas à restrição ao acesso desses serviços. É relevante destacar que tal estratégia costuma ser reforçada por um discurso que procura enquadrar os mais diferentes sentidos contidos em ocupações de terrenos e prédios desocupados através da definição de uma suposta situação comum de “ilegalidade” ou, o que é pior, associando-as diretamente as formas mais violentas de “criminalidade”. Essas situações e formas de uso do espaço - que podem variar, dependendo do enfoque do discurso, de casos de ocupação de áreas de proteção ambiental até situações de apropriação de domicílios para uso de traficantes de drogas ou para a utilização de seqüestradores – não devem ser confundidas com a apropriação do espaço segundo a lógica de movimentos populares organizados.

Caberá esclarecer nessa pesquisa que, como mostra o caso da ocupação Quilombo das Guerreiras, essa estratégia nem sempre resulta em retirada integral do movimento popular, mas certamente enfraquece a resistência do mesmo. Essa e outras dificuldades requerem um amplo sentido de resistência que será maior quanto maior for o nível de coesão e organização política do movimento popular, e também responderá as condições propiciadas pelo lugar aonde este se fixa e por seu processo de territorialização.

Lugar e resistência.

As metrópoles e as cidades latino-americanas são também lugares múltiplos de experiências coletivas marcadas pela resistência cultural e política às violências da urbanização capitalista. Dessas experiências, historicamente construídas, florescem novas formas de apropriação do espaço que confrontam as formas de opressão e exploração no cotidiano urbano. Elas povoam o reino da necessidade, mas não são somente estratégias de sobrevivência.

Coletivamente, tentam reparar carências e modificar o sentimento de que muito se perdeu em trajetórias até então determinadas por um tempo social a que elas não pertencem. A representação do espaço urbano como uma abstração fantasmagórica e imobilizadora colide cotidianamente com variadas formas de resistência territoriais, de (re)significação do espaço, enquanto condição e meio para o resgate de múltiplas identidades coletivas. Torres Ribeiro (2006, p. 29) torna mais amplo nosso olhar ao atentar para as múltiplas faces e sentidos da resistência ao atual padrão de cidade neoliberal, afirmando:

Há sim insurgência contra o modo de vida proposto pela gestão neoliberal da cidade e recusa da exclusão associada à produção da cidade para o mercado. Nesta insurgência, que tanto pode ser explosiva quanto surda e cotidiana, conjugam-se identidades apenas esboçadas e valores tradicionais; ação organizada e ação espontânea; conquista de territórios e movimentos culturais; táticas de sobrevivência e indignação pela morte de crianças e jovens; ação isolada e fenômenos de multidão; sensibilidade e razão.

A trajetória da ocupação Quilombo das Guerreiras se insere nesse amplo contexto recente de resistência e possibilidades que permeiam o processo de crise urbana nas metrópoles latino-americanas. Mais do que isso, ela faz parte de um extenso conjunto de novos movimentos populares que surgem, a partir do final dos anos 70, na América Latina. Tais movimentos nascem nos interstícios de uma crise dos tradicionais movimentos sociais, normalmente dirigidos por sindicatos, que respondiam a um determinado modelo fordista de produção, e a ascensão de novas territorialidades e sentidos políticos para a realização de ações populares coletivamente construídas.

As novas faces dos movimentos latino-americanos encontram-se em construção e já revelam expressões comuns nas suas formas de encarar o espaço e a política. Entre as principais que abordaremos estão: a (re)apropriação de espaços desocupados e a territorialização de movimentos sociais nos chamados "vazios urbanos" das cidades; a negação de modelos autoritariamente centralizadores, outrora liderados por supostas vanguardas

revolucionárias fabricadas em regimes rígidos que muitas vezes direcionaram movimentos populares segundo lógicas partidárias definidas à priori; uma tendência ao crescimento da convivência politizada com a diferença. Surge, então, uma possibilidade de construção do lugar a partir da coletivização de decisões políticas não “partidarizadas”, segundo um princípio de autogestão, como sugere a declaração feita por uma moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras:

“A gente passa por um longo e difícil período para construir o movimento que já dura quase dois anos e meio. Aí, depois que a gente consegue se consolidar em um prédio aparece um pessoal de partidos políticos querendo colocar a bandeira de seus partidos na entrada do prédio e querendo dizer como o movimento tem que se organizar. Esse tipo de relação é que tem que acabar... aqui a gente já realiza oficinas de trabalho, reuniões de discussão política e as decisões são tomadas pelo coletivo” (moradora entrevistada 2).

Como resistência social entendemos os processos de reivindicação e criação social que se inscrevem e (re)escrevem o espaço em disputa. Trata-se, dessa maneira, de uma noção que abrange uma dinâmica não restrita a “particularismos militantes” ou a “ativismos acomodatórios e apaziguadores”, e que se insere em um contexto de lutas sociais organizadas e territorializadas na cidade (Harvey, 1996; Torres Ribeiro, 2006). Pensar o lugar como resistência significa entendê-lo a partir de um cenário de ações, individuais e silenciosas ou coletivamente ativas e protagonizadas por movimentos populares organizados a partir da luta por territorialização - a luta pela apropriação e resignificação do tempo/espaço dominante. Territorialização, portanto, aqui entendida enquanto processo social, pressupondo relações de poder mediadas no e pelo espaço/ tempo (Haesbaert, 2004). A resistência social territorializada “pode estender-se de um nível mais físico e biológico... até um nível mais imaterial ou simbólico..., incluindo todas as distinções de classe socioeconômica, gênero, grupo etário, etnia, religião, etc” (Haesbaert, 2004, p.340).

Aos processos globais e regionais de produção do espaço urbano cabe uma necessária diferenciação social a partir das práticas estabelecidas no lugar. Advertimos, porém, que o uso do “lugar” como categoria não nos remeterá a uma dimensão fechada, como sinônimo de “comunidade”, nem estritamente a uma condição de simples confirmação de uma tendência externa mais ampla, como normalmente indica uma noção restrita de “local”. Partindo de reflexões formuladas pela teoria crítica do espaço que supera o olhar economicista do marxismo ortodoxo, entendemos que o lugar compreende, dialeticamente, o global e o local, contemplando a historicidade do processo e os conflitos em movimento. Significa, desta maneira, contemplar o lugar do movimento e o movimento do lugar, abrangendo o todo e as totalidades em movimento. Como explica Milton Santos:

Para apreender a nova realidade do lugar não podemos adotar nem um tratamento localista, nem um tratamento globalista, a pretexto de que o mundo se encontra em toda parte. Vemos uma oposição entre economicismo e visão totalizante que inclui a economia. Não há que excluir a economia, o que há que cuidar é para o perigo do economicismo” (Santos, 1996, p.25).

1.1 A luta dos movimentos de moradia pelo espaço urbano.

A literatura referente aos movimentos sociais urbanos no Brasil passa, destacadamente a partir da 1980, por uma importante transformação analítica. Essa decorre de uma perspectiva que passa a definir a ação dos movimentos sociais urbanos não mais apenas como produto da pobreza crescente gerada pelas crises capitalistas, mas também como manifestações coletivas motivadas pela consciência e recusa a esta pobreza (Carvalho & Laniado, 1993; Kowarick, 1987). Parte da necessidade de superação de uma “visão genético-fatalista” da história e da luta de classes e, mais do que isso, de uma contestação à associação direta entre a progressão do “caráter extremamente espoliativo de nossas cidades” e a qualidade /quantidade das lutas sociais que nelas ocorrem (Kowarick, 1987. p.16). Nesta perspectiva, a análise das diferenças culturais e políticas, presentes nas lutas sociais urbanas, passa a ganhar relevância e ser

inserida nas considerações macro-estruturais, também necessárias para o entendimento dos processos de exclusão social e inclusão precária nos centros urbanos do país.

Sem a pretensão de nos aprofundarmos em uma análise sociológica dessa ampla literatura, pretendemos situar os denominados “movimentos de moradia” (ou “movimentos sem-teto”)⁴ no amplo contexto desenhado pelos movimentos sociais urbanos, a partir da década de 1980, nas grandes cidades do país. Esse período é notável em relação à organização dos movimentos sociais no território nacional. Presencia-se um crescimento diversificado de lutas por consolidação e reconhecimento desses atores enquanto sujeitos coletivos e, portanto, políticos:

Ela [a década de 80] assistiu ao surgimento de novos parâmetros de compreensão dos direitos sociais inscritos em novas conformações institucionais e a criação de inúmeros movimentos sociais cobrindo todo o território nacional tratando de diversas e diferentes temáticas como: mulheres, negro, crianças, meio ambiente, saúde, transporte, moradia, desempregados, idosos, entre outros (Silva, 2007).

Protagonizada pelos movimentos de moradia, a ação política de ocupação de espaços desocupados foi normalmente incluída em análises que apontam para o que poderíamos sintetizar como “manifestações populares por ação direta”. Para os centros urbanos do país, o termo “ação direta” referiu-se basicamente à “depredações, saques e invasões coletivas e organizadas de terras”, como resumiu Kowarick (1987,p. 5). A partir dos estudos mais relevantes para a perspectiva aqui adotada, entendemos ser possível definir um caráter comum nas ações que formam tais mobilizações, indicando situações extremas de insatisfação expressas pelas classes populares em luta contra a deterioração de suas condições materiais e imateriais no espaço urbano.

⁴ Utilizamos as duas denominações indistintamente, como sinônimos, por entendemos que ambas representam tais movimentos. Considerando-as legítimas ainda que seus usos mais comuns possam sugerir um sentido falsamente homogeneizador, como procuramos analisar no capítulo dois e três.

No entanto, entendermos ser imprescindível diferenciar, entre as manifestações por ação direta, as que expressam a urgência das mobilizações coletivamente organizadas, com sentido reivindicativo e criativo na produção do espaço, e a emergência das mobilizações que apresentam seu sentido reivindicativo imerso na violência desorganizada dos seus manifestantes. Sem restringirem-se ao espaço urbano do país, Carvalho e Laniado(1993,p.115) sugerem uma interessante classificação das manifestações populares que se utilizam do recurso à ação direta, dividindo-as em três tipos:

1) *As explosões de protesto mais espontâneas, onde multidões desorganizadas expressam a sua insatisfação e a sua revolta contra o que consideram opressivo e insuportável na sua condição de exclusão ...Quebrando normas e regulamentos legais, a violência explode em atos geralmente sem interlocutores mais diretos, sem grandes articulações entre os seus participantes ou procedimentos institucionalizados..., em explosões como o saque e o quebra-quebra,o objeto visado de imediato funciona como pavio de insatisfações acumuladas...*

2) *A atuação de grupos mais ou menos organizados, às vezes até com tradição de luta, como é o caso dos sem-terra em áreas rurais, que delimita o campo de ação em confronto para ocupações, literalmente para certos objetivos..., este tipo de confronto recorre a o uso da força no sentido de criar um fato que , através da visibilidade e do impacto que produz, possa mobilizar a opinião pública e forçar o diálogo e as negociações para, eventualmente, viabilizar as demandas que motivaram a ação. Este tipo de confronto pela ação direta opera tanto em nível do curto prazo quanto do longo prazo, sempre baseado em um ato contínuo, que é geralmente a ocupação.*

3) *Ações de um nível mais extremado de violência coletiva, como os linchamentos, que superam a marca da ambigüidade e do paradoxo entre relações e ordem social e a destruição das mesmas.*

Entre os três tipos definidos pelas autoras, certamente o segundo contém as ações realizadas pelos movimentos de moradia. Primordialmente na ação destes movimentos pretende-se, pela via direta das ocupações de

espaços desocupados, dar visibilidade a um conflito social (de classe) que é inerente à própria formação do espaço urbano capitalista, mas que se expressa sobre diferentes forma e sentido. Seu sentido de classe encontra-se atravessado por dimensões étnicas, religiosas, sexuais e de gênero, sempre condensadas na luta pelo concreto espaço social(geográfico):

Contudo, mais do que um abstrato 'espaço de cidadania', o ponto comum desses movimentos é, simplesmente, a luta pelo direito ao espaço concreto: o espaço da vida e/ou do trabalho que é sempre a sua base e o seu trunfo, a atividade fundamental desses movimentos (Martin, 1997, p.7).

Na maioria das vezes, a luta dos movimentos de moradia pauta-se pela ação de ocupação de espaços previamente desocupados, com a finalidade de a partir de sua territorialização expor coletivamente um conflito necessário para seu reconhecimento enquanto sujeito político. Acirrar e expor abertamente esse conflito torna-se necessário, pois *"é a luta social, o conflito aberto o principal, senão o único caminho através do qual grupos sociais dominados constituem-se enquanto sujeitos coletivos no espaço público - isto é, enquanto sujeitos políticos"*(Vainer,2007, p. 6) . Essa ação não é a única de confrontação mais explícita e direta protagonizada pelos movimentos de moradia, também o bloqueio de estradas, as ocupações de espaços ainda usados por instituições públicas e privadas e as manifestações de protesto em espaços públicos são adotadas com relativa frequência. Tais ações se diferenciam da primeira, pois nessas a finalidade do movimento não é a territorialização projetada a médio e longo prazo. São normalmente ações de curto prazo, com o objetivo de tornarem públicas as reivindicações do movimento popular, e de gerar um debate público que reconheça a condição de sujeito político do mesmo.

Projetada a médio e longo prazo, a territorialização em prédios e terrenos, anteriormente desocupados, situados em espaços urbanos costuma se estabelecer em condições precárias, especialmente no primeiro ano de permanência do movimento. Territorializados muitas vezes em terrenos e prédios sem serviços essenciais - rede de saneamento básico e sistemas de eletricidade, sobretudo -, os movimentos de moradia têm muitas dificuldades

para resistir às condições internas de habitação. Sem uso regular ou mesmo inteiramente desocupados por muito tempo, normalmente em períodos de 15 a 30 anos, os prédios mantêm apenas uma estrutura bastante debilitada em seu interior, mas por vezes ainda suficiente para servir de abrigo e ser considerada passível de recuperação. A renda média apresentada pelas pessoas que compõem os movimentos de moradia também deve ser considerada como uma condição limitante para essa recuperação. Os movimentos são compostos por famílias que na sua grande maioria recebem entre um e três salários mínimos (quando tanto!), não possuem contato com redes sociais que permitam algum tipo de ascensão econômica, realizam os trabalhos mais subalternos do circuito inferior da economia urbana e que raramente são incluídas nas políticas habitacionais do Estado.

Apesar dessas limitações para seus processos de territorialização, os movimentos de moradia costumam realizar transformações significativas no interior dos prédios, sobretudo em relação à limpeza. Estas são possibilitadas pelo trabalho coletivo representado pelos chamados "mutirões" e também por uma divisão de tarefas voluntária que habitualmente responde as habilidades individuais dos sem-teto e as condições de saúde de cada um, tendo em vista a quantidade de doenças possíveis em ambientes urbanos com longo tempo sem uso. No entanto, é possível afirmar que a relevância da territorialização dos movimentos por moradia passa muito mais pela refuncionalização e resignificação desses espaços do que propriamente por uma transformação radical de sua estrutura física (forma aparente), propriamente dita. Tal compreensão é possível quando entendemos que a construção do processo de territorialização não passa necessariamente pela destruição/reconstrução do substrato espacial físico anterior⁵.

A luta pelo espaço físico em si torna-se relevante quando acompanhada de uma efetiva territorialização do movimento popular, portanto de um uso do espaço que o refuncionalize, o resignifique e não perca de vista a possibilidade plena de seu controle. Importante analisarmos que essa luta não pode ser

⁵ Trataremos com mais profundidade do processo dessa hipótese no segundo capítulo desta pesquisa, quando trataremos do processo de territorialização da ocupação Quilombo das Guerreiras, em prédio situado na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro.

representada por uma noção simplista sugerida pela expressão “novas disputas por espaço físico”, associando tais disputas diretamente ao conflito concreto, pois se trata de um fetiche apressado que ignora as mediações sociais e os sentidos contidos no espaço herdado. Como explica Torres Ribeiro (2005, p.269):

O espaço não é formado, somente, pela superfície construída pelas últimas trocas intergeracionais e, muito menos, pela última modernização. Ao contrário, o espaço herdado é formado por um contínuo intercâmbio entre mortos e vivos, em que as normas e as regras inscrevem-se na materialidade, orientando a cultura imaterial.

Além da possibilidade de conquista imediata do habitat, a luta pela moradia tende a englobar e tornar nítida a luta pela apropriação da totalidade do espaço urbano. A moradia digna, reconhecida por diferentes correntes de pensamento político como a base fundamental para a construção da vida social (destacadamente, a vida urbana), possui um caráter por si só condensador de distintas reivindicações por trabalho, cultura, serviços urbanos, etc. Este caráter não necessariamente garantirá o sucesso das diversas lutas, costuma porém explicitá-las, não somente no discurso de muitos movimentos de moradia, mas sobretudo nas suas tentativas de territorialização em, até então, espaços desocupados e na conseqüente transformação destes em espaço político coletivamente construído.

Cabe aqui também, sem dúvida, a difícil constatação de que o aumento (quantitativo e de importância) da luta dos movimentos de moradia decorra também, em parte, do enfraquecimento da atuação dos sindicatos nos locais de trabalho, e destes enquanto representações plenas dos trabalhadores no espaço urbano do país. Esse enfraquecimento se deu, por vezes, por cooptação política e econômica, em outras pela insuficiência na resistência à mobilidade do capital, mas também pela incapacidade desses sindicatos contemplarem a heterogeneidade da classe trabalhadora em mutação e de suas lutas. Difícil porque fragmenta lutas que deveriam ser complementares na

resistência à dominação capitalista que atinge a totalidade das relações sociais.

1.2 O crescimento da lutas dos movimentos de moradia no país.

No Brasil, os movimentos de moradia cresceram de maneira significativa nas últimas duas décadas, destacadamente nas cidades de São Paulo, Recife e Rio de Janeiro. São Paulo é, sem dúvida, a cidade do país aonde a ação dos movimentos por moradia mais cresceu neste período. A ocupação de prédios desocupados e terrenos desocupados como forma de transformar em sujeito político quem até então representava uma parcela da população excluída dos direitos básicos na cidade foi comentada da seguinte maneira pela secretária nacional do Ministério das Cidades, Inês da Silva Magalhães:

(...)é legítimo este tipo de manifestação que chama a atenção para o diálogo e o entendimento... É importante que se tenha permanentemente espaços de negociação para que justamente você evite situações que tenham que chegar ao limite de uma reintegração [de posse, via polícia militar(...)]⁶.

Pesquisas do IBGE e do IPEA mostraram que os preços do aluguel na região metropolitana de São Paulo cresceram em um ritmo mais acelerado do que qualquer outra grande região metropolitana do país(*ver gráfico abaixo*). De janeiro de 1995 à Junho de 2007 o preço do aluguel subiu 214,09% em São Paulo. Ainda que a região metropolitana paulista registre a maior renda familiar per capita média do país, o aumento é abusivo para grande maioria da população.

⁶ Declaração divulgada pela “FOLHA DE SÃO PAULO “, no dia doze de abril de 2007, referindo-se as ocupações de prédios desocupados protagonizadas pela “União dos Movimentos de Moradia de São Paulo”

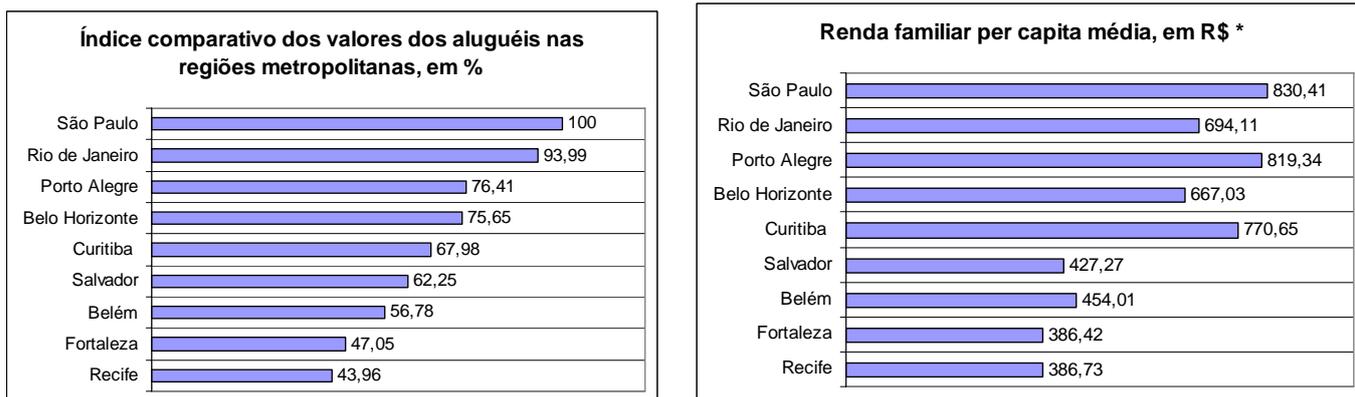


Figura 02. Índice comparativo de aluguéis e renda familiar per capita média nas regiões metropolitanas brasileiras. Fonte: IPEA e jornal Folha de São Paulo, 2007.

Como costumam lembrar os movimentos de moradia, a grande maioria dos programas habitacionais existentes não inclui as parcelas da população com renda entre um a três salários mínimos. Parcelas estas que representam a grande parte das famílias que compõem os movimentos por moradia em São Paulo, e nos demais centros urbanos do país. As famílias com renda de até três salários mínimos representam 83% do total de famílias que sofrem com o déficit habitacional no país.

Na área central da cidade de São Paulo, particularmente, as ações dos movimentos por moradia têm crescido de maneira notável. Os principais grupos atuantes são o MSTC (Movimento Sem-Teto do Centro), o MSTRC (Movimento dos Sem-Teto da Região Central de São Paulo) e o MMRC (Movimento de Moradia da Região Centro). Grupos que, não raro, agem juntos, articuladamente, para realizar ações em grandes construções desocupadas há décadas na área central da cidade. A ocupação, em março de 2007, de prédio desocupado desde o final dos anos 1980 no centro de São Paulo, quando àquela época abrigara o hotel Santos Dumont, exemplificou bem tal articulação:

Cerca de 450 famílias sem teto invadiram na madrugada de ontem um edifício abandonado defronte à estação da Luz, no centro de São Paulo, onde funcionou até os anos 1980 o hotel Santos Dumont... [a ocupação] foi organizada por um consórcio de três grupos: o MSTRC (Movimento dos Sem-Teto da Região Central de São Paulo), o MMRC (Movimento de Moradia da

Região Centro) e o MSTC (Movimento Sem-Teto do Centro)”
(Cf. Folha de São Paulo, 27 de Março de 2007)

Outra evidência desse crescimento das ocupações no centro de São Paulo foi ao período de vida da ocupação Prestes Maia, existente durante mais de três anos até seu despejo em 2007. A ocupação, a maior do país durante sua existência, era formada por 468 famílias (1.630 pessoas) e servia como palco de uma série de atividades culturais, artísticas e de trabalho. Além de abrigar mais de 3.500 exemplares de livros disponíveis para a consulta, também era referência para outras ocupações como espaço de constantes debates e organização política (*ver fotos abaixo*).



Figura 03. Biblioteca da ocupação Prestes Maia na cidade de São Paulo.

Fonte: semnomemascomcarinho.blogspot.com, 2007.

Segundo o censo do IBGE(2000), a cidade de São Paulo apresenta 420.327 domicílios desocupados e “abriga precariamente mais de um milhão de pessoas em 286.954 domicílios favelados “(Carvalho, 2007). Se ampliarmos

o olhar para o Estado de São Paulo, poderemos ver o quanto é numerosa a parcela da população contida na ampla classificação de “sem-teto” utilizada pelos movimentos de moradia:

Dados do Ministério da cidade dão conta de que, no Estado de São Paulo, além dos 4 milhões que vivem em loteamentos irregulares, favelas, áreas de risco e mananciais, e dos dois milhões que moram em cortiços, existem dois milhões de pessoas que se espremem ‘de favor’ em casa de amigos, vizinhos e parentes, ou pagando taxa mínima de manutenção(Jornal “Folha de São Paulo”, 12 de Abril de 2007).

Se adotarmos o sentido mais restrito e habitual de classificação de “sem-teto” como sinônimo de morador de rua precariamente estabilizado em um determinado lugar, veremos que só o município do Rio de Janeiro abriga 1.682 pessoas nesta condição, segundo pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro(ver gráfico abaixo). Acharmos importante analisar na pesquisa uma certa tendência à ampliação da abrangência do processo de exclusão social que passa a diversificar o seu perfil populacional atingido. O conhecido tipo social do “mendigo”, caracterizado por graves problemas familiares e por uma condição física e psicológica afetada o suficiente para impossibilitá-lo de se (re)inserir no mercado de trabalho, passa a ser acompanhado por um crescente número de trabalhadores em condições precárias, normalmente catadores de latinha e de papelão. A opinião do secretário Marcelo Garcia, dada ao jornal “O GLOBO”⁷, confirma em parte esta tendência:

(...) a figura do mendigo tradicional foi substituída por um contingente de homens e mulheres que busca nas ruas – sobretudo do Centro, da Tijuca e da Zona Sul – sua fonte de sustento, pedindo esmola ou recolhendo latas e papelão para reciclagem... O mendigo tradicional, que não possui casa e geralmente tem problemas familiares, migrou para Zona Norte e Zona Oeste.

⁷ Declaração retirada do Jornal O GLOBO do dia dez de novembro de 2006.

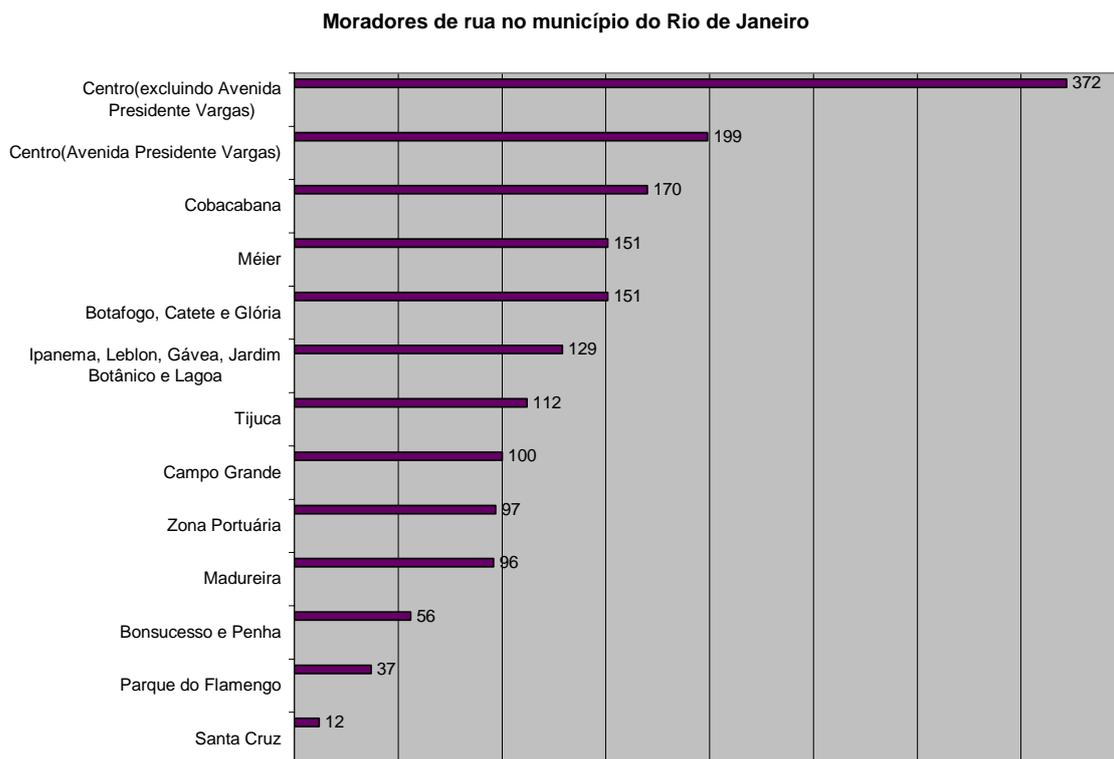


Figura 04. Moradores de ruas em bairros do município do Rio de Janeiro. Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2006.

Os abrigos oferecidos pelas prefeituras das grandes cidades do país normalmente não são acompanhados de políticas adequadas de (re)inserção social para as pessoas atingidas e sua quantidade não costuma ser adequada em relação ao número de sem-tetos espalhados em seu território de ação jurídica e política. Normalmente lotados, estes abrigos não representam uma opção desejável para muitos sem-tetos que também sofrem com a falta de uma delimitação mais detalhada de cada situação específica envolvendo as pessoas que residem nestes locais.

Analisando a situação do município do Rio de Janeiro, percebemos que todas as 2.101 vagas preenchidas em abrigos não sugerem a possibilidade de uma efetiva reintegração social. Neste sentido, os movimentos de moradia, suas ocupações de prédio e assentamentos, aparecem como possibilidades de reintegração social e política através da luta coletiva, criando alternativa para o resgate da auto-estima e da expressão da individualidade dessas pessoas:

Deus me livre ter que voltar para esses lugares [abrigos], lá tinha um pessoal estranho que você não conhece, rouba suas coisas e deus mais sabe o que. Aqui [na ocupação Quilombo das Guerreiras] pelo menos tenho minhas coisas e posso sair para trabalhar mais sossegado ⁸ ” (morador da ocupação Quilombo das Guerreiras).

1.3 As lutas sociais na América Latina contemporânea: os exemplos de Brasil e Argentina

Embora o objeto deste estudo seja um caso específico de luta social - a ocupação urbana Quilombo das Guerreiras, na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro- é relevante relacionar a forma e o sentido deste caso particular com um conjunto de lutas sociais mais amplo, referente não apenas a certos países e certas regiões, mas abrangendo a própria América Latina. Com isso, o problema das lutas sociais é situado no seu contexto próprio e forte, vale dizer, de uma crítica teórica e prática do capitalismo em sua dimensão internacional. Já que o capitalismo, como se sabe, não respeita fronteiras regionais e nacionais, o que é ainda mais verdadeiro na época em que vivemos, a da nova ordem política e econômica criada pelo capitalismo mundializado.

Nova ordem na qual as regiões, as nações continuam existindo, mas os problemas que precisam ser pensados apontam sempre na direção da totalidade dinâmica, e complexa, do próprio capitalismo que se expandiu, ocupando de fato todo o planeta. O que não significa afirmar que as fronteiras territoriais dos diversos países das diversas regiões tenham desaparecido, mas sim que essas dimensões espaciais estão agora situadas em constelações críticas novas. É o caso dos diversos países e regiões que formam a América Latina, desde logo entendidos como formações tardias na expansão do

⁸ A declaração não omite o fato de que, na própria ocupação Quilombo das Guerreiras, outras declarações denotavam reclamações esporádicas envolvendo sumiços de objetos pessoais e desrespeito a individualidade de alguns moradores. Mas essas não eram recorrentes o suficiente para desestabilizar inteiramente o coletivo, nem costumavam indicar situações mais graves.

capitalismo, no passado e no presente situados em posições subalternas, sempre a reboque das determinações fortes, vindas dos países avançados, sobretudo dos Estados Unidos, da Europa ocidental e do Japão.

O problema da exclusão social e da inclusão precária, da dependência, da herança colonial, da forma e do sentido da modernização conservadora, da urbanização desigual e violenta, das desigualdades internas entre as regiões mais pobres e mais ricas de cada país, continua atual, embora já não possam ser pensados, em grande parte, a partir de categorias e referências imobilizadas em conjunturas históricas passadas. No interesse deste trabalho, interessa ressaltar que fontes qualificadas de pesquisa, em que se encontram as referências mais amplas e completas sobre as lutas sociais na América Latina contemporânea, indicam correlações e convergências fortes, articulando o quadro geral de um conjunto muito variado e complexo de lutas que, embora tenham dinâmicas particulares, podem ser entendidas como a atualidade da crítica teórica e prática do capitalismo.

O que se nota, ao pesquisar o conjunto das lutas e conflitos sociais em curso nos países da América Latina, é desde logo uma diferença marcante em relação aos veículos privados de comunicação social, como as redes de televisão e de rádio, jornais e revistas de grande circulação, que formam uma rede imaginária muito poderosa, que funciona como um filtro, muito seletivo e orientado, que omite, manipula e distorce as informações. A função desses veículos de comunicação social é justamente organizar o combate ideológico no campo das representações, da linguagem e das imagens, orientando essas mesmas representações no sentido de uma defesa sistemática do próprio capitalismo, acompanhada de uma correlata desqualificação da forma e do sentido das lutas e dos conflitos sociais. Não é diferente no caso das representações ligadas às ocupações urbanas, inclusive o Quilombo das Guerreiras, objeto desta pesquisa.

É importante ressaltar que a distorção sistemática da forma e do sentido das lutas e dos conflitos sociais, quando apresentados e representados pelos meios privados de comunicação social, costumam se referir a um ponto crucial. Enquanto as lutas sociais se articulam em torno de demandas e direitos bem

definidos - à cidade, à moradia, ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura, ao transporte, à segurança, à defesa do meio-ambiente -, que podem ser definidos e entendidos em bases racionais e críticas, as representações ideológicas deslocam e distorcem essas mesmas lutas e conflitos, quase sempre os empurrando para o campo da ilegalidade, do crime, da esfera judicial, retomando sempre o velho mote da defesa conservadora do capitalismo, vale dizer, da luta social como caso de polícia. Por extensão, os trabalhadores envolvidos nas lutas são percebidos como as classes perigosas, uma ameaça que precisa ser sempre contida, reprimida e, quando possível, anulada.

Faz parte da dinâmica das lutas de classes que assim seja, e de fato seria ingênuo supor que pudesse ser diferente, que os grupos dirigentes, fazendo sempre o necessário para a manutenção de seus privilégios, preservem a continuidade da exploração e da dominação. Portanto, uma pesquisa nas fontes de informação organizadas e qualificadas, orientadas pelo sentido crítico da informação, mostra com clareza a natureza do confronto, repetidas diversas vezes, variando apenas a região ou país da América Latina que esteja sendo abordada: quando os conflitos sociais tomam a forma da luta organizada e pública, a resposta vem diretamente através da intervenção policial, como repressão direta, acompanhada de medidas judiciais, também repressivas, ambas defendidas e divulgadas pelos meios privados de comunicação social, sobretudo os de massa, os mais eficazes, que alcançam um maior número de receptores.

Como se sabe, a intenção é criminalizar as lutas e os conflitos sociais, distorcendo o sentido efetivo da luta pela justiça social como condição necessária e indispensável para que haja paz na própria vida em sociedade. Como também se há de notar, essas representações apresentam a violência sempre no campo das lutas sociais organizadas, defendendo os aparatos policiais, judiciais e políticos do Estado como simples e honestos defensores da lei. É uma forma perversa, porém efetiva, de ganhar posições importantes no campo das lutas de classes. Pode-se acrescentar que se trata de um combate desigual, em que os movimentos populares jogam sempre no campo do adversário, com recursos e apoios restritos, enquanto os interesses do

capitalismo, sejam os de proprietários de lotes e edificações urbanas, de propriedades rurais improdutivas, ou de grandes corporações multinacionais, são defendidos mobilizando recursos e apoios muito amplos e profundos.

Dada a dureza dos combates, também não é de estranhar que várias experiências de luta terminem em derrota, mesmo se as considerarmos temporárias ou parciais. É o caso de muitas ocupações, no campo e na cidade. Lembre-se aqui o exemplo da ocupação Prestes Maia, em São Paulo, a mais antiga da América Latina, que foi recentemente derrotada, com a desocupação do prédio e a retirada de seus moradores. Pode-se também lembrar as grandes dificuldades na continuidade da ocupação Quilombo das Guerreiras, que chegam a ameaçar seu futuro, e uma eventual permanência efetiva, ou seja, uma possível moradia definitiva aos seus ocupantes na área central da cidade do Rio de Janeiro. Também cabe indicar que as fontes qualificadas de pesquisa acima citadas, e que sustentam esta análise, mostram muitos exemplos de ocupações, rurais e urbanas, que são desmontadas quase que de imediato, pela intervenção rápida de aparatos policiais ostensivos, impedindo qualquer diálogo ou negociação que pudesse garantir o acesso a terra e à moradia digna.

Escapa ao alcance deste trabalho, mas as pesquisas detalhadas do conjunto das lutas sociais na América Latina apontam na direção de convergências e correlações relevantes e significativas, ajudando a relacionar as dimensões particulares e gerais desses movimentos organizados. Referindo-se ao objeto desta pesquisa, é que não se trata de uma ocupação urbana isolada, mas sim articulada a outras ocupações e outros movimentos e lutas, como que fazendo parte de uma rede envolvendo um conjunto significativo de movimentos, partidos, sindicatos, associações, cooperativas, mais ou menos organizados, com formas e sentidos de luta mais ou menos organizados, indicando sempre a complexidade do que se está pesquisando.

Embora não haja como entender isoladamente o campo de cidade, espaço rural de espaço urbano, o que se percebe é que houve, nas últimas décadas, um avanço marcante do Movimento dos Sem Terra, e da Via Campesina, que não foi acompanhado, na mesma escala de avanço e de

organização, pelos movimentos urbanos dos sem-teto, embora sejam movimentos por vezes solidários e contemporâneos. Trata-se de uma questão complexa, pois remete para uma outra pesquisa, que também escapa do âmbito delimitado pelo estudo da ocupação Quilombo das Guerreiras. Mas se pode adiantar, como possível vetor de análise, que as ocupações rurais e urbanas, embora contemporâneas, não são sincrônicas, apresentando dinâmicas próprias, que não podem ser facilmente generalizadas.

Feito um breve resumo geral, e a relação entre uma luta social específica, o Quilombo das Guerreiras, e o conjunto das lutas sociais na América Latina, é preciso delimitar o alcance da análise, já que se trata de um conjunto muito vasto de informações, de movimentos e de lutas, mesmo se considerados apenas os anos mais recentes. Assim sendo, a seguir são apresentados exemplos de lutas sociais em dois países, no Brasil e na Argentina, tomados como amostragem seletiva do problema que está sendo analisado. Exemplos necessários para situarmos a ocupação Quilombo das Guerreiras em uma dinâmica mais ampla, relacionada à dados particulares e gerais referentes à América Latina. Cabe acrescentar que, embora os exemplos sejam tomados do Brasil e da Argentina, já que é preciso delimitar o alcance da análise, os exemplos poderiam ser tomados de outros países da América Latina, mostrando não uma simples repetição, mas correlações e convergências fortes, articuladas de fato com o conjunto das lutas e conflitos sociais nos vários lugares e territórios, quer da América Portuguesa, vale dizer o Brasil, quer da América Hispânica, que compreende todos os outros países da chamada América Latina. Pode-se então passar para os exemplos da amostragem seletiva, referentes aos casos argentino e brasileiro.⁹ São exemplos apenas dos três últimos anos.

Seguindo como referência o Observatório Social da América Latina (OSAL), ligado ao Conselho latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), e a um conjunto forte de movimentos sociais organizados e centros de pesquisa, pretendemos apresentar a seguir também uma amostragem limitada, mas

⁹ As informações e referências foram pesquisadas no OSAL, Observatório Social da América Latina, ligado à CLACSO- Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, que reúne e divulga informações de referências sobre movimentos e lutas sociais no continente.

representativa, das lutas sociais em curso na Argentina contemporânea. Pode-se começar lembrando que a gravidade da crise econômica que atingiu a população trabalhadora daquele país, na fase mais recente de sua história, pode ser entendida quando notamos-citando aqui dados do Instituto Nacional de Estadística y Censos, o INDEC - que no primeiro semestre de 2005, 31,4% da população era composta por pobres (12,1 milhões de pessoas), e desse total 4,3 milhões era de pessoas indigentes (11,2%). Esses dados percentuais eram ligeiramente menores que os de 2001, porém superiores aos de 1998. Isso apesar da diminuição da taxa de desemprego, já que mais da metade dos assalariados argentinos tem renda abaixo da linha da pobreza.

Com uma forte tradição no campo das lutas sociais, a Argentina conta com um grande número de movimentos organizados e ativos, enfrentando as dimensões inéditas da crise econômica em um país que já foi um dos mais prósperos da América Latina, urbanizado e alfabetizado há poucas décadas atrás. São muitas as informações e referências que se encontram no OSAL, indicando um conjunto amplo de movimentos, de lutas e de demandas, cabendo aqui apresentar apenas alguns exemplos, com o objetivo de continuar situando o contexto da América Latina e situações em que a moradia, a habitação popular, é referência necessária de luta.

Vejam-se os exemplos a seguir. Em Rosário, província de Santa Fé, representantes do grupo Inquilinos de Rosário Autoconvocados marcham até o Banco Nacional para questionar o anúncio do governo sobre a nova linha de créditos hipotecários para a compra de moradias, por ser inacessível para a maioria dos inquilinos. Em Buenos Aires, vizinhos de Dock Sud, Avellaneda e La Boca, com militantes da Corriente Classista y Combativa, se concentram em frente aos Tribunais, para reclamar moradias, a erradicação de lixeiras e uma indenização por enfermidades resultantes da contaminação do Riachuelo. Como se pode notar, este é um tipo de luta social que articula a moradia e a saúde pública, no que se pode entender como ecologia em sentido forte, ligada à vida concreta dos trabalhadores pobres.

Em Buenos Aires, mais de 200 habitantes da villa de emergência 20-acompanhados por militantes do Movimiento de Trabajadores Desocupados

Teresa Rodriguez (MTR), do Pólo Obrero, do Movimiento Territorial de Liberación (MTL), do Movimiento Teresa Vive e outras organizações- marcham até o Parque Roca, onde se disputava a Taça Davis de tênis, reclamando um plano de urbanização e repudiando a desocupação de um terreno na semana anterior. A polícia impediu o acesso ao prédio, e os manifestantes ocupam as ruas de acesso ao local. Ainda em Buenos Aires, na mesma época, no bairro de Avellaneda, 93 famílias sem-teto ocupam a rua, para pedir que não sejam desalojados. Também na área de Buenos Aires, 100 habitantes da Villa 20 de Lugano, acompanhados por sete organizações sociais, dentre elas o FPDS, fazem manifestação em frente a um Ministério portenho, reclamando a entrega de terras para construir suas moradias. Seguindo em Buenos Aires, 300 habitantes da já citada villa de emergência 20 ocupam, durante cerca de 5 horas, um terreno, para exigir que ali sejam construídas habitações sociais. O governo portenho promete aos manifestantes a transferências dessas terras e a licitação de um plano habitacional. No começo de 2007, em Puente Alsina, um dos acessos a Buenos Aires, 100 famílias sem-teto, em processo de desocupação do terreno que ocupavam no bairro de Pompeya, param parcialmente o trânsito, para cobrar do governo portenho que lhes outorgue créditos hipotecários para comprar habitações.

O segundo exemplo, muito peculiar, também do OSAL, informa que integrantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, ocupantes de um prédio em Porto Alegre, realizam protesto contra a reintegração de posse concedida pela justiça. O prédio abandonado pertencia à Caixa Econômica Federal, tendo sido vendido para uma empresa. Em seguida, e essa é a nota peculiar, o prédio foi comprado pelo PCC - Primeiro Comando da Capital, organização criminosa que o utilizou para uma tentativa de assalto à banco. A reivindicação dos sem-teto era que o prédio fosse redirecionado pelo Estado para as famílias que ocupavam o local.

O terceiro exemplo de ocupação não trata de ocupação urbana em áreas centrais, como tem acontecido em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e em outros estados do Brasil, mas em área periférica extensa, que se pode entender como zona rural. Assim, cerca de quatrocentas famílias

ligadas ao MTST – Movimento dos Trabalhadores sem Teto- ocupam uma área particular de mais ou menos 1,3 milhão de metros quadrados, em Vale Velho, periferia de Itapeirica da Serra, na região sudeste de São Paulo. O movimento afirmou que pediria à justiça a desapropriação do local, um pasto abandonado usado como pastagem de gado. A proprietária da área entra com pedido de reintegração de posse, sustentando que o terreno já estava em processo de desapropriação, por conta das obras do Rodoanel, obra viária que seria feita naquela região de São Paulo. A juíza de Itapeirica da Serra concedeu liminar de despejo, que não pode ser cumprida por falta de efetivos policiais locais. Naquela altura, o movimento social informava que era constante a intimidação por parte dos policiais e “seguranças” contratados pelos proprietários, tentando sempre impedir a entrada de novas famílias e amedrontando as já acampadas na área. Graças ao alto déficit habitacional da região, a ocupação tendia a crescer, incorporando mais famílias.

O que de fato aconteceu, conforme se lê no relato da OSAL, informando que cerca de 5 mil pessoas ligadas ao MTST percorreram cerca de 18 km, de Itapeirica da Serra até o Palácio dos Bandeirantes, no Morumbi, para reivindicar do governo do Estado de São Paulo a inclusão de cerca de 3500 famílias sem teto da ocupação de Itapeirica da Serra no programa de habitação mantido pela estatal Companhia do Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Um destacamento de mais ou menos 500 policiais militares foi acionado, para impedir que a manifestação chegasse ao Palácio Bandeirantes, sede do governo paulista, encaminhando-a para um estacionamento próximo. A nota relevante desse exemplo é a seguinte: naquela altura bem recente, a ocupação começou com mais ou menos 400 famílias e já estava contando com mais de 10 mil pessoas, informação dada pela própria Polícia Militar. Na sequência da luta, somos informados que houve um acordo entre o movimento e seus interlocutores, mas que não haveria desocupação da área, pois o terreno provisório oferecido pela prefeitura e Itapeirica da Serra não era suficiente para abrigar todas as famílias. No desfecho da luta, foi cumprido um mandado de reintegração de posse, sendo os ocupantes transferidos para um terreno no Jardim Calu, fornecido por três pela Prefeitura.

O quarto exemplo trata dos movimentos sociais, das lutas e dos conflitos, em nível de organização mais ampla, mostrando que não se trata de grupos esparsos, desorganizados, motivados apenas pela dimensão local das ações que desencadeiam. O OSAL relata que mais de 5 mil pessoas, de 626 organizações sindicais, populares e estudantis, ligadas à Coordenação Nacional de Lutas- CONLUTAS- e à Intersindical, participam, no Ginásio Mauro Pinheiro, Ibirapuera, São Paulo, do Encontro Nacional Contras as Reformas do governo federal, cujo objetivo era “flexibilizar” os direitos trabalhistas. O Encontro foi organizado pela CONLUTAS, INTERSINDICAL, MTL, MTST, ANDES, CEBs e PASTORAIS SOCIAIS de São Paulo, além de diversas representações estudantis. Participaram do Encontro líderes do MST, da ASSEMBLÉIA POPULAR, da CORRENTE CLASSISTA DA CUT e de várias organizações, tendo como objetivo consolidar uma agenda unificada de lutas para o ano de 2007. Cabe notar que esse nível de organização, mesmo que não se discutam aqui diferenças e divergências de orientação política entre as diversas organizações e movimentos, indica um processo em escala não apenas local, porém muito mais articulado, o que pode indicar maior capacidade de luta e de resistência às pressões conservadoras, o que é sempre mais fácil quando se trata de ações isoladas e com nível fraco de organização e articulação.

O quinto exemplo relata que cerca de 450 famílias sem-teto ocupam um edifício abandonado em frente à Estação da Luz, no centro da cidade de São Paulo, onde até a década de 1980 funcionou o Hotel Santos Dumont. A ocupação foi organizada pelo Movimento Sem Terra da Região Central de São Paulo- MSTRC- o Movimento de Moradia da Região Centro- MMRC- e o MSTC. O prédio, com seis andares, estava com as instalações sanitárias destruídas, com a água cortada e lixo espalhado pelos quartos. A nota relevante, nesse caso específico é a seguinte: cerca de cem usuários de droga (crack) daquela região tentaram ocupar o prédio, mas foram impedidos pelos sem-teto. A tentativa foi denunciada pelo próprio movimento, impedindo esse tipo de prática.

O sexto exemplo é o de ocupação em São Paulo, em que mais ou menos 400 famílias ocuparam o edifício São Vito, também na área central da cidade, sendo em seguida retiradas por policiais militares. Ao menos dez pessoas ficaram feridas. Pelo menos sete movimentos participaram do ato, entre eles o MTSTRC. A ocupação representou um protesto dos antigos moradores do prédio, que deixaram de receber da Prefeitura a bolsa-aluguel. O edifício, localizado na Av. do Estado, Parque Dom Pedro, tem 624 apartamentos e 27 andares. Foi esvaziado pela Prefeitura em 2004 para reforma, que não foi feita. Os moradores informaram que foram expulsos pela Força Tática da PM, que invadiu o prédio, agredindo homens e mulheres, e jogando bombas de gás. Segundo um assessor jurídico do movimento, como as famílias chegaram antes da Polícia Militar, só poderiam sair através de ordem judicial. De acordo com a PM, a retirada dos moradores ocorreu por ser um flagrante. Uma vez mais, como se percebe neste exemplo de luta, é clara a intenção de criminalizar esse tipo de luta social. Ainda em São Paulo, e na mesma linha, o OSAL relata que integrantes da ocupação Prestes Maia denunciaram a violência policial. Segundo moradores da ocupação, mais de vinte policiais cercaram o prédio com viaturas, em seguida promovendo uma invasão, com arrombamento de paredes e intimidação dos moradores. Os policiais não se identificaram, não tinham mandado judicial e estavam armados.

O último exemplo selecionado diz respeito à ocupação João de Barro, em Belo Horizonte. A ocupação começou em 28 de abril de 2007, em um prédio de 15 andares localizado na região centro-sul da capital mineira. A Companhia Energética de Minas- CEMIG- e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais- COPASA-, escoltas pela tropa de choque e quatro viaturas da Polícia Militar, cortam a água e a luz de 200 famílias. A tropa de choque justifica sua presença alegando garantir a segurança dos funcionários das empresas para que possam executar o corte de energia e de água. Como em tantos outros exemplos de luta social e confronto daí decorrente, a polícia compareceu como que preparada para uma guerra, onde enfrentaria inimigos, que no entanto não existiam. Os moradores da ocupação eram pacíficos, não estavam armados e não tinham como resistir ao aparato militar mobilizado. Ação que jamais se vê, vale notar, quando se trata de ocupações vindas do

alto, da própria elite brasileira, quando constrói amplas casas em encostas, em praias, quase sempre em áreas de proteção ambiental. Também aqui, não deveria causar estranheza, já que as lutas de classes marcam bem a diferença entre os que podem ocupar, mesmo já sendo proprietários, vale dizer os de cima, e os que não podem de jeito, os trabalhadores pobres, sem propriedades e precisando de uma casa onde morar.

Também no começo de 2007, cerca de 330 manifestantes do Movimiento Independiente de Jubilados y Desocupados (MIJD) marcham até a sede da Administración Nacional de la Seguridad Social para pedir aumento das aposentadorias, e de lá à Casa de Gobierno, onde reclamam uma solução para o déficit habitacional da Argentina, além de moradias para famílias carentes. Na mesma época, cerca de 300 famílias, desalojadas dias antes de um terreno que haviam ocupado em Villa Celina, na região da Grande Buenos Aires, se concentram na Praça de Maio, para pedir a propriedade da área. Famílias que haviam ocupado prédio pertencente al IVC de Buenos Aires, em Ciudad Evita, são desalojados pela polícia, com um saldo de 5 pessoas detidas e alguns policiais feridos. Mais grave, o exemplo seguinte informa que, em Buenos Aires, a quase totalidade do assentamento precário El Cartón é incendiada. O assentamento estava situado debaixo de uma auto-estrada no bairro de Villa Soldati, e o incêndio afetou a vida de 1400 pessoas, que perderam todos os seus pertences. É grave, porque os ocupantes denunciam que foi um incêndio intencional, suspeitando dos vizinhos do bairro, que se opõem à existência desses assentamentos.

Em Ciudad Evita, Grande Buenos Aires, um numeroso grupo de famílias, que havia ocupado um prédio pertencente ao Ministério de Economía de la Nación é desalojado. Em consequência, milhares de pessoas sem-teto interrompem o trânsito na rota 21, pedindo moradias dignas. Seguindo em Buenos Aires, 30 vizinhos do bairro de Parque Avellaneda se concentram diante do ginásio poliesportivo municipal, fechado desde a semana anterior para alojar parte dos evacuados do incêndio da villa El Cartón, porém reclamando no sentido de que seja reaberto o ginásio e possam praticar esportes. Em Buenos Aires, habitantes da villa 20 de Villa Lugano, de vários

inquilinos de Barracas e ocupantes de moradias do bairro de Floresta tomam vários prédios. Ainda na área de Buenos Aires, cerca de 50 pessoas que usam um refeitório comunitário organizado pela Assembleia Popular de San Cristóbal, interrompem o trânsito para pedir que não seja feito o despejo do edifício onde funciona o sistema de merenda, e onde viviam cerca de 52 famílias, que o ocupavam havia 2 anos. Como último exemplo, o de Lanus, sempre na região de Buenos Aires, onde umas 400 famílias que ocupavam um prédio pertencente à Associação de Curtidores da PBA resistem à desocupação, restando como saldo 10 policiais e 20 ocupantes feridos.

Retornando ao Brasil, e para análises mais próximas ao caso que estudamos nesta pesquisa, o observatório trata da própria ocupação Quilombo das Guerreiras e das demais ocupações organizadas da área central da cidade do Rio de Janeiro. O OSAL informa que cerca de cem famílias ocupam um prédio desativado há dez anos (segundo a assessoria jurídica do movimento, são mais de 15 anos sem uso), propriedade da Companhia Docas, no Rio de Janeiro. Em seguida informa que houve uma manifestação no centro do Rio de Janeiro, reunindo moradores das ocupações Zumbi dos Palmares, Chiquinha Gonzaga e Quilombo das Guerreiras, apoiados por militantes de outros movimentos sociais. Na época, a ocupação Quilombo das Guerreiras era muito recente, e a manifestação tinha por meta reivindicar a garantia de permanência da ocupação. A manifestação teve início na ocupação Zumbi dos Palmares, na Praça Mauá, e seguiu para a sede da Companhia Docas, onde uma comissão foi recebida por representantes da empresa. Na continuidade da luta, o OSAL informa que houve uma manifestação em frente ao prédio da Companhia Docas, no centro do Rio de Janeiro, contra o pedido de reintegração de posse do edifício ocupada, já então chamado Quilombo das Guerreiras. O pedido de reintegração de posse não ocorreu, o advogado da Companhia Docas observou de longe a manifestação, que foi acompanhada de perto por seguranças portuários. Tentaremos analisar a trajetória e a luta da ocupação Quilombo das Guerreiras no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

RESISTINDO À COERÇÃO E AO COMBATE IDEOLÓGICO: A DIFÍCIL TRAJETÓRIA DE UM MOVIMENTO POPULAR PELO TERRITÓRIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

2.1 A formação da ocupação Quilombo das Guerreiras: a construção do movimento.

Formada na sua grande maioria por trabalhadores informais e desempregados oriundos da Baixada Fluminense e da parte periférica da área central da cidade - destacadamente Gamboa, Santo Cristo e Saúde - a ocupação que recebe o nome de Quilombo das Guerreiras percorre uma difícil trajetória até conseguir sua territorialização na Zona portuária da cidade do Rio de Janeiro. Ela começa em encontros realizados no ano de 2005, na Zona Norte e na área central da cidade ¹⁰. Esses encontros, apoiados por estudantes e trabalhadores, eram formados por pessoas que, por diferentes motivos, não conseguiam continuar pagando o aluguel de suas casas. Concordava-se em apontar a necessidade de realização de projetos voltados para ocupações de

¹⁰ Dessas reuniões, em 2005, até a consolidação da ocupação Quilombo das Guerreiras (2006), o movimento sofreu pequenas alterações no seu grupo de componentes e na sua organização interna.

prédios, há muitos anos abandonados, como forma de conseguir moradia e pressionar o sistema jurídico do país a garantir, na prática, a “função social da propriedade”, expressa na Constituição Federal de 1988 (art. 5º, XXIII, CF/88) e no Estatuto da Cidade. Pretendemos analisar o histórico da trajetória do movimento para refletirmos sobre as suas condições atuais.

Incentivado pela consolidação das ocupações Chiquinha Gonzaga e Zumbi dos Palmares, na área central do Rio de Janeiro, o movimento popular realiza o seu primeiro projeto de ocupação de um prédio abandonado no início do ano de 2005. No mês de novembro do mesmo ano, o projeto tenta ser concretizado através da ocupação do prédio número 20, na Rua Alcindo Guanabara, próximo a Câmara dos Vereadores. O prédio ocupado pertencia ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e, até então, encontrava-se desocupado por mais de 15 anos¹¹. O movimento, já representando pelo nome de ocupação Quilombo das Guerreiras, residiu por pouco tempo no prédio, sendo expulso algumas horas depois, no dia seguinte, pela polícia militar. Durante o curto momento vivido pela ocupação na rua Alcindo Guanabara, a prefeitura utilizou-se de uma estratégia bastante clara: minar a resistência do movimento através da restrição ao acesso de bens essenciais e a mobilidade das famílias ocupantes. Funcionários da CEDAE, respondendo a ordem da prefeitura da cidade, impossibilitaram a transferência de água para o prédio ocupado e à polícia militar coube a tarefa de dificultar a entrada e saída dos ocupantes.

Grande parte do grupo de pessoas atuantes na rua Alcindo Guanabara passou então a organizar-se em torno de um outro projeto de ocupação. Após a frustrante e rápida experiência na área central da cidade, este projeto passa a ser concebido a partir de uma nova reflexão. Esta reflexão pautava-se no questionamento da viabilidade da permanência de ocupações situadas em territórios de muita visibilidade e controle espacial. A proximidade a órgãos jurídicos e a fortes esquemas de policiamento se apresentava como um importante obstáculo a ser considerado pelo movimento. Neste momento, já

¹¹ Dados confirmados pela assessoria jurídica do movimento e noticiados pela emissora “Band News FM”, no dia 14/11/2005.

nos deparávamos com uma pergunta que norteou nossa pesquisa: **quais são os motivos que justificam a territorialização de movimentos populares urbanos na área central da cidade?**

Ainda que os projetos voltados para ocupações na área central do Rio de Janeiro não fossem abandonados, decidiu-se ser necessário desviar momentaneamente o enfoque das ações para outros territórios da cidade. A Zona Norte da cidade passa a ser escolhida para a realização de novas ações. No dia três do mês de Julho, no ano de 2006, realiza-se a ocupação de prédio localizado na Rua Estrela, no bairro do Rio Comprido. Às dezoito horas do dia posterior, aproximadamente, ocorre a retirada das famílias sob pressão da polícia militar. As primeiras entrevistas realizadas com os moradores da ocupação Quilombo das Guerreiras não apontavam para o desencadeamento de conflitos violentos entre o movimento e a polícia naquele momento. Porém, a incidência de pequenos conflitos foi registrada por outros componentes do movimento. Tal fato deveu-se a não participação de alguns poucos entrevistados nesta ocupação do Rio Comprido e a curta duração desses conflitos. A declaração da apoiadora Luciana Vanzan também sugeriu tal entendimento:

Parecia que já tinha acontecido um confronto mais corpo-a-corpo, em que até se usou gás de pimenta, mas naquele momento, os policiais, encontravam-se parados na frente do prédio, e uma faixa nos separava deles. A maioria rapazes novos, um deles, inclusive, com a patente de primeiro atirador do BOPE”(Vanzan, 2006, p. 77).

O processo de desocupação foi antecipado pela descoberta de que o prédio era particular e estava registrado no nome de um proprietário, o advogado Paschoal Scofano, que apesar de praticamente não utilizar o prédio há pelo menos uma década, pagava o imposto predial regularmente. Houve negociação para a retirada das famílias na Rua Estrela de onde fora sinalizada uma promessa de alocação das famílias em moradias populares, encaminhada por representantes do ITERJ (Instituto de Terras e Cartografia do Estado do

Rio de Janeiro)¹² que realizaram o cadastramento do movimento. No dia 04/07/06, o movimento se manifestou através do seguinte comunicado:

*No Brasil há 80% de sua população sem acesso à paz, saúde, transporte, trabalho digno e moradia. A questão de moradia é uma séria causa, pois só no Rio de Janeiro há milhares de famílias sem condição de morar dignamente, vivendo em lugares distantes dos locais de trabalho, em alugueis sem condição de pagar por conta da baixa renda que é conseguida, vivendo na rua ou em barracos precários. Ao mesmo tempo o preço da passagem do ônibus sobe, mal podemos comprar alimentos, a policia continua violenta conosco, negros e pobres, que nos pára e revista sem a menor causa, nos transformando em criminosos, nos violentando e executando nossos irmãos. Por conta disso, nós, 150 famílias de trabalhadoras e trabalhadores sem teto, ocupamos um prédio abandonado há mais de 15 anos, sem cumprir com sua função social. Batizamos a ocupação de Quilombo das Guerreiras, lembrando as resistências de nosso povo, que lutou por séculos, em quilombos, assentamentos, revoltas e protestos, contra os 500 anos de opressão e massacre que nós, negros, pobres, jovens, mulheres e homossexuais fomos submetidos. Destacamos a luta das mulheres que sofrem ainda mais com as desigualdades, por isso homenageamos todas as lutadoras como GUERREIRAS. Chamamos toda a população para o ato de solidariedade à ocupação que acontece em frente ao prédio ocupado, na Rua Estrela nº 64, próximo à Praça do Rio Comprido, a partir das 9h da manhã, nesta segunda feira, 3 de Julho.
Apareça! ”¹³.*

O manifesto, divulgado pela Internet com a ajuda de apoiadores que fazem parte do movimento social denominado Frente de Luta Popular, principal apoiador do movimento, atingiu poucas tiragens impressas. Foi disponibilizado ao acesso no Centro de Mídia Independente, endereço eletrônico privilegiado no que concerne a informações vinculadas a ações de movimentos populares.

¹² Informação identificada nas falas de moradores entrevistados em nossa pesquisa e confirmada na edição nº21 do Observatório Social da América Latina, no dia 31/12/06, encontrado no endereço eletrônico www.lpp-uerj.net/outrobrasil/Conflitos_Destaque.asp?Id_Sub_Conflito.

¹³ Comunicado divulgado no Centro de Mídia Independente, no endereço eletrônico www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/07/357148.shtml.

Apesar de conseguir apenas uma pequena divulgação impressa, o manifesto pode ser considerado importante, pois foi construído com a participação direta e com o consentimento do movimento e a diversidade de opiniões que o compõe.

Após a retirada no Rio Comprido, outras dificuldades se impuseram ao movimento, em especial as contidas nas propostas que se direcionavam para tentativas de ocupações de prédios próximos a espaços periféricos controlados pelo tráfico de drogas ou por grupos formados por ex-policiais, bombeiros e outros segmentos armados de maneira ilegal, popularmente identificados como “milícias”. Cabe registrar, entretanto, que em todas as situações relatadas as entrevistas com os moradores expressaram um temor comum em relação a um segmento repressor identificado como “P2”, representado por policiais e seguranças disfarçados à paisana que tenta se infiltrar na organização dos movimentos para enfraquecê-los. Esse conhecido inimigo dos movimentos populares urbanos costuma agir violentamente, tentando retirar a visibilidade dos atos criminosos da polícia e coagir as iniciativas populares organizadas politicamente:

Com o tempo chegaram os conhecidos P2, policiais à paisana, que ficam disfarçados olhando o movimento, tirando fotos, marcando a cara dos companheiros. Acham que ninguém os nota, mas a postura, as blusas, a forma de olhar acaba por entregá-los. Quando se distraem eles levantam os braços, fica visível a arma guardada sob a roupa. São pessoas que requerem cautela, porque numa confusão, podem atirar, e como estão à paisana, acabam se disfarçando no meio das outras pessoas, a aí, fica-se sem saber da onde veio o tiro” (Vanzan, 2006, p. 78).

Há também possibilidades de enfraquecimento dos movimentos sociais devido a maior proximidade a territórios usados por diferentes grupos de inimigos políticos¹⁴, notadamente as “milícias” armadas e o tráfico de drogas. Essa proximidade atua de maneiras distintas contra o movimento. Além do

¹⁴ Devemos destacar que o assunto foi, na maioria das vezes, evitado pelos entrevistados do movimento popular por motivos de segurança pessoal. Fato perfeitamente compreensível.

perigo direto às vidas dos componentes do movimento representado pela prática violenta desses grupos, também há o perigo de representações externas que associem o movimento popular às ações realizadas pelo tráfico de drogas. Essas representações normalmente são construídas por parte da mídia¹⁵ e pelos discursos oficiais do Estado e da polícia militar que as utiliza como justificativa para as ações violentas de despejo dos ocupantes de prédios abandonados.

No caso da ocupação Quilombo das Guerreiras não registramos qualquer forma de atividade relacionada ao tráfico de drogas realizada próxima ao prédio ocupado ou qualquer tipo de intervenção com esse sentido no interior do prédio. No entanto, dificuldades causadas pela proximidade física com o tráfico de drogas foram registradas em duas das ocupações organizadas da área central da cidade, a ocupação Chiquinha Gonzaga e a ocupação Zumbi dos Palmares. A partir de entrevistas realizadas com apoiadores da ocupação Chiquinha Gonzaga tornou-se possível perceber que o início dessa ocupação exigiu diálogo do movimento com traficantes do Morro da Providência, objetivando evitar a ação destes últimos no prédio. Atualmente, os traficantes situados nos morros próximos também parecem manter uma relação de distanciamento com esta ocupação, inclusive referindo-se ao prédio ocupado da Chiquinha Gonzaga como a “fortaleza”¹⁶. O resultado do diálogo entre o movimento(e seus apoiadores) e traficantes nos momentos iniciais da ocupação Chiquinha Gonzaga foi descrito por Souza(2008, p.130) da seguinte maneira:

“...os moradores [da ocupação Chiquinha Gonzaga] resolveram enviar uma “delegação” à favela, para parlamentar com os traficantes. O que se seguiu foi interessante. Se, por um lado, ficou claro que a cessão do espaço da ocupação(um prédio alto, pertencente ao INCRA, abandonado já havia muitos anos) para o tráfico não era exatamente uma prioridade para o próprio chefe local, por outro lado os moradores e a FLP souberam argumentar com astúcia, alegando que, para os próprios traficantes, tomar posse de um prédio federal, cuja posse pelos sem-teto havia chamado a atenção da opinião pública por meio da imprensa, não seria um negócio tão bom assim, pelos riscos

¹⁵ O exemplo emblemático está na matéria escrita por Camila Nunes, na revista Veja, dia 09/01/2006. Na matéria, a autora se refere aos ocupantes de prédios abandonados do Centro da cidade São Paulo como “prostitutas, traficantes e comerciantes de produtos piratas”.

¹⁶ Tal informação foi confirmada por apoiadores e moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga que afirmaram ter ouvido, em mais de uma ocasião, tal referência nas proximidades da área central da cidade do Rio de Janeiro.

envolvidos... O argumento surtiu efeito, e a ocupação foi deixada em paz.”

O processo de incorporação do tráfico de drogas ao território da cidade do Rio de Janeiro e sua relação com os movimentos populares nos conduzem para uma reflexão que demanda a articulação das escalas de análise. Destacaremos aqui algumas reflexões de onde será possível apreender articulações entre as diferenças locais, a história do país¹⁷ e os mecanismos globais que os compreendem (Kurz, 1991; Zaluar, 1995; Torres Ribeiro, 2000; Lopes, 2001). Como explica Zaluar (1995, p.24 -5):

“o processo de democratização coincidiu com a dramática transformação na organização do crime, a qual afetou principalmente as regiões metropolitanas e, dentro delas, os bairros populares. A entrada dos cartéis colombianos e da máfia ítalo- americana ligadas ao narcotráfico, particularmente, o da cocaína, trouxe para o país as mais modernas armas de fogo que foram distribuídas entre os jovens traficantes e ‘aviões’. Os movimentos sociais foram também afetados por este novíssimo fenômeno que gerou novas dificuldades para os seus militantes”.

Nos últimos dez anos, sobretudo, a relação entre movimentos sociais urbanos e esses grupos vem tornando-se um tema de interesse especial de intelectuais e dos próprios movimentos na América Latina, que buscam entender e transformar “o processo que está se desenvolvendo nas periferias das grandes cidades, aonde se disputa um triplo jogo entre os estados, os movimentos e o crime organizado, que vem sendo ganho pelo último”(Zibechi,2006, p. 228). Os novos cenários de possibilidades, eclodidos nas últimas décadas de expressão urbana da “crise societária” que enfrentamos, serão inevitavelmente desafiados por essa questão (Torres Ribeiro, 2006). Enfrentá-la sem rodeios não significa, no entanto, a proposição

¹⁷ Pensando as redes e nós que formam o tráfico de drogas no país a partir dos anos 80, Souza(1995, p.169) atenta para “a tendência de difusão do consumo e do tráfico de drogas pelo território brasileiro”, concluindo que o “nó mais importante dessa rede é, à primeira vista, o Rio de Janeiro, mas seu alcance se amplia rapidamente: da Grande São Paulo, outro nó muito importante, até a ‘cidade-modelo’ Curitiba ...”.

de soluções ancoradas em confrontação violenta aberta por parte dos movimentos, nem da manutenção longo prazo desses mesmos em condições marginais ou isoladas. Um desafio delicado para os novos movimentos sociais urbanos, pois as referidas margens e os guetos das grandes cidades periféricas normalmente são regidos por um “verdadeiro estado de exceção com dois limites muito precisos: planos sociais no limite da sobrevivência, por um lado, e os narcotraficantes por outro” (Zibechi, 2006, p. 228).

À compreensão desse processo global e regional das rotas do narcotráfico deve-se adicionar a análise do sentido e forma do lugar sob influência do tráfico de drogas, justamente para evitar discursos que criminalizem ou estigmatizem o cotidiano da maioria de trabalhadores sob influência destes grupos. Evitá-los significa também incorporar à questão da violência urbana as distintas escalas das práticas capitalistas¹⁸:

Às favelas – que no caso do Rio de Janeiro se inscrevem historicamente na malha urbana privilegiada por investimentos públicos e privados – é sistematicamente atribuído o epicentro da violência, em decorrência do seu envolvimento no circuito da droga. Nessa atribuição desconhece-se... o fato banal de que os grupos de comando abrigados em favelas, envolvidos no comércio a varejo da droga, não controlam a totalidade dos circuitos do narcotráfico e das armas pesadas” (Torres Ribeiro, 2000, p. 25).

Torna-se relevante ressaltar que registros de intervenção nociva de tráfico de drogas, de “milícias” locais e da polícia militar também foram identificados em entrevistas com moradores e apoiadores de ocupações situadas em territórios da Zona Oeste da cidade. Alguns relatos coletados, inclusive, apontaram a atuação desses grupos como motivo principal para o enfraquecimento da organização de ocupações nesses territórios. Na ocupação Quilombo das Guerreiras as opiniões expressas por alguns moradores

¹⁸ Em relação ao assunto, Souza (1995, p. 166) assim sintetiza : “ a realidade é que o tráfico de drogas, se se considerar a repartição dos lucros da escala local às escalas mais amplas nas quais ele se inscreve, e particularmente os grandes financiadores do *asfalto* que não arriscam a pele diretamente , consiste em um capitalismo verdadeiramente selvagem e em uma forma brutal de exploração da mão –de – obra favelada.

indicaram um temor maior em relação às ações da polícia e das “milícias” do que propriamente as praticadas pelo tráfico de drogas¹⁹ :

“A polícia deveria manter o respeito como fazia bem antigamente, mas só fazem besteira e matam inocente. Pelo que eu ouço, as milícias são ruim mesmo, passam atirando em mulher, criança, não querem nem saber das pessoas que moram no lugar... nas favelas que eu sei, se tu não mexer com os traficantes, eles também não vão mexer contigo”(morador entrevistado 4).

“A polícia reprime a gente porque sabe que se a gente tiver espaço para se organizar e discordar, a gente vai incomodar os patrões deles no governo”(morador entrevistado 1) .

“O negócio da polícia com a gente é na covardia. Eles tentam saber nossos planos para poder reprimir” (moradora entrevistada 2).

Devemos esclarecer que as falas acima se referiam a diferentes experiências e locais, apesar da pergunta realizada ser basicamente a mesma para todos: “qual a sua a opinião em relação à violência na cidade do Rio de Janeiro?”. Enquanto a primeira declaração se remeteu a uma opinião focada numa perspectiva mais ampla que a própria pergunta permitia, a segunda e a terceira se referiram à relação particular do movimento com a polícia. Na primeira, o entrevistado se reportou a experiências anteriores à sua inserção no movimento, relatando processos envolvendo a atuação da polícia e das “milícias”, ocorridos nas favelas onde morou e favelas onde residiam pessoas próximas. Na segunda e na terceira também se expressaram opiniões voltadas para situações anteriores à ocupação do atual prédio, mas estas eram

¹⁹ Cabe dizer que isso não significa preferência por nenhum desses grupos, apenas maior temor em relação aos dois primeiros, a polícia e as milícias. Também vale ressaltar que um entrevistado expressou opinião conflitante com as demais citadas, afirmando, em tom de ironia, que “os moradores da favela sempre dizem que a bala perdida que atingiu um morador é da polícia, nunca é de traficante... só porque o tráfico dá o toque de recolher antes do conflito com a polícia não quer dizer que a bala dele não mata morador também” e completa de maneira incisiva : “... o povo trabalhador da favela paga por um conflito que ele não tem nada a ver, entre os traficantes e a polícia.

vivenciadas em momentos de repressão policial a reuniões organizadas pelo movimento, na cidade do Rio de Janeiro.

As declarações do morador entrevistado 4 sugeriram uma decepção com as atividades habitualmente realizadas pela polícia no Rio de Janeiro. Além disso, também indicaram uma certa idealização em relação à função histórica da polícia na cidade e uma possível distorção recente do sentido de suas ações. Não há ilusão em relação ao papel recente desempenhado pela polícia, mas uma forte desilusão causada pelo choque entre “o que deveria ser a polícia”, moralmente impecável, e a sua prática violenta e corrupta de repressão e controle dos pobres da cidade. Há aqui, talvez, um elemento a ser inserido nas análises que apresentam um movimento de crescente repúdio e desconfiança da maioria da população da cidade em relação a polícia, seguido por um movimento igualmente crescente de “simpatia ou tolerância para com os traficantes²⁰” (Souza, 1995. p. 166).

Na ocupação Quilombo das Guerreiras, tratando o movimento como um todo, identificamos uma posição consensual clara de distanciamento e reprovação às ações da polícia disfarçada, do tráfico de drogas e das “milícias”. Entretanto, a identificação destes atores como “inimigos”, reiterada em reuniões do movimento e entrevistas individuais, não parece impedir que o movimento também visualize e combata (de maneira pacífica e organizada, é importante que ressaltemos) outras formas assumidas pelo poder, como órgãos de decisão jurídica e econômica. Discutiremos essas formas com mais atenção ao longo deste trabalho, quando tratarmos mais especificamente da relação entre a atual ocupação Quilombo das Guerreiras, a Companhia Docas do Rio de Janeiro e os órgãos jurídicos e governamentais da cidade do Rio de Janeiro.

Para o entendimento da formação da ocupação Quilombo das Guerreiras, nesta primeira parte da pesquisa, não nos parece caber uma

²⁰ Souza (1995, p. 166), por exemplo, fala dessa “simpatia ou tolerância que podem ser autênticas ou induzida pelo temor”. Nós apenas acrescentaríamos que os casos de tolerância pelo temor parecem ser bem mais frequentes, ainda que pesem também os casos de meninas jovens seduzidas pelo tráfico de drogas e suas demonstrações de poder, das associações de moradores de favelas cooptadas pelo tráfico e políticos nego tráfico.

relação estreita de determinação entre o deslocamento para atual localização desta ocupação - na Zona Portuária, como veremos - e as ações realizadas por estes violentos grupos, na Zona Norte, Zona Oeste e em outras partes da cidade. Ainda que contribua para o entendimento do processo de formação da ocupação Quilombo das Guerreiras, a relação entre o movimento e as ações desses grupos deve ser pensada como mais um fator explicativo relevante para a compreensão desta complexa questão. Fazê-lo diferente significaria retirar da análise o sentido e a forma da ação do próprio movimento, suas motivações e necessidades, como tentaremos demonstrar mais à frente em nossa pesquisa.

Na madrugada do dia oito para o dia nove de outubro do ano de 2006, o movimento volta a direcionar suas ações para a área central da cidade. Aproximadamente cem famílias ocupam um prédio abandonado na cidade do Rio de Janeiro. O prédio, novamente denominado “ocupação Quilombo das Guerreiras”, localiza-se na rua Francisco Bicalho, número 49, zona portuária da cidade, entorno periférico da área central. A área de estudo, onde realizamos as entrevistas com os militantes do movimento, pode ser visualizada a partir dos mapas e da foto de satélite abaixo, com destaque para a proximidade com o Terminal Rodoviário Novo Rio, destacado em vermelho na foto de satélite.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

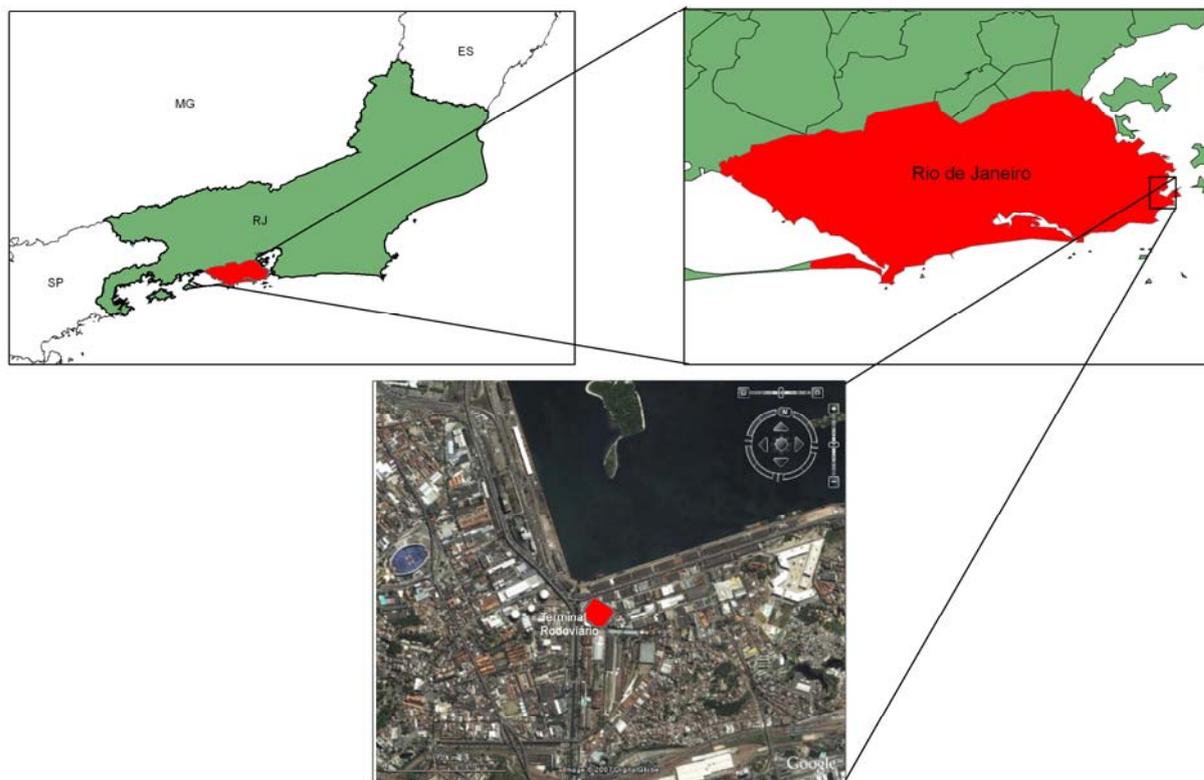


Figura 05. Mapa de localização da área de estudo na Zona Portuária. Fonte: Base Cartográfica IBGE. Imagem: Google Earth, 2007.

O uso mais recente do prédio situado na zona portuária da cidade remetia ao Departamento de Engenharia da Companhia Docas do Rio de Janeiro, extinto há mais de 15 anos. Naquele momento, o movimento encontrava-se organizado em comissões e cobrava as promessas de solução para a falta de moradia dessas famílias. Somada a esta cobrança estava a reivindicação por coerência entre os discursos proferidos pelo atual presidente do país²¹ - centrados na afirmação de que todo o prédio público abandonado seria usado para moradia popular - e a sua ausência de confirmação na prática (*ver foto abaixo*).

²¹ Seguidos gritos e cartazes reiteravam esta posição na manifestação que seguiu do prédio da ocupação Quilombo das Guerreiras até a Cinelândia, realizada no dia 25 de Outubro de 2006.



Figura 06 Reivindicações na parte externa do prédio. Fonte: Apoiadores da Ocupação Quilombo das Guerreiras, 2006.

2.2 A importância das reuniões e das redes de divulgação do movimento.

Durante esta difícil trajetória, as reuniões desempenharam uma importante função para a manutenção da coesão do movimento. Diante dos percalços e das variadas dificuldades coube a estes encontros garantir a preservação da união das famílias que compõem o movimento. Somada ao impulso que as próprias necessidades emergenciais das famílias representavam, as reuniões significaram uma força vital para a permanência da maioria expressiva destas pessoas durante todo o processo de formação da ocupação Quilombo das Guerreiras. Entendemos que elas explicam, em grande parte, a permanência das famílias e a insistência na união, apesar dos despejos e das constantes ameaças e ofensas sofridas.



Figura 07. Reunião envolvendo famílias que compõem o movimento da ocupação Quilombo das Guerreiras. Fonte: Ocupação Quilombo das Guerreiras, 2006.

As reuniões foram marcadas por discussões sobre o sentido da ação do movimento, sobre as necessidades das famílias, a conjuntura política do país, além da elaboração de definições de estratégias e da logística indispensável para a concretização das ocupações. A partir delas consolida-se o entendimento de que suas ações eram necessárias não somente pela situação de pobreza acentuada das famílias, mas porque objetivavam a garantia de direitos legais que estavam sendo desrespeitados por órgãos privados e, sobretudo, pelos órgãos públicos que supostamente deveriam garanti-los. Este entendimento é fundamental porque retira o peso moral representado pela “ilegalidade” ou pela “criminalidade” do ombro das famílias compostas por trabalhadores e trabalhadoras, incentivando-as a buscar ações planejadas e debatidas. Como explicam dois componentes do movimento:

“Nas reuniões nós discutimos principalmente a diferença entre ocupar um prédio e invadir um prédio, a situação do prédio em questão, há quanto tempo ele está abandonado... A ocupação de um prédio é a forma de garantir, na prática, a função social da propriedade garantida por lei, que consta na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade. Por isso, o nosso sentido de ocupação de um prédio é bem diferente das atividades de invasões ilegais” (moradora entrevistada 2).

“A gente não ocupa qualquer prédio vazio, a gente discute para ver a situação(legal) do prédio e quais são os perigos que vai ter que enfrentar quando ocupar”(morador entrevistado 4).

Ocorrendo em períodos de seis meses a um ano, as reuniões também serviram para o movimento planejar sua territorialização nos prédios, assim que estes fossem ocupados. Era definida a organização do movimento, dividindo-o em comissões de trabalho com tarefas específicas, objetivando propiciar condições para a habitação. Definia-se então quem ficaria com o encargo de criar condições para prover a alimentação, à que família caberia a limpeza do interior do prédio e como escolheriam os espaços físicos menos degradados para a instalação das famílias que deveriam resistir às tentativas de despejo, costumeiramente mais intensas durante as primeiras semanas de ocupação de prédios desocupados.

Nos momentos iniciais de cada ocupação a divisão de tarefas planejada era seguida parcialmente, pois existia uma dose razoável de espontaneidade nos comportamentos individuais que permitia, por exemplo, a uma pessoa realizar mais tarefas do que havia se proposto a fazer ou que outras deixassem de fazer as suas, preferindo realizar outras. No entanto, não eram esses comportamentos que representassem uma grande discrepância em relação à organização estabelecida previamente nas reuniões ou que causassem um dano significativo à coesão do movimento.

Houve, sem dúvida, divergências em relação à decisão votada de manter aberto o cadastro para inscrição de famílias até o dia da ocupação efetiva do prédio. Para parte do movimento esse prolongamento enfraqueceria a coesão do mesmo, pois geraria desconfiança e estranhamento entre os militantes inscritos desde o início da formação e os novos inscritos presentes em poucas reuniões. No entanto, decidiu-se ser necessária tal decisão porque, além da necessidade de aumento quantitativo das bases do coletivo, também surgia o argumento de que esses novos integrantes eram em sua maioria familiares ou pessoas próximas dos “antigos integrantes” e, portanto, confiáveis. Tais divergências repercutiram, sobretudo na primeira tentativa de

ocupação no prédio situado na Rua Alcindo Guanabara, quando chegaram a causar inclusive a desistência de alguns militantes. Como explicou o texto emitido pela FARJ (Federação Anarquista do Rio de Janeiro) ²² grupo de apoio à ocupação Quilombo das Guerreiras, os militantes desistentes

(...)argumentavam para justificar a atitude, que não conheciam muitos dos que ali se encontravam e que não tinham confiança neles para uma atitude mais ousada. Tal situação, a de estarem no referido dia muitos ocupantes desconhecidos, prendia-se ao fato de ter sido aprovado em assembléia, por insistência de um dos grupos de apoio, a continuidade dos ocupação(...).

Devemos destacar que algumas redes foram fundamentais à divulgação do movimento e à ampliação da quantidade de participantes nas reuniões. São elas destacadamente três: as “redes de proximidade”, a mídia e os grupos de apoio ao movimento. A primeira, as “redes de proximidade”, ou como sugerimos em outra ocasião, as “redes sociais de solidariedade” (Bueno, 2005), desempenham um papel importante na construção das cidades e tendem a se desenvolver em escala local, normalmente através de relações de vizinhança ou por relações afetivas. Para o movimento que deu origem a ocupação Quilombo das Guerreiras, foi possível concluir que tais redes foram importantes para a inclusão de novas pessoas nas reuniões, como sugeriram as falas de alguns moradores entrevistados:

Fiquei sabendo por alguns amigos que tinha um pessoal querendo fazer a ocupação e como tava precisando vim pra cá” (Morador 8)

Já tinha pessoas próximas que falavam da Chiquinha (Ocupação Chiquinha Gonzaga) e quando fiquei sabendo que queriam fazer a Quilombo eu quis entrar” (Moradora 9).

²² A reportagem encontra-se no endereço eletrônico <http://www.editorafaisca.net/guerreiras.htm> e é intitulada “Uma breve leitura da Ocupação Quilombo das Guerreiras”.

2.3 O conflito entre as reivindicações do movimento e o posicionamento da Companhia Docas

A Companhia Docas do Rio de Janeiro é, oficialmente, a atual proprietária do prédio, apesar de não utilizar o espaço há bastante tempo. Segundo a assessoria jurídica do movimento, o prédio está sem uso há pelo menos 28 anos. No dia vinte e um de novembro de 2006, o ITERJ, representado pela sua presidente Célia Ravera, redige uma proposta de manutenção das famílias no prédio durante o período de doze meses, encaminhando-a para a Companhia. Nessa proposta constava que a responsabilidade de pagamento do aluguel caberia ao governo estadual, pois como afirmara Ravera: “o prédio está abandonado e a empresa pode prestar grande função social se fizer um acordo para abrigar centenas de pessoas que não têm onde morar”²³. O movimento, no entanto, não aceita nenhum acordo que envolva o estabelecimento de uma data para a sua retirada do prédio.

A Companhia negou-se, desde o princípio, a discutir a possibilidade de moradia definitiva para as famílias e o movimento popular se encontra irredutível em sua posição de negação de possíveis propostas que o desloquem para “moradias populares” em localidades distantes da área central da cidade. Essas propostas normalmente referem-se a localidades em condições precárias, situadas em periferias bastante distantes da área central, encarecendo significativamente os custos do transporte para essas famílias que em sua grande maioria trabalha na área central ou em suas proximidades. Além disso, tendem a não contemplar a totalidade de pessoas que compõe o movimento.

A longa ausência de utilização do prédio pela Companhia ainda não pode ser condicionada a um possível processo de especulação imobiliária. Esse processo, tão comum para explicar os “vazios urbanos” e o crescimento das cidades brasileiras²⁴, não ocorre porque na produção daquele espaço inexistente a conjugação de “*superposição de sítio social ao sítio natural*” com disputa

²³ Fala retirada do endereço eletrônico www.tj.rj.gov.br

²⁴ O que levou Santos(2005, p. 106) a afirmar que no Brasil as “cidades são grandes porque há especulação e vice-versa; há especulação porque há vazios e vice-versa; porque há vazios as cidades são grandes”.

econômica por aquela localização, visando à extração de sobre-lucro (Santos, 2005, p. 106). A ausência de utilização do prédio parece ser fruto: da desvalorização e “abandono” de sua área próxima, bastante carente de investimentos públicos; do processo de reestruturação produtiva que a Companhia passou nos últimos anos.

Há, entretanto, possibilidade de valorização econômica daquela região portuária e, por conseqüência, do prédio em questão. Essa possibilidade é sugerida por dois indícios: a insistência da prefeitura da cidade em implementar o seu “Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária”²⁵; e a instalação de casas noturnas na região, noticiada por parte da imprensa como o início de uma “nova Lapa em gestação”, referindo-se a revitalização excludente e elitista promovida em parte do bairro da Lapa, na cidade do Rio de Janeiro.

A construção do “Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária”, assim como grande parte dos projetos de intervenção urbanística desenvolvidos pela prefeitura da cidade, foi caracterizada pela desmobilização/desinformação popular e pela primazia de um olhar técnico e restrito. Fernandes (2003, p.103) comentou o “Plano” defendido pela prefeitura, e a ausência de participação popular na sua elaboração, da seguinte maneira:

... (o plano) se pretende um Plano Diretor e tem como característica básica a leitura de que possui as condições exclusivas para revitalização desta área, concedendo a participação aos atores sociais urbanos. No entanto, desconsidera a multiplicidade e riqueza da participação dos setores sociais diretamente envolvidos com a produção deste espaço e mantém a mesma postura “técnica” dos planos anteriores. Pode-se dizer que o ‘PLANO’ já está pronto, faltando apenas pequenos ajustes, para dar a impressão de que houve efetiva participação popular na sua feitura. Sua construção se fez no Instituto Pereira Passos, logo após a posse da atual administração, restrito ao corpo técnico da IPP, como parte do elenco de medidas inovadoras para solucionar as questões urbanas atuais.

²⁵ Rio de Janeiro(RJ).Prefeitura- Secretaria Municipal de Urbanismo, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, Diretoria de Urbanismo - DUR PORTO DO RIO. Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária.. Edição: Diretoria de Informações

2.4 A representação do “espaço degradado”: a grande mídia combate as ocupações urbanas.

“... encorajada pela mídia , a ciência social(e nela, a urbanologia) dá realce aos temas de horror, quando na metrópole já acontecem fenômenos de enorme conteúdo teleológico, apontando para um futuro diferente e melhor”(Santos, 1994).

Em 1994, a frase de Milton Santos já alertava para uma perigosa tendência, hoje acentuada, de representação da vida urbana nas metrópoles estritamente pelo seu viés “bárbaro” e de violência extrema. A afirmação contida na obra “Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional” é acompanhada por uma instigante análise dos tempos lentos da cidade e a ampliação das possibilidades de criação de novas formas de solidariedade permitidas por este. Desmistificando as fábulas de glorificação da velocidade contemporânea, o autor nos propõe uma ambiciosa reflexão baseada na inversão da idéia comum de apologia a potência /aceleração em detrimento às temporalidades lentas dos mais pobres. Como o geógrafo afirma:

Creio porém, que na cidade, na grande cidade atual, tudo se dá ao contrário. A força é dos lentos e não dos que detêm a velocidade elogiada por um Virilio em delírio na esteira de um Valéry sonhador. Quem, na cidade tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrihá-la - acaba por ver pouco da Cidade e do Mundo “ (Santos, 1994).

No Brasil, as recentes formas de solidariedade na cidade ainda constituem um tema pouco debatido e pensado nas universidades e nas grandes empresas de comunicação quando comparados aos assuntos ligados à criminalidade e à violência explícita. Estas formas de solidariedade que em alguns casos resultam em movimentos sociais, ações políticas organizadas e não-violentas, parecem cada vez mais silenciadas por essas instituições.

Silêncio este normalmente produzido por omissão ou incentivado por desqualificação da temática através de sua espetacularização. No que tange o segundo processo, entendemos sê-lo necessário abordar a partir de um enfoque que retire o caráter oportunista da representação da vida do homem comum como espetáculo de violência urbana, propondo outra reflexão e prática coletiva a partir dessas formas de solidariedade. Pedrazzini segue semelhante caminho analítico, ao afirmar :

Acreditamos que uma reflexão urbana alternativa poderia inspirar-se nos bairros pobres, a fim de refutar a visão espetacular das classes dominantes. A violência real dos pobres e o sofrimento que os leva à violência fazem parte do espetáculo cotidiano e são vendidos como um produto qualquer. Para esquecer os sem-teto e a rua, o shopping center é a última chance da condição urbana. Precisamos falar da violência urbana para combater a mercantilização daqueles que a condenam, integrando-a em seu real contexto (Pedrazzini, 2006)”.

As formas de manifestação do poder via grande mídia serão investigadas aqui a luz da experiência de formação de uma ocupação urbana de sem-tetos na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, a ocupação Quilombo das Guerreiras. Tentaremos analisar a “força coercitiva dessas instituições” que representam de maneira restrita e terrorista a vida urbana (Berger e Berger, 1994). Marcada por clichês, tais como “revitalização urbana”, “degradação do centro” e “parceria público privada”, esses meios utilizam uma pretensa linguagem técnica e neutra para reproduzir valores urbanos dominantes e penetrar no senso comum. Cala-se oficialmente o homem comum e nega-se a possibilidade de um olhar crítico sobre a realidade. Nas palavras de Santos: *A mediação interessada, tantas vezes interesseira, da mídia, conduz, não raro, à doutorização da linguagem, necessária para ampliar o seu crédito, e á falsidade do discurso, destinado a ensombrecer o entendimento (Santos, 1994)*” .

No dia posterior a ocupação do prédio, chamava a atenção a alegria de “Seu Juca”²⁶ ao ouvir o anúncio da ação do movimento popular no seu

²⁶ Este nome tem caráter fictício, assim como todos os referidos aos ocupantes e apoiadores neste artigo. Utilizamos este recurso porque assim foi acordado com os entrevistados que temiam sofrer algum tipo de represália caso fossem identificados.

pequeno rádio. Para este ocupante, a notícia falada ainda ganhava mais relevância, pois era anunciada, como ele afirmava, pela sua emissora preferida. A alegria sincera somente contrastou com um tom mais agressivo quando este fora questionado sobre o espaço que a imprensa em geral costuma destinar aos movimentos por moradia. Sem partir de uma crítica específica a algum seguimento da imprensa, “Seu Juca” dizia:

“ tem vezes que parece que a gente não existe ou só é visto como quem faz coisas ruins, quando na verdade estamos só lutando pelo nossos direitos” (10/10/06).

A indagação de “Seu Juca” foi ao encontro de parte dos questionamentos que investigamos nesta pesquisa. Séries de reportagens e artigos - em jornais, revistas e mídia digital - foram selecionadas neste trabalho com o intuito de entender a natureza desses meios de exercício de poder e suas formas de representação das realidades vividas pelos movimentos por moradia.

Neste momento do estudo, faz-se necessário analisar uma afirmação já bastante conhecida pelas ciências sociais: “os meios de comunicação constituem uma instituição social”. Ainda que o termo instituição social seja utilizado na sua acepção mais conhecida e comum - exemplificada por uma escola, um hospital, ou seja, entidades, tipos de organizações que abrigam pessoas -, para uma análise crítica são imprescindíveis concepções que elucidem a capacidade da instituição social de reproduzir valores, normas, e a instituírem “verdades produzidas” (Berger&Berger ,1975).

Os meios de comunicação já foram desvelados pela teoria crítica como uma instituição social interessada e não neutra na disputa por um tipo de sociedade. Berger & Berger (1975) definem a instituição social “como um padrão de controle, ou seja, uma programação de conduta individual imposta pela sociedade”. Acrescente-se a isso o fato das instituições, no capitalismo, serem o lugar de reprodução das relações sociais. Entender isso não significa

nos negarmos a perceber as possibilidades desses se constituírem como lugar de contestação às práticas capitalistas. Dito de outra maneira, a dialética nos permite entender as instituições tanto como lugar de reprodução das relações sociais e simultaneamente as conceber como lugar de resistência e de possíveis contestações a essa mesma ordem vigente.

Hoje, os grandes meios de comunicação talvez sejam uma das instituições sociais em que mais se caracteriza o caráter de reprodução das relações sociais, no que tange a difundir e a introjetar os valores de direito à propriedade privada, o patrimonialismo e obediência à ordem estabelecida, produzidos sob a ordem urbana. Seja no espaço urbano ou no espaço rural, o setor representado pelos veículos de grande consumo no país tende, sistematicamente, a defender tais valores e criminalizar os movimentos sociais organizados.

No caso aqui estudado, a empresa Docas, logo que foi informada da ocupação de seu prédio espalhou informes, prontamente reproduzidos pela mídia digital oficial, afirmando que o prédio não estava abandonado e que guardara muitos arquivos importantes. No entanto, como pudemos verificar em nossa pesquisa, o estado do prédio e dos arquivos em seu interior era de total abandono e intensa degradação. A suposta relevância documental para a empresa não passava de factóide midiático (*ver foto abaixo*).



Figura 08. Restos de arquivo no interior do prédio ocupado na Zona Portuária.

Fonte: Apoiadores da Ocupação Quilombo das Guerreiras, 2006.

Algumas horas após o ato de ocupação do prédio, segmentos da mídia apareceram no local. Lá, era possível observar os repórteres e jornalistas da emissora “Band”, dos sites “globo online” e “Folha Online”, entre outros representantes de empresas de comunicação. Série de questionamentos foram feitos aos guardas da empresa Docas, às comissões e aos apoiadores da ocupação. Inicialmente, identificamos algumas esporádicas perguntas relacionadas às reivindicações dos ocupantes e ao posicionamento da empresa Docas. No entanto, dois temas abordados pela imprensa pareciam denotar de maneira mais clara os objetivos de sua ação: o questionamento em relação à suposta postura passiva dos guardas da empresa Docas; a busca por um líder para representar a ocupação.

Dois repórteres abordaram os guardas da empresa Docas com as seguintes perguntas: “você vão ficar aí parados? Não vão agir para desocupar o prédio?”. Tais perguntas sugeriam o que veio a ser confirmado durante a primeira semana de atuação da grande mídia nas proximidades da ocupação Quilombo das Guerreiras: para esses meios de comunicação apenas interessava representar aquela dimensão do urbano como um “complexo de problemas” e possível tragédia (Ribeiro, 2000, p.240). A possibilidade de algum momento de tensão extrema - conflito violento ou pessoas com necessidades fisiológicas - ocorrer era basicamente o único motivo dos repórteres estarem ali, esperando-o para transformá-lo em espetáculo audiovisual. A representação do urbano como espetáculo de problemas extremos serve como poderoso instrumento de controle social, pois, simultaneamente, intimida outras possíveis ações políticas dissonantes das hegemônicas e omite os discursos e valores das experiências dos mais pobres:

Nessa direção, poder-se-ia acrescentar que a leitura do urbano exclusivamente como elenco de problemas descola o administrativo do político, privilegiando o primeiro e despolitizando as reivindicações sociais. Nessa leitura, desaparecem os vínculos criativos e criadores entre experiência urbana e conformação da vontade coletiva, assim como elos culturais entre urbanização genérica e vida metropolitana (Ribeiro, 2000, p. 241).

Na sua ênfase de produzir espetáculos comercializáveis, os meios de comunicação atuam como um padrão de controle. Berger&Berger (1975, p. 198) ressaltam características fundamentais das instituições, como a autoridade moral e a coercitividade, que estão traduzidas nas ações das mídias retratadas acima, na medida em que a autoridade moral *“invoca um direito à legitimidade : em outras palavras, reserva-se o direito de não só ferirem o indivíduo que as viola, mas ainda de repreendê-lo no terreno da moral”*. Tais ações dos meios de comunicação sobre a ocupação Quilombo das Guerreiras convocam ainda o poder coercitivo, sem exercer diretamente a coerção física, mas a estimulando, a exigindo. Contribuindo, portanto, para retirar de cena, qualquer possibilidade de negociação.

A comunicação não se estabelece no vazio, como pura abstração formal. A produção, a circulação e a recepção dos textos e dos discursos se dão em circunstâncias e contextos espaçotemporais que não podem ser ignorados. Além disso, se os textos e os discursos se apresentam como neutros e naturais, objetivos e transparentes, a tradição crítica nos lembra que não há texto ou discurso que seja desinteressado, transparente e neutro.

Convém ressaltar que a estratégia dos sujeitos da ocupação Quilombo das Guerreiras é pautada pela recusa em iniciar conflitos violentos com os guardas da Companhia Docas ou com a polícia militar, ainda que saibam da possibilidade concreta destes ocorrerem²⁷. Formada majoritariamente por famílias, a ocupação parece saber que estrategicamente seria um equívoco iniciar conflitos generalizados com este caráter. Além disso, uma vez feita a ocupação do prédio, a preocupação de grande maioria dos ocupantes passa a residir na necessidade de produzir condições para se estabelecerem dignamente naquele espaço . Apoiados por moradores de outras ocupações da cidade do Rio de Janeiro²⁸, esses ocupantes já iniciam um processo de

²⁷ Alguns ocupantes e apoiadores entrevistados afirmaram que receberam insultos e provocações dos guardas da empresa Docas: “eles perguntaram se a gente era homem para brigar com eles e xingavam”, afirmou um dos ocupantes. Outro apoiador também reclamava de provocações semelhantes e, assim como o ocupante mencionado, negava-se a reagir com violência física á violência verbal dos guardas.

reconstrução da estrutura física do prédio, revitalizando aquele espaço, anteriormente abandonado.

Do início da ocupação (09/10/06) até os primeiros dias de dezembro de 2006 identificamos a implementação de algumas importantes transformações no prédio, sobretudo em relação à limpeza de seu interior (*ver foto abaixo*).



Figura 09. Uma ocupante realizando a limpeza do prédio ocupado na Zona Portuária.
Fonte: Ocupação Quilombo das Guerreiras, 2006.

A insistência dos jornalistas e repórteres em encontrar um líder para falar pelo movimento também chamava a atenção. Alguns segmentos de meios de comunicação digital chegaram a divulgar notícias nas quais um suposto líder representaria as motivações e aspirações da ocupação Quilombo das Guerreiras. A iniciativa de apontamento arbitrário de um líder caricato implica em restrição à multiplicidade dos discursos que formam o movimento e, simultaneamente, significa uma tentativa de enfraquecimento da expressão da unidade organizacional horizontal deste mesmo. Durante a pesquisa, descobrimos que o suposto líder divulgado pela mídia digital era uma invenção

²⁸ Os moradores da ocupação Chiquinha Gonzaga e da ocupação Zumbi dos Palmares, situadas na área central, se destacavam no apoio aos ocupantes da ocupação Quilombo das Guerreiras, fornecendo materiais e o próprio trabalho como forma de ajuda.

de apoiadores do próprio movimento popular, que atribuíram ao comandante fictício declarações vagas e imprecisas. Tratava-se, portanto, de uma estratégia para obter a visibilidade proporcionada pelo meio de comunicação sem, no entanto, denegrir a imagem da ocupação ou possibilitar que a imprensa assim fizesse.

O artigo escrito pela jornalista Camila Nunes, no dia nove de janeiro, ano de 2006, talvez tenha explicitado de modo mais agressivo um conteúdo habitualmente concebido pela grande imprensa oficial do país. Publicado pela revista *Veja*, o artigo intitulado “ A solução é derrubar” foi amplamente criticado por distintos atores sociais que afirmavam condenar o caráter difamatório exibido, sobretudo nos trechos destinados ao padre Júlio Lancelotti, líder da Pastoral da Rua de São Paulo²⁹. Sem a intenção de reafirmar estas críticas que pensamos serem plenamente coerentes, procuraremos destacar duas características contidas no artigo que consideramos fundamentais para uma análise mais ampla da questão: a representação do “espaço degradado” proposta pela grande mídia; a negação das subjetividades contidas nas experiências urbanas dos mais pobres.

No início do texto da jornalista a organização das informações tenta representar o que seria o espaço degradado do centro da cidade de São Paulo. Para tanto, a autora quase sequencialmente nos leva a crer que à dimensão material (a estrutura física dos prédios e seu entornos) da degradação corresponde uma dimensão moral da territorialidade dos “degradados”- prostitutas, traficantes e comerciantes de produtos piratas. Também vale a pena ressaltar que ao longo do texto fica bastante nítida a maneira preconceituosa de opor moralmente famílias, empresas e bancos(supostos representantes da civilidade e do progresso urbano) a prostitutas, traficantes e comerciantes de produtos piratas - supostos entraves para a civilidade e o progresso urbano. A partir dessa construção, o artigo passa a ser bastante

²⁹ O Instituto Pólis de São Paulo, por exemplo, realizou uma ação judicial recorrendo aos Direitos Humanos. Além disso, centenas de cartas de repúdio foram emitidas contra a Revista *Veja* e manifestações populares contra a revista também foram realizados na cidade de São Paulo.

claro ao exprimir uma pretensa conclusão natural e lógica: somente a próspera iniciativa privada com seu profissionalismo técnico e moral é capaz de produzir, simultaneamente, decência e beleza estética.

Semelhante organização do texto nos apresenta Crispim Alves, jornalista da Folha Online, no dia 22/09/2000. A conclusão, porém, se distingue da realizada por Camila Alves. O quase resgate do mito do empresário shumpteriano (inovador, fundamental e único para o desenvolvimento das sociedades) presente no desfecho do texto da jornalista, quando esta superdimensiona a intervenção dos empresários da iniciativa privada, é substituído pela racionalidade do Estado. Uma suposta capacidade única de intervir de maneira radicalmente transformadora reside na ação do Estado, como o próprio título da reportagem indica: “Reengenharia de prédios públicos muda a cara do centro de São Paulo”.

O artigo de Ronaldo Braga também adota um discurso similar para uma temática próxima, no jornal O GLOBO do dia 19/11/06. Referindo-se aos moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro, o autor pauta a sua análise na necessidade de uma atuação com mais rigor, por parte da prefeitura (leia-se intensificação da ação policial), na retirada desse segmento da cidade. A construção da reportagem restringe-se basicamente ao destaque à importância desta ação policial para a diminuição da criminalidade e a conseqüente aceleração das atividades econômicas diretamente relacionadas ao turismo. As fotos do jornal mostram uma ação truculenta da polícia, alguns moradores de rua tentando se desvencilhar e outros perplexos e imóveis. Mas, acima de tudo, o que chama a atenção de um olhar minimamente atento é a descrição dessas imagens estampadas na capa do jornal, logo abaixo, com os seguintes dizeres: “ação contra o crime”. Na reportagem, há a informação de que aqueles moradores de rua eram menores com passagem pela polícia e outros eram desempregados, mas praticamente não há uma tentativa mais profunda e ampla de analisar o discurso e o histórico de experiência dessas pessoas. Em contrapartida, as opiniões da prefeitura e do vice-presidente da Associação Brasileira de Indústria e Hotéis aparecem com destaque ao longo do texto.

Para os meios de comunicação é central a questão da linguagem como uma poderosa instituição social, como reiteram Berger&Berger (1975) .É através da linguagem que o homem se socializa, internaliza normas e valores, articula percepções e tem acesso ao mundo dos símbolos e das operações cognitivas. Pensar a linguagem, portanto, é pensar a complexidade da própria vida social.

Para o pensamento crítico sobre a linguagem, a questão do sentido, na vida social e histórica, é central. Desde Marx, passando por todos os ramos da Teoria Crítica e chegando em distintas correntes anticonformistas de pensadores, sabemos que o mundo da *Linguagem*, dos sentidos e representações sociais nunca é neutro, transparente, diretamente acessível à consciência do sujeito. Ou seja, toda representação ou sentido social passa necessariamente por uma concepção *ideológica* de mundo.

Lembremos que os meios de comunicação através do uso cotidiano da linguagem utiliza o senso comum e ao mesmo tempo ajuda a criá-lo. No mesmo sentido, entendemos que o senso comum veiculado pela linguagem cotidiana é um conjunto de representações que pouco tem de capacidade de criar um olhar de suspeita, crítico do que se apresenta. Fazer essa crítica, via linguagem, não significa desqualificar ou desconsiderar as diversas culturas, classes e grupos sociais. Não concluíamos que a crítica do senso comum e das representações deva caminhar, de forma exclusiva, para uma teoria de cunho cientificista, excluindo da experiência humana a cultura, a ética, a estética, enfim a variedade e riqueza da vida social.

No cotidiano, pensado-o de uma maneira mais abrangente, também se produz resistência e subversão dos instrumentos de reprodução do Poder. Na variedade da vida urbana do homem comum, há a possibilidade de resistência ao conformismo e resgate do orgulho dos marginalizados que se descobrem nas centralidades, materiais e simbólicas, da grande metrópole. Construir uma análise que compreenda essa dimensão desviante cotidiana e sua possibilidade de confrontação a ordem urbana capitalista é um desafio que o pensamento crítico não deve se abster, pois “o cotidiano é a fronteira entre o

dominado e o não-dominado , onde nasce a alienação mas também a desalienação“ (Lefebvre *apud* Jappe, 1958, p. 72).

CAPÍTULO 3

TERRITORIALIZAÇÃO, SENTIDOS DO LUGAR E A LUTA DOS “SEM-TETO” PELO DIREITO À CIDADE.

3.1 Notas sobre o lugar e o cotidiano

Um dos pontos enfatizados neste estudo é o da certeza de que na vida cotidiana dos trabalhadores há um núcleo ideológico central, constantemente enfatizado e repetido, para educar as consciências diante da nova ordem. Trata-se de *um profundo reordenamento e mudança de sentido nos conceitos de público e privado*. Combate no campo do imaginário que é de fundamental importância para as pretensões hegemônicas dos novos grupos dominantes na ordem nacional e internacional do capitalismo, e que, portanto, tornam-se pontos significativos para os movimentos sociais voltados a um projeto contra-hegemônico ao do capital.

Diante disso, observamos que as mais consistentes reflexões sobre a vida cotidiana remetem-nos a autores como Antonio Gramsci, Georges Lukacs, Henry Lefebvre, Milton Santos, Agnes Heller, Karel Kosik. Apesar das diferenças no enfoque dado ao cotidiano pelos referidos autores, é tônica comum entre eles a sua importância para entendermos as instituições sociais e o lugar aonde se realizam a construção humana de uma maneira genérica e o processo de individuação do homem. Heller (1982)³⁰ ressalta que a questão central a ser pensada em relação a vida cotidiana é *“si la vida cotidiana viene necesariamente alienada. O lo que es igual, si resulta posible una reestructuración radical de la vida cotidiana que no imponga una pérdida de la*

³⁰ HELLER, A. . *La Revolucion de la Vida cotidiana*. 1982

continuidad de su estructura básica” (p.9). Explicitando o cotidiano no processo de reprodução social, enfatiza HELLER (1977)³¹:

Para reproducir la sociedad es necesario que los hombres particulares se reproduzcan a sí mismos como hombres particulares. La vida cotidiana es el conjunto de actividades que caracterizan la reproducción de los hombres particulares, los cuales, a su vez crean la posibilidad de la reproducción social. Ninguna sociedad puede existir sin que el hombre particular sem reproduzca, así como nadie puede existir sin reproducirse simplemente. Por consiguiente, en toda sociedad hay una vida cotidiana y todo hombre, sea cual sea su lugar ocupado en la división social del trabajo, tiene una vida cotidiana. Sin embargo, esto no quiere decir de ningún modo que el contenido y la estructura de la vida cotidiana sean idénticos en toda sociedad y para toda persona. La reproducción del particular es reproducción del hombre concreto, es decir, el hombre que en una determinada sociedad ocupa un lugar determinando en la división social del trabajo. Para la reproducción de um esclavo le son necesarias actividades distintas de las necesarias a un ciudadano de la polis, a un pastor o a un obrero de la metrópoli. (p.19)

Portanto, a vida cotidiana é a própria vida do indivíduo, que é ao mesmo tempo ser particular e ser genérico. O cotidiano é construído por e constitutivo de cada ser humano, qualquer que seja o seu lugar na divisão social e territorial do trabalho. A relação entre o homem e a vida cotidiana é plena, pois ali estão presentes as suas qualidades sensíveis, intelectuais, suas ideologias, seus gostos e afetos. Para Heller ³² (1989) a vida cotidiana é heterogênea e hierárquica, principalmente no que tange ao conteúdo e a importância de nossos tipos de atividades. Dentre outras, são partes *orgânicas* da vida cotidiana: *a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada...* (1989, p.17). Ressalta a discípula

³¹ HELLER, A . *Sociologia de la Vida Cotidiana* . Barcelona: Edições Penínsulas, 1977.

³² HELLER, A . *O Cotidiano e a História*. RJ: Paz e Terra, 1989.

predileta de Lukacs que a heterogeneidade e a hierarquia apresentam coincidências e diferenças na vida cotidiana. Nas palavras da autora:

Diferentemente da circunstância da heterogeneidade, a forma concreta da hierarquia não é eterna e imutável, mas se modifica de modo específico em função das diferentes estruturas econômico-sociais. Por exemplo, nos tempos pré-históricos, o trabalho ocupou um lugar dominante nessa hierarquia: toda a vida cotidiana se constituía em torno da organização do trabalho, à qual se subordinavam todas as demais formas de atividade. Em troca, para a população livre da Ática do século V antes da nossa era ocupavam o lugar central da vida cotidiana a atividade social, a contemplação, o divertimento, e as demais formas de atividade agrupavam-se em torno destas numa gradação hierárquica (Heller, 1989, p.18).

Entretanto, a heterogeneidade e a hierarquia, no cotidiano, coincidem ao engendrarem uma explicitação “normal” da produção e da reprodução, não apenas no campo da produção, mas também no que se refere às formas de intercâmbio”. Segundo Heller (1989) a heterogeneidade é fundamental para conseguir essa “explicitação normal” da vida no seu cotidiano, pois esse modo de “funcionamento rotineiro da hierarquia espontânea é igualmente necessário para que as esferas heterogêneas se mantenham em movimento simultâneo (p.18)

Pensando com Lefebvre (1991)³³ a vida cotidiana é um nível da totalidade social e, portanto, se articula com os demais níveis da realidade social, de forma que as reflexões sobre o cotidiano estão implicadas com a explicitação e conhecimento de outras esferas das atividades humanas. Dito de outra maneira, as atividades cotidianas se diferenciam e ao mesmo tempo se articulam com atividades outras do genérico-humano. Neste sentido, para o autor, as atividades de criação do homem, como as instituições sociais e o conhecimento científico, por exemplo, são construídos a partir das atividades cotidianas.

³³ LEFEBVRE, H. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. SP: editora Àtica, 1991.

A hegemonia de uma classe sobre a outra, assim como os elementos que podem transformar uma determinada sociedade estão presentes no cotidiano. Essa explicitação que exprime a visão dialética tendo como categoria central a *contradição*, presente no cotidiano institucional é, como sabemos, muito bem ressaltada por Gramsci³⁴. O autor, talvez mais do que qualquer outro, teve e tem um papel significativo para o pensamento educacional ao ressaltar a escola e o seu cotidiano como um lugar social de reprodução ideológica, mas que pelos espaços gerados pela contradição é também ou poderá ser um lugar que pode contribuir para a transformação da sociedade capitalista na medida em que leva à classe trabalhadora, o conhecimento elaborado pela humanidade.

Ainda pensando com Gramsci (1991), entendemos que a vida cotidiana, na sua produção ou reprodução, é o lugar aonde circula o senso comum. Mas que mesmo o senso comum, apesar das falsas idéias que o constroem, tem o núcleo do bom senso, o que possibilitaria a negação, a conservação e a superação dessas falsas idéias. Percepção essa baseada igualmente na contradição, categoria fundamental para o pensamento marxiano e para os socialistas.

Adorno e Lukacs, cada qual a seu modo, e ainda que pesem as divergências profundas entre ambos no que diz respeito à Estética e a Política, compartilham do pensamento marxiano, para quem o homem constrói a sua história, porém não em condições que ele escolhe. Para nosso entendimento, está aí a base para se pensar a importância do indivíduo na construção humana, ou seja na história, e ao mesmo tempo a impossibilidade de emancipação deste indivíduo sob a égide capitalista da desigualdade, ou seja a própria gênese da concepção frankfurtiana da *vida administrada*

³⁴ GRAMSCI, A . Concepção Dialética da História (trad. Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1991.

Kosik (1976)³⁵ chama a atenção para o fato de que os fenômenos que se entrelaçam na vida cotidiana:

“... com sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos, assumindo um aspecto independente e natural, constituindo o mundo da pseudoconcreticidade. A ele pertencem: - O mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais; - O mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da práxis fetichizada dos homens; - O mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos da consciência dos homens, produto da práxis fetichizada, formas ideológicas do seu movimento e o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecidos como resultados da atividade social dos homens” (p.11)

Para o marxista theco, o mundo da *pseudoconcreticidade* é um *claro-escuro de verdade e de engano*. O seu elemento próprio é o duplo sentido (Kosik, op.cit, p.5). Como ressalta Lopes (1996), para Karel Kosik: *“A práxis utilitária do mundo da pseudoconcreticidade e o senso comum a ela correspondente permitem ao homem se orientar no mundo, todavia não proporcionam compreensão global da realidade” (p.41).*

Compartilhando do pensamento marxiano de que o fenômeno e a essência são condicionados historicamente, Kosik (1976) entende que os fenômenos se reproduzem no pensamento comum como realidade, porque o aspecto fenomênico é também produto da *práxis cotidiana*. Portanto, para o autor :

A práxis utilitária cotidiana cria ‘ o pensamento comum’ como forma de seu movimento e existência. O pensamento comum é a forma ideológica do agir humano de todos os dias. Todavia, o mundo que se manifesta ao homem na práxis fetichizada, no tráfico e na manipulação, não é o mundo real , embora tenha a consistência e a validade do mundo real: é o ‘mundo da aparência’(Marx) “ (Kosik, op.cit, p.15)

³⁵ KOSIK,K. A Dialética do Concreto.

O lugar é, para a geografia, o conceito privilegiado para pensarmos o cotidiano, pois no “lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum” (Santos, p.322). Pensar o movimento do capitalismo estritamente pela dimensão da economia globalizada não nos permite entender o lugar e suas diferentes expressões sociais. Da mesma maneira, a caracterização do *lugar* como necessariamente reacionário e fechado é precipitada, oriunda de uma concepção que fragmenta *espaço* (como atrasado e voltado para o passado) e *tempo* (entendido como progresso e evolução). Como nos explica Massey :

A noção reacionária de lugar é problemática de muitos modos diferentes. Um deles é a idéia de que os lugares têm identidades singulares e essenciais. Outro é a de que essa identidade do lugar – o sentido do lugar – se constrói a partir de uma história introvertida, voltada para dentro, baseada na sondagem do passado e a procura de origens internalizadas “ (Massey, 2000. p. 182).

Em contraponto a essa “noção reacionária” de lugar, pensamos com Santos (2002), quando nos diz que :

O lugar é, pois, o resultado de ações multilaterais que se realizam em tempos desiguais sobre cada um e em todos os pontos da superfície terrestre. Daí porque o fundamento de uma teoria que deseje explicar as localizações específicas deve levar em conta as ações do presente do passado, locais e extralocais. (Santos, 2002, p. 258)

De outro ângulo, sabemos que a forma e o sentido de um projeto coletivo tem a sua condição de existência também pautada e construída no cotidiano, o que nos leva a uma questão constitutiva das principais práticas cotidianas da ocupação Quilombo das Guerreiras. Pensando com Agnes Heller, sabemos que o cotidiano é sempre histórico, e não um cenário inerte, atravessado em abstrato pelo Espírito hegeliano, rumo a sua realização, ou pelas forças também abstratas da técnica e do progresso. Portanto, uma teoria crítica sobre a sociedade e o espaço precisa pensar as formações históricas a

partir do cotidiano, para tomar distância em relação ao próprio cotidiano, mas a ele sempre retornando.

3.2 Sentidos do lugar e as identidades em construção.

A territorialização do movimento na Zona Portuária resgata as histórias de resistência e lutas sociais dos negros e dos trabalhadores e trabalhadoras pobres que construíram aquele lugar. O lugar central e portuário é carregado de significados econômicos, históricos, geográficos, sociais e culturais. A começar pelo mais claro, a associação de uma ocupação urbana contemporânea no Rio de Janeiro ao passado das lutas sociais organizadas em torno dos Quilombos, que possuíam, vale a pena lembrar, sentidos e formas rurais e também urbanas (Campos, 2005). Seguindo então pela formação do Brasil moderno, ao longo da nossa breve e elitista tradição republicana que inclui o surgimento da segunda e mais famosa favela, justamente no Morro da Favela, hoje Morro da Providência, situado naquela região portuária, cujo nome foi trazido pelos soldados que voltaram da campanha de Canudos (Abreu, 1993; Vaz & Jacques, 2002; Fernandes, 2006); o bota-abaixo e a modernização elitista conduzida por Pereira Passos, querendo fazer do Rio de Janeiro uma Paris nos trópicos (Benchimol, 1990); a reforma sanitária conduzida por Oswaldo Cruz, também no começo do século XX; a vinda dos trabalhadores negros da Bahia, para trabalhar na estiva, processo do qual resultou uma tradição do samba no Rio de Janeiro, cuja referência era o Terreiro da Tia Ciata, na área da Praça XI, também próxima da região em que se situa a ocupação Quilombo das Guerreiras.

Já na segunda metade do século XIX, a área central da cidade e seu entorno periférico apresentava-se como espaço de reprodução dos trabalhadores mais pobres da cidade. As formas espaciais degradadas e o trabalho precário já caracterizaram a região que, a partir de 1870, com a crise da economia mercantil-escravista, já era abrigo de parcelas significativas da população da cidade (Ribeiro, 1997; Fernandes, 2006). Como bem retrata Abreu (1993, p. 42):

Estas, sem nenhum poder de mobilidade, dependiam de uma localização central, ou periférica ao centro, para sobreviver. Com efeito, para muitos, livres ou escravos, a procura de trabalho era diária, e este era apenas encontrado na área central. A solução era então o cortiço, habitação coletiva e insalubre e palco de atuação preferencial das epidemias de febre amarela, que passam a grassar quase que anualmente na cidade a partir de 1850.

Há, certamente, nas manifestações do movimento uma referência clara a esse passado de lutas dos negros e dos pobres na cidade. Porém, além desta referência, o seu discurso também é dirigido às modernas lutas das mulheres e homossexuais como identidade dessas parcelas da população que, historicamente, sofrem discriminações e restrições ao seu acesso à cidade e aos postos de comando no mercado de trabalho, além de serem alvos recorrentes de repressão sexual e violência doméstica. Também é possível perceber uma menção aos jovens que cada vez mais cedo são forçados a inserir-se precariamente no mercado de trabalho e que crescem nas estatísticas das vítimas de violência policial. Como apresenta parte da manifestação emitida pelo movimento:

“Batizamos a ocupação de Quilombo das Guerreiras lembrando as resistências de nosso povo, que lutou por séculos, em quilombos, assentamentos, revoltas e protestos, contra os 500 anos de opressão e massacre que nós, negros, pobres, jovens, mulheres e homossexuais fomos submetidos. Destacamos a luta das mulheres que sofrem ainda mais com as desigualdades, por isso homenageamos todas as lutadoras como GUERREIRAS”.

Cabe ressaltar que, ao longo de nossa pesquisa, foi possível entender que a mobilização política da ocupação Quilombo das Guerreiras passa por importante referência a uma moradora. Esta moradora personifica uma atitude fundamental para a articulação do movimento, pois parte de um grande acúmulo de instrução e experiência política superior, neste sentido, ao apresentado pelos demais moradores. Influenciando grande parte das decisões relacionadas ao movimento, não reivindica privilégios e nem gosta de ser

chamada de liderança. A habilidade para dirigir-se ao coletivo e sua insistência na politização dos moradores é, sem dúvida, uma fonte significativa de motivação para o movimento. Morando por necessidade na ocupação, assim como todos os outros moradores, sintetizou a sua trajetória política da seguinte maneira:

Eu comecei minha militância em pastorais penais, mas depois saí. Particpei de lutas por saneamento básico na Zona Oeste e já fui filiada ao PT (Partido dos Trabalhadores). Do PT, já saí há muito tempo, completamente desiludida e chateada com as safadezas que aconteciam lá dentro. Conheço só alguns poucos honestos que sobraram por lá.

No entanto, não nos parece satisfatória uma leitura que explique os sentido do lugar, para a ocupação Quilombo das Guerreiras, através da perpetuação histórica das estratégias de sobrevivência das populações mais pobres da cidade, ou que adote um olhar restrito a uma ou outra identidade social. Apesar da necessidade de moradia e a proximidade a locais de trabalho serem fatores muito relevantes na explicação do movimento, consideramos que as carências, a construção de uma identidade coletiva e, sobretudo, uma perspectiva mais ampla de direito à cidade e territorialização são também são fatores extremamente relevantes para esta explicação.

3.3 – A territorialização da ocupação Quilombo das Guerreiras: produção político-cultural e divisão socioespacial do trabalho.

Como explica o geógrafo Rogério Haesbaert (2000), os estudos referentes a territorialização de grupos sociais costumam enfatizar as dimensões políticas e culturais na apropriação do espaço referido, enquanto ao processo de desterritorialização caberiam as análises focadas primordialmente na dimensão econômica. A separação de tais dimensões é, sem dúvida, apenas um recurso esquemático para a análise, pois sabemos que estas não podem ser entendidas como categorias excludentes entre si, passíveis de crítica inteiramente fragmentada e que dividam tais esferas. Tal separação

enquanto parte do processo de análise justifica-se, no entanto, pois busca enfocar a “dinâmica predominante” nos distintos momentos abordados (Haesbaert, 2000, p. 178). Como conclui o autor:

(...)se a territorialização é sobretudo enraizadora, promovendo a coesão por seu caráter mais intrínseco e introvertido, é claro que ela vai estar ligada muito mais às iniciativas político-culturais de apropriação e domínio do que a dinâmica do capital, cujo caráter é intrinsecamente desterritorializador e ‘sem pátria’ (Haesbaert, 2000, p.178).

Pretendendo analisar de maneira mais detalhada o processo de territorialização da ocupação Quilombo das Guerreiras, priorizamos justamente sua dimensão política e cultural. Entretanto, tal análise seria insuficiente se não considerássemos nela os impedimentos ao desenvolvimento pleno das dimensões mencionadas. Tais impedimentos são representados pelas precárias condições materiais e econômicas dos componentes que formam o movimento. Estes atuam como mecanismos duros e perversos para uma territorialização digna e para a resistência do movimento popular. Além destes, as próprias dificuldades internas de convivência e sociabilidade entre os moradores da ocupação também surgiram como desafios ao movimento.

No início da ocupação do prédio pelo movimento, em 2006, o movimento já começava a elaborar as bases nas quais a territorialização se assentaria. O espaço imaginado pelos moradores seria dividido de acordo com o tamanho das famílias e as necessidades dos moradores. Os espaços maiores, portanto, seriam destinados na sua maioria para as maiores famílias. A demarcação dos espaços a serem utilizados pelos moradores foi feita a partir da colagem de folhas de papel com o nome da pessoa representante da família ou do grupo a se fixar.

Em reunião do movimento, definiu-se inicialmente que o gesso seria o material utilizado para as necessárias transformações na estrutura física do prédio. Nesta decisão, pareceu pesar a experiência pretérita de muitos moradores enquanto trabalhadores do setor de construção civil, avaliando-se ser este o material mais adequado e barato para as transformações no prédio.

Anteriormente trabalhador deste setor em Santa Lúcia, distrito do município de Duque de Caxias, um morador comentou sua condição atual e o processo inicial de divisão do espaço da seguinte maneira:

Eu trabalhava em obras, mas já to algum tempo sem trabalho. Hoje to catando latinha. Aqui na ocupação a gente achou melhor limpar o prédio e começar a separar os lugar para as família maior... decidimos aqui que vamos trabalhar com gesso”

Algumas transformações significativas foram realizadas diretamente na estrutura física do prédio, mas se restringiram a alguns raros quartos reformados por determinados moradores. Poucas obras com gesso foram possíveis no espaço da ocupação. Importante reafirmar que alterações relevantes foram realizadas em termos de limpeza do interior do prédio e produção de condições mínimas para a habitação, sem que estas, porém, representassem mudanças significativas na forma do prédio. Primordialmente, tratou-se até então de um processo muito mais próximo de uma “territorialização precária”³⁶ do que propriamente de uma apropriação plena do espaço (Haesbaert, 2003, p.331). Precária, porque de maneira geral há grandes dificuldades em relação a condições mínimas de saneamento básico para os moradores do prédio devido à ausência de abastecimento de água no prédio, problemas significativos para o acesso à energia elétrica para todo o prédio e uma sensação freqüente de instabilidade em decorrência das poucas garantias para um futuro de “efetivo controle territorial” (Haesbaert, 2003, p.331).

A divisão espaçotemporal do trabalho e da política na ocupação encontrava nos ritmos distintos e irregulares dos integrantes do movimento desafios a serem superados. Como já afirmamos previamente nesta pesquisa, a variedade de condições contidas na categoria “sem-teto” não pode ser desconsiderada para uma análise da dinâmica do movimento. A prática e

³⁶ Haesbaert(2003) afirma que as propriedades básicas presentes nos aglomerados de exclusão que evidenciam os processo de exclusão socioespacial/inclusão precária ou de desterritorialização/ territorialização precária são: a instabilidade e/ou insegurança socioespacial; a fragilidade dos laços entre grupos sociais e destes com seu espaço (tanto em termos de relações funcionais quanto simbólicas) ; a mobilidade sem direção definida ou a imobilidade sem efetivo controle territorial.

representação espaçotemporal do grupo de trabalhadores anteriormente consolidados numa condição de moradores de rua, por exemplo, apresentou-se como uma importante questão para a definição inicial da divisão do trabalho pelo movimento como um todo. A convivência deste grupo social, representante de uma menor parcela populacional do movimento, com os demais grupos dentro da ocupação apresentou pequenos pontos de tensão nem sempre explícitos, mas certamente presentes.

Dificuldades em respeitar os períodos definidos para atividades dentro da ocupação durante o dia eram notadas inicialmente, pois para este grupo de moradores estas partes do tempo costumavam servir para descanso. O acúmulo de experiência de tal grupo incentivava também uma tendência inicial de desapego em relação ao espaço coletivo da ocupação. Esta tendência decorre do próprio hábito estabelecido durante anos por este grupo de reagir à mobilidade forçada pelos aparelhos coercitivos do Estado e privados. Sempre condicionados pela perspectiva da expulsão e do deslocamento (mesmo que em distâncias pequenas), estes grupos tendem a não projetar uma territorialização a médio e longo prazo, como a maior parte do movimento imagina e objetiva. Aqui, evidentemente, também devemos considerar a ausência quase total de renda como obstáculo para a territorialização deste grupo. Tal situação, somada a um certo preconceito de outros moradores que por vezes representavam o grupo como preguiçoso ou realizador de pequenos furtos, gerava alguns focos de tensão dentro da ocupação. Como afirmou uma moradora, referindo-se a este grupo:

“Eles tão com dificuldade para se adaptar a disciplina da ocupação. Não tão aparecendo em reuniões e nem ajudando na cozinha” (moradora entrevistada 2).

Esse momento inicial de tensão, porém, não deve ser entendido como a questão principal para a análise da divisão espaço-temporal da ocupação, haja vista que o perfil dos outros grupos dentro da ocupação é bastante próximo ao do grupo citado, em termos de renda e que suas características e representações por vezes se assemelham. A presença maciça de desempregados ou de trabalhadores (na sua maioria, subalternizados) do

circuito inferior da economia urbana é sem dúvida a condição geral (predominante) na ocupação Quilombo das Guerreiras. E é exatamente esta condição que produz as maiores dificuldades para a divisão espaço-temporal do trabalho e da política na ocupação.

Nas reuniões para a divisão diária do trabalho na ocupação o movimento normalmente se depara com uma dupla condição de desânimo e ansiedade. A ansiedade pela procura por emprego entre os moradores ocorria em horários e ritmos bastante distintos e sem padrão definido, direcionados pelo próprio caráter habitualmente incerto e irregular dos setores mais pobres do circuito inferior da economia urbana e as distintas territorialidades produzidas neste. Esta condição muitas vezes impossibilita as decisões coletivas e a divisão do trabalho na ocupação. O desânimo, por sua vez, vinha daqueles que permaneciam por grande parte do dia na ocupação, resignados pelo longo período na condição de desempregados e, muitas vezes, também desanimados pela idade avançada que dificulta uma nova inserção no mercado de trabalho. A localização da ocupação na área central da cidade certamente facilita a geração de renda dos moradores devido à proximidade a um espaço de muita oferta de trabalho se comparado com o restante da cidade, mas isso não significa garantia de emprego estável.

Há, também, outro motivo para afirmarmos não ser possível explicar as questões que envolvem o processo de divisão espaço-temporal da ocupação apenas pela particularidade de um ou outro grupo social. Este motivo reside em outra dimensão conflituosa e extremamente necessária para entendermos tal processo: a divisão sexual do trabalho na ocupação. Deve ser considerada porque a divisão do trabalho da ocupação é diretamente influenciada pelas questões que a envolvem. Destacadamente, pela dificuldade apresentada por alguns moradores, na sua maioria do sexo masculino, de superarem uma pré-concepção machista e rígida em relação a quais espaços e trabalhos caberiam as mulheres e quais caberiam aos homens.

Determinados moradores do sexo masculino apresentavam uma resistência, por vezes explícitas, por vezes menos claras, à execução de tarefas referentes a atividades domésticas, destacadamente as concernentes a

cozinha e a limpeza. Por sua vez, as atividades envolvendo a segurança da ocupação e a “resistência” num sentido mais estrito, referido a dimensão mais superficial e direta do conflito, costumam ser mais aceitas por estes mesmos moradores. Esses e outros exemplos oriundos de uma concepção machista criam dificuldades para a divisão do trabalho no interior da ocupação. Mas, talvez, o que seja mais interessante mencionarmos aqui é a maneira como o caráter politicamente contestador criado pelas mulheres (vale destacar também por alguns poucos moradores homossexuais) no movimento tende a confrontar e superar, em grande parte, este tipo de concepção a partir do conflito.

De maneira geral, podemos afirmar que a territorialização da ocupação Quilombo das Guerreiras é pautada por uma série de princípios estabelecidos pelo seu regimento interno. Os objetivos principais deste regimento residem na participação coletiva dos moradores que constroem o espaço do prédio e na defesa do território utilizado. Seus princípios indicam que tais objetivos devam ser praticados mediante rodízio entre os moradores na divisão do trabalho proposto. Em relação ao aspecto mais geral destes objetivos, quatro princípios aparecem com destaque nesse regimento:

1º Um membro de cada família deverá estar na ocupação diariamente (maior de idade).

3º Caso a família tenha cinco faltas consecutivas terá que se retratar ao coletivo e tentar reparar.

5º O coletivo organizará reuniões, assembléias e discussões.

Diferentes preocupações, manifestadas com alguma frequência por moradores em reuniões do movimento, também aparecem de maneira clara no regimento elaborado. É o caso dos princípios que incentivam o respeito às certas normas internas de comportamento e uma disciplina de resistência cotidiana como fontes importantes de defesa do espaço ocupado. No princípio nove, por exemplo, é definido como “proibido o uso de bebidas alcoólicas e demais drogas na ocupação”, enquanto no doze aparece de maneira direta e sucinta a afirmação “Não será permitida a entrada de estranhos ao coletivo”.

Os princípios não definem práticas sempre norteadas fielmente pelo sentido enunciado, cabendo uma pequena flexibilização destes na prática cotidiana do movimento. Com tal afirmação não pretendemos aqui negar a importância, para o movimento, representada por este sentido. No entanto, cabe ressaltar que não são poucas as dificuldades para a efetivação destes princípios, ainda que na grande maioria das vezes eles sejam respeitados. A restrição ao consumo de bebidas alcoólicas dentro da ocupação, por exemplo, apenas parece ser desobedecida em situações excepcionais, como em comemorações, e ainda assim esporadicamente e sem exageros. Entretanto, à presença de moradores já alcoolizados previamente no prédio pouco cabe de proibição pautada no princípio nove e fazê-lo certamente representaria uma arbitrariedade que pouco consideraria em termos de respeito à individualidade. Vale ressaltar, porém, que poucas brigas e ausências em reuniões envolveram moradores alcoolizados.

A proibição a estranhos ao coletivo, representada pelo princípio doze, possui uma importância para a resistência mais imediata do movimento. O revezamento de moradores para controlar a entrada principal do prédio ocupado é quase sempre realizado de maneira organizada e pontual, mas é importante afirmar que outras posições para entrar no prédio não são rigidamente vigiadas. Este controle do espaço é, sobretudo, simbólico (mas também concreto), pois representa que o prédio está ocupado e em uso, características que sua forma ainda bastante degradada e em estado ruim de conservação não sugerem.

Enquanto paisagem urbana, destacadamente, o prédio pouco parece representar em termos de uso de um movimento popular para a maioria das pessoas que passa próxima ao local e o observa rapidamente. O revezamento no controle da entrada durante os diferentes horários do dia são importantes como contraposições a idéia de “abandono” do espaço. Chamado de “resistência” pelo movimento, este controle da entrada simboliza também a possibilidade de uma contraposição aos guardas da Companhia Docas do Rio de Janeiro que freqüentemente circulam nas proximidades do prédio.

Mas há princípios e práticas que sugerem mais nitidamente o que consideramos a mais importante característica do uso do espaço pelo movimento popular: *o projeto do movimento prioriza uma apropriação do espaço norteada destacadamente pelo sentido político e cultural da ação coletiva*. Aqui, portanto, nos deparamos com o aspecto fundamental que caracteriza a territorialização produzida e criada pelo movimento. Deve ficar explícito que o objetivo das famílias que compõem o movimento não é “vender ou alugar apartamentos” (princípio sete) ou, de maneira mais ampla, também não é utilizar o espaço como “estabelecimento comercial, industrial ou de igreja”, assim como define o princípio oito definido pelo movimento. O sentido da ação do movimento é primordialmente produzir e resignificar o espaço e a si mesmo, animando coletivamente este espaço com trabalho e política, e simultaneamente buscando resgatar a dignidade das famílias que o compõem.

Oficinas de trabalho e reuniões diárias: o movimento produz política e cultura.

Desde o início do ano de 2007, o movimento destina parte de seu cotidiano para a realização de atividades que busquem promover, simultaneamente, um processo de aprendizado coletivo e geração de renda para seus componentes. Essas atividades, organizadas como “oficinas de trabalho” (como o próprio movimento às chamam), são produzidas através do trabalho coletivo, normalmente incentivadas e auxiliadas por grupos políticos de apoio ao movimento, os chamados “apoiadores” do movimento. Em reuniões, habitualmente sobram idéias interessantes pensadas pelo movimento para o desenvolvimento destas oficinas. No entanto, a baixa renda dos seus componentes e a ausência de uma fonte regular e sólida de financiamento acabam por interromper uma seqüência necessária para o desenvolvimento esperado dessas oficinas de trabalho.

O projeto do movimento incluía em seu início seis oficinas de trabalho, cada uma com sua particularidade, algumas inclusive sem uma finalidade de geração imediata de renda. Há, porém, como características comuns a todas

elas o escasso acesso a bens materiais e o desenvolvimento de trabalho artesanal (ou muito próximo deste). Realizadas a partir de trabalho com baixíssima incorporação de tecnologia, estas atividades muitas vezes tinham apenas na habilidade manual de alguns componentes do movimento sua possibilidade de êxito, a qual por vezes não foi suficiente. Basicamente, podemos afirmar que estas seis oficinas são realizadas na ocupação Quilombo das Guerreiras, ainda que a maioria sem uma seqüência regular de funcionamento. São estas:

- Oficina de estampa de camisas.
- Oficina de produção de sandálias.
- Oficina de atividades elétricas.
- Oficina de máscaras de gesso.
- Oficina de trabalho psicomotor com as crianças da ocupação.
- Oficina de teatro.

A maior parte dessas oficinas não produz alguma geração importante de renda para a ocupação, e seu valor em curto e médio prazo acaba sendo muito mais cultural e político para a sociabilidade do movimento do que propriamente econômico. O investimento inicial necessário para o funcionamento das oficinas, quando é conseguido, costuma partir de valores bastante baixos doados por grupos de apoio, diretórios centrais acadêmicos e sindicatos. Estes dois últimos costumam usar politicamente as ocupações como plataformas de campanha para suas eleições internas, sem apoiar efetivamente esses movimentos populares, a não ser através de doações mínimas, caracterizando uma relação bastante desigual e oportunista de troca.

Partindo do incentivo isolado de militantes de grupos de apoio, algumas oficinas acabam crescendo, ainda que com dificuldade. Foi o caso da oficina de máscaras de gesso que começou com a iniciativa de um apoiador em ensinar a técnica da produção destas máscaras e encontrou em um grupo razoável de

componentes do movimento a vontade de aprender. O produto final dessa específica oficina acabou sendo vendido por alguns moradores durante o período de festas na cidade do Rio de Janeiro referente ao carnaval. A oficina de sandália, por sua vez, teve como incentivo uma pequena doação em dinheiro do Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (DCE/PUC-Rio). Seu primeiro mês de funcionamento gerou a produção de uma quantidade pequena de sandálias e sua posterior venda em locais fora dos limites espaciais da ocupação. Neste caso, porém, a ausência de uma seqüência mensal de financiamento e apoio por parte deste DCE, que inclusive chegou a sinalizá-los em distintas ocasiões, acabou interrompendo o funcionamento desta oficina.

A oficina de teatro, inicialmente direcionada para um trabalho com adultos, passa a realizar, depois de alguns meses, trabalhos também com crianças. No trabalho com adultos, realizado aos domingos, as encenações norteiam-se, basicamente, por temas referentes à situação cotidiana dos componentes do movimento. Esta situação envolve, sobretudo, representações da vida doméstica dentro da ocupação e manifestações pessoais de questionamento da violência policial e econômica sofrida pela maioria dos trabalhadores pobres que formam o movimento popular. Interessante notarmos que nas poucas experiências de execução de peças, tais encenações e manifestações não tentaram ser retratos ou cópias fiéis (se é que isso é possível!) da realidade vivida pelos moradores, mas questioná-la de maneira lúdica e, em alguns momentos, cômica.



Figura 10. Apresentação de peça de teatro no aniversário de um ano da ocupação Quilombo das Guerreiras na Zona Portuária. Fonte: Leonardo Brasil Bueno, 2007.

Por vezes, porém, as atividades culturais dentro da ocupação sugeriam, além de contestação política, também uma simples vontade de fugir momentaneamente da brutalidade do cotidiano de trabalho dos moradores. Dentre essas atividades, uma sessão noturna de filmes, promovida por apoiadores, para serem assistidos pelos moradores expressou de maneira curiosa esta contradição. Nesta sessão, na qual aos moradores fora exibido “À margem do concreto”, documentário que analisa a realidade das ocupações e o cotidiano dos movimentos sem-teto na cidade de São Paulo, a maioria dos moradores presentes praticamente não deu atenção à obra, alguns inclusive sugerindo em voz alta: “põe um filme de ação!”, outros “coloca na novela!” e um ainda “coloca um pornô!”. Certamente aqui cabe a constatação de que a questão da necessidade, apesar de central, não deve eliminar o reconhecimento das carências e da individualidade quando pensamos também em movimentos populares.

Possuímos poucos elementos aqui, nesta pesquisa, para realizar qualquer análise mais aprofundada do trabalho teatral com as crianças porque nos baseamos especificamente na apresentação de uma peça realizada em comemoração do aniversário de um ano de ocupação do prédio e em algumas

poucas entrevistas com moradores. Além disso, trata-se de um trabalho recente e ainda em seu início. No entanto, achamos possível afirmar que as oficinas de teatro direcionadas às crianças parecem buscar construir, através de um imaginário infantil rico em fantasias, representações da importância do trabalho coletivo e da convivência com a diferença.

Em reuniões realizadas na ocupação, as dúvidas mais frequentes referem-se ao Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro e a como este poderia legitimar a ação do movimento, além é claro das referentes a situações mais imediatas envolvendo a difícil habitação no prédio. Na discussão desses temas parece prevalecer um posicionamento de que o Plano Diretor enquanto instrumento de democratização efetiva do acesso à cidade vire apenas uma abstração que pouco ou nada garantirá concretamente aos mais pobres, caso estes não se organizem para pressionar diretamente o Estado.

Outras questões discutidas com alguma frequência nas reuniões referem-se ao significado da opção pelo socialismo enquanto oposição ao capitalismo dominante. Ainda que normalmente contribuam para uma interpretação maniqueísta da realidade, essas discussões servem como base de motivação e incentivo à politização do movimento. Foi o caso, por exemplo, do debate presente em uma reunião feita no dia trinta e um do mês de Maio, no ano de 2007. Nesta, uma liderança do movimento propôs uma dinâmica iniciada com uma breve explanação dos motivos pelos quais o capitalismo representaria o inferno, pois favorece a “exploração feita pelos mais ricos”, enquanto o socialismo representaria o céu, pois representaria a preocupação com as “necessidades do povo”. Posteriormente, esta mesma liderança ofereceu ao movimento pedaços de folha de papel e uma caixa para que eles escrevessem o que consideravam o “inferno” e o que consideravam o “céu” na ocupação Quilombo das Guerreiras. Pela dificuldade em escrever de alguns componentes do movimento, a dinâmica acabou com uma roda de mão dadas, aonde cada um dos presentes expressava sua opinião em voz alta. Algumas das opiniões foram:

“Pra mim, o céu é a ocupação mesmo, porque senão teria que dormir na rua. Eu gosto daqui. O inferno aqui pra mim não tem”.

” Pra mim, o céu é a nosso movimento lutar pelo que é direito, pra ter onde morar, o que comer. É isso que a gente tá conseguindo fazer hoje, reunir e discutir o que a gente quer. O inferno é que tem gente que não participa, não ajuda aqui no prédio”.

“ Eu acho que o céu é a ocupação, ter onde morar. O inferno é que tem gente que não respeita os outro aqui, não ajuda na cozinha”.

“ O inferno aqui é que tem muita falsidade e falta de cooperação aqui. O céu vai ser se a gente acabar com essas coisas de uma vez aqui”

As opiniões expressas pelos moradores revelam simultaneamente a diversidade de opiniões e experiências no movimento e a identidade social entre aqueles que encontraram na ação do movimento uma possibilidade de fugir da condição próxima ou imediata de morador de rua. O êxito de tal dinâmica em promover o debate, o diálogo, está sem dúvida condicionada ao apelo as fortes referências religiosas presentes na experiência de vida dos mais pobres, mas vai além delas quando passa a tencionar questões eminentemente políticas e econômicas a partir de um olhar crítico do cotidiano.

A dificuldade maior do movimento, no entanto, parece ser conseguir questionar de maneira articulada os problemas referentes não somente as questões materiais mais imediatas e de sua sociabilidade no prédio, mas destes com uma contestação às esferas mais distantes do poder. Em outras palavras, dificuldade de tornar inteligível para todo o movimento popular a relação entre aquilo que Lefebvre(2001, p. 46) chamou de a “ordem próxima (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a ordem distante, a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma ‘cultura’ e por conjuntos significantes”.

3.4 Direito à Cidade e Identidade social dos “sem-teto”.

Referências comuns destinadas às ocupações urbanas organizadas, os termos “*sem-teto*” e “*movimento de moradia*” podem, no entanto, induzir um olhar impreciso e, por vezes, falsamente homogeneizador. A territorialização em espaços fisicamente degradados na Zona Portuária, realizada pela ocupação Quilombo das Guerreiras, começa a partir da identidade coletiva de “sem-teto” e da “união por moradia”³⁷. Porém, a tão comum associação direta entre “moradores de rua” e “sem-teto” é insuficiente para seu entendimento. O movimento forma sua identidade coletiva a partir de uma noção mais abrangente do que aquela permitida pelo termo “*sem-teto*”, já que a condição de morador de rua representa a experiência de apenas uma parte do grupo mobilizado:

“A gente considera sem-teto quem mora em condições insalubres, quem mora de favor e está para ser despejado, quem mora na rua e quem só consegue pagar o aluguel quando não come”(moradora entrevistada 2).

O movimento e os sentidos do lugar construídos a partir da formação da ocupação somente podem ser reconhecidos através da consideração de que sua territorialização expressa um sentido de resistência construído através de uma criação coletiva do espaço social. O movimento transforma em obra coletiva as reminiscências aparentemente sem rosto de um espaço desocupado e sem função clara até então; transforma em direito, realmente vivido, o que se perde no vácuo abstrato das formas jurídicas da cidade.

Entender o lugar e a territorialização como resistência remete-nos a projetos que reivindicam o próprio direito à cidade, o acesso à cultura e à política condensados no urbano e na cidade e condicionados por estes. Faz-se necessário um enfoque da ocupação Quilombo das Guerreiras que privilegie o

³⁷ Expressão utilizada por moradora, registrada no site www.tj.rj.gov.br. Na fala inteira – “o nosso grupo nasceu da união pela moradia. Muitos moram na rua ou são trabalhadores informais no Centro da cidade e não têm dinheiro para pagar passagem até onde moram os parentes”.

lugar como concretude, conflito e possibilidade, contemplando, assim, os sentidos mais amplos da resistência urbana organizada:

A resistência sustenta-se e reivindica a liberdade para o seu exercício de criação e recriação, ainda que apareça, na forma simplista e imediata, de uma recusa. Apóia-se não em um lugar imaginário (ainda que o imagine), não em uma situação ideal, mas assenta-se na circunstância a qual combate, apóia-se na própria realidade (Sampaio, 2006, p.123).

Nossas análises permitiram reconhecer que a ação do movimento que culminou na ocupação Quilombo das Guerreiras não se restringe a uma luta por moradia; mas, sim, envolve a reivindicação pelo direito à cidade e à vida urbana, ao acesso e uso, material e simbólico, do espaço da cidade. Trata-se, desta maneira, de um movimento que reivindica tanto o direito à moradia quanto à proximidade a locais de trabalho e, também, “aos locais de encontro, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais” (Lefebvre, 2001, p. 143). A resposta dada por um morador da ocupação ao questionamento de um conhecido vereador, que insistia em afirmar que o movimento deveria focar a sua atenção apenas na obtenção de alguma moradia, em qualquer que fosse o lugar, foi efetivamente emblemática neste sentido:

“Senhor vereador, a gente tem que conseguir moradia, mas também tem que ter uma escola perto para poder buscar o filho, um lugar perto para tentar trabalhar, um lugar para lazer sem ter que gastar muito...” (morador entrevistado 12).

A literatura recente e discursos de militantes dos movimentos sociais urbanos apontam uma necessidade da luta pela moradia estar inserida numa reivindicação pelo direito à cidade e à vida urbana. Harvey (1986) nos ajuda a refletir essa questão ao referir-se ao “*local de viver*” dos trabalhadores. O local de viver caracteriza-se, segundo o autor, pela luta “*sobre as condições de existência no local de residência e conveniência contra formas secundárias de exploração e apropriação, representadas pelo capital mercantil, propriedade*

fundiária, etc“ (Harvey, 1986, p.8). Porém, o fundamental é o reconhecimento de que a *“dicotomia entre o viver e o trabalhar é, ela própria, uma divisão artificial imposta pelo sistema capitalista “* (Harvey, 1986: 8) .

CONCLUSÃO

Procuramos como ponto de sustentação para a nossa pesquisa uma bibliografia pautada em análises que abordam o contexto da ação dos recentes movimentos populares na América Latina e, destacadamente, da luta dos movimentos de moradia nas principais metrópoles do Brasil. Tal opção se justificou porque inserimos, desta maneira, nosso estudo de caso em um contexto mais amplo referente ao atual período do capitalismo globalizado, sem, no entanto, perder de vista as singularidades do processo estudado. Por entendermos que o urbano e a cidade neste contexto caracterizam-se não somente pelas novas e velhas formas de exclusão social e inclusão precária, mas também por resistência e lutas sociais pelo espaço, optamos aqui por uma análise dialética que aborde as contradições históricas do processo analisado.

Priorizando a análise dos processos de formação e territorialização do movimento popular identificado como ocupação Quilombo das Guerreiras, buscamos responder a questão norteadora desta pesquisa de dissertação: “Quais são os motivos que justificam a territorialização de movimentos populares na área central da cidade do Rio de Janeiro?”. O movimento que existe há mais de três anos se organiza para discutir o sentido de sua ação e praticá-la na forma de ocupação de prédios há muitos anos abandonados, consegue apenas na terceira tentativa o seu principal objetivo: a territorialização na área central da cidade (no caso, mais especificamente a Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro). Formado na sua maioria por trabalhadores do circuito inferior da economia urbana e desempregados oriundos da Baixada Fluminense e da parte periférica da área central da cidade - destacadamente Gamboa, Santo Cristo e Saúde – o movimento percorre uma

trajetória repleta de coerção exercida por grupos armados e representações criminalizadoras produzidas pela grande mídia.

Apesar de ser considerada como parte importante para a explicação da questão norteadora mencionada, a localização da ocupação na área central da cidade enquanto estratégia de inserção em postos de trabalho devido à proximidade de uma oferta mais ampla destes não representa uma resposta plenamente satisfatória. Propusemos aqui um enfoque mais amplo da forma e sentido da resistência do movimento popular, partindo de sua formação até sua territorialização na Zona Portuária da cidade como fundamental para contemplarmos a questão. Para tanto, entendemos que a interpretação destes processos de formação e de territorialização deveria ser acompanhada por análises dos sentidos do lugar evocados e pela perspectiva do direito à cidade a partir da singularidade da ação do movimento.

Os sentidos do lugar contidos na ação do movimento até sua fixação na Zona Portuária permitem afirmar a dimensão de reapropriação presente no processo de territorialização. Isso ocorre porque o lugar representa para o movimento o sentido das históricas lutas dos trabalhadores negros e pobres contra a inserção precária a que a cidade os destina, referindo-se à produção de uma cultura negra de resistência e de identidade que tem continuidade sob nova forma e sentido. Outras identidades, porém, compõem o movimento, destacadamente as referentes à luta das mulheres e homossexuais contra o preconceito e a desigualdade de condições que caracterizam parte de experiência social desses grupos. Entendermos ser, finalmente, a identidade social do “sem-teto” a que transpassa essas outras identidades em construção no movimento popular, sem, porém, eliminá-las.

A referência à identidade de sem-teto parece ser a grande aglutinadora do movimento porque contém uma série de situações anteriores que tem em comum a possibilidade iminente do não acesso a moradia digna, de não possuir condições para pagar o aluguel ou de não ter renda suficiente para gerar o acesso a esta moradia digna. Através de nossa pesquisa pudemos identificar que a condição efetiva de morador de rua compreende apenas parte dessa condição de sem-teto. Para este movimento sem-teto, a condição da

moradia digna torna-se a base e o ponto de partida para uma apropriação do espaço da cidade, para a produção coletiva de política e cultura pelo movimento e para o acesso pleno a vida urbana possibilitada pela localização na área central da cidade. Ponto de partida e base, portanto, para uma reivindicação plena de direito à cidade, a sua apropriação que a resgata enquanto obra, não somente produto. Torna-se aqui relevante a referência à interpretação histórica, bem sintetizada por Lefebvre³⁸ (2001,p. 47), na qual a cidade é entendida como

obra, a ser associada mais com obra de arte do que com simples produto material. Se há uma produção da cidade, e a das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos..., houve na história uma produção de cidade assim como houve produção de conhecimentos, de cultura, de obras de arte e de civilização, assim como houve, bem entendido, produção de bens materiais e de objetos prático- sensíveis

Considerando as condições materialmente precárias que marcam sua experiência do espaço ocupado na Zona Portuária da cidade- a ausência de abastecimento de água e de eletricidade, principalmente-, entendemos que a territorialização do movimento popular necessita de uma análise que inclua as múltiplas dimensões e objetivos contidos na sua forma e ação. Essas condições materialmente precárias certamente influenciam de maneira dura e perversa a permanência do movimento. Mas, como afirmamos anteriormente, isso não torna menos relevante (aliás, talvez até torne mais relevante), a constatação de que o sentido da ação do movimento é primordialmente produzir e resignificar o espaço e a si mesmo, animando coletivamente este espaço com trabalho e política, e simultaneamente buscando resgatar a dignidade das famílias que o compõem. Sua territorialização e resistência,

³⁸ Importante lembrarmos que quando o filósofo Henri Lefebvre elabora tal análise, em sua obra “O Direito à Cidade”, está focando sua crítica destacadamente nas correntes de pensamento continuistas, evolucionistas e organicistas que tendiam até aquele momento a representar a cidade e o urbano a partir de referenciais da cidade antiga e que no urbanismo privilegiavam uma representação funcionalista e, por vezes tecnicista, do espaço.

portanto, objetivam a proposição de uma inclusão ativa e plena em suas dimensões político-cultural e econômica.

Tratamos aqui, portanto, de um sentido de resistência que se realiza através da criação e produção coletivas à sua maneira, tentando transformar em obra as formas remanescentes e aparentemente sem rosto do espaço construído, e em direito o que se perde no vácuo abstrato das formas jurídicas da cidade. Este sentido de resistência não se representa por um sistema fechado e espacialmente “auto-segregador” – encontrado, por exemplo, em condomínios fechados das elites cariocas ou nas cooperativas de terceirização/precarização do trabalho da cidade. Tal sentido nos remete as lógicas territorializadas de defesa do espaço, mas também expressa as tentativas de coletivização do trabalho e da convivência politizada com a diferença como campos fecundos de projetos para o urbano e à cidade. Propomos, desta maneira, a hipótese de que a resistência territorializada protagonizada pela ocupação Quilombo das Guerreiras representa não somente uma reação à exclusão ao direito à moradia, mas significa também um processo de criação político-cultural e de luta coletiva por uma apropriação plena do espaço da cidade.



Figura 11. Criança moradora da ocupação observa a cidade de dentro do prédio. Fonte: Leonardo Brasil Bueno, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. de A. (1987). A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPLANRIO.

ALVES, G. (2004). *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo, Boitempo.

BENCHIMOL, J. (1990) Pereira Passos: um Haussman tropical . Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes.

BERGER & BERGER (1975). O que é uma instituição social? In : FORACCHI, M. M., MARTINS, J.S. (Orgs.). Sociologia e sociedade. Rio de Janeiro : Livros Técnicos e Científicos, 1977. p. 193-9

BOURDIEU, P (1982). *Le Metier de Sociologue*. Paris:Mouton

CAMPOS, A (2005). *Do quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro*.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARVALHO & LANIADO (1993). *A Sociedade dos Fatos Consumados: Ação Direta, Movimentos Sociais e Cidadania*. . In: *Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem*. Editora Notrya, RJ.

CHOMSKY, N. (2004). *O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

FERNANDES, L.(2006) Política Urbana e Produção do Espaço em Favelas do Rio de Janeiro: a busca pelo direito à cidade.2006.344f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GATTI , B. (2005). Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas. Brasília: Líber livro editora.

GRAMSCI, A (1991). Concepção Dialética da História (trad. Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

HECK, M.(Org.) Grandes Metrôpolis de América Latina. São Paulo: Fundação da América Latina: Fondo de Cultura Econômica.

HAESBAERT, R.(2000). Desterritorialização:entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: Geografia: conceitos e temas. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

HAESBAERT, R.(2004). O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

HARVEY, D.(1986). O trabalho, o capital e o conflito das classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, Cortez Editora.

_____ (1989). *Condição pós- moderna*. São Paulo, Edições Loyola.

_____ (1996). *Justice, Nature and Geography of Difference*. Blackwell Publishers Ltd, Oxford.

HELLER, A (1982). *La Revolucion de la Vida cotidiana*. Barcelona: edições Penínsulas 1982.

_____ (1989). *O Cotidiano e a História*. RJ: Paz e Terra, 1989

_____.(1987) *Sociologia de la Vida Cotidiana* . Barcelona: Edições Penínsulas.

JACOBI, P.R.(1980) Movimentos sociais urbanos no Brasil. In: BIB: Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais. Rio de Janeiro; p. 22-30.

KOSIK,K (1976). Dialética do Concreto. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira

KOWARICK, L(1986) "Movimentos Urbanos no Brasil Contemporâneo: Uma Análise de Literatura". REVISTA BRASILEIRA DE CIENCIAS SOCIAIS, v. 1, n. 3, p. 38-50, 1987.

KURZ, R(1991). O Colapso da Modernização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira

LEFEBVRE, H.(1991) A Vida Cotidiana no Mundo Moderno.SP: editora Àtica, 1991

_____.(2001) O direito à cidade. São Paulo: Centauro.

MARX, K (1998). O Capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____ Contribuição à crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

MARTIN, J.(1997). A Geograficidade dos Movimentos Socioespaciais. In: Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente(SP), nº 19/20.

MASSEY, D.(2000). Um sentido global do lugar. In Arantes, O. (org) *O Espaço da Diferença*.Campinas, Papirus

MINAYO,C. (1992) O Desafio do Conhecimento. Rio de Janeiro/São Paulo:Abrasco/Hucitec.

PORTO-GONÇALVES, C.W. (2006). A Globalização da natureza e a natureza da globalização, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.

PEÑALVA, S (1993). Crisis urbana, Estado y gobiernos locales em América Latina: nuevos núcleos de desarrollo y gestión de la crisis. In: HECK, M.(Org.)

Grandes Metr polis de América Latina. São Paulo: Funda o da América Latina: Fondo de Cultura Econ mica,

PEREIRA, I.B.(2002) A forma o profissional em serviço no cenário do Sistema  nico de Saúde. Tese de Doutorado de Estudos Pós-graduados em Educa o: História, Política e Sociedade. SP:PUC/SP

PÉREZ, P.(1993) La metr polis latinoamericanas: el reto de las necesidades. In:

RIBEIRO, L.C. d e Q.(1997) Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produ o da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, civiliza o brasileira.

SAMPAIO, S (2006). Resistências. In: MARTINS, A.; RAGO, M. (Org.) Revista Aulas.

SANTOS, M. 1994. Técnica espaço tempo - globaliza o e meio técnico-científico informacional. Hucitec, São Paulo.

_____ (1996) *A Natureza do Espaço*. São Paulo, Hucitec.

_____ A Urbaniza o Brasileira. (2000) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

_____ (2002). O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. Edusp, São Paulo.

SILVA, N. (2007). Trajetória dos Movimentos Populares Urbanos: o caso de Recife. FASE/ Recife,

SOUZA, M.L. (1995). O narcotráfico no Rio de Janeiro, sua territorialidade e a dialética entre "ordem" e "desordem". *Cadernos de Geociências*, n.  13. Rio de Janeiro, IBGE, pp. 161-171.

_____ (2008). Fobópole: o medo generalizado e a militariza o da questão urbana. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TORRES RIBEIRO, A.C.(2000). Faces ativas do urbano: mutações em um contexto de imobilismos. In: TORRES RIBEIRO, A.C.(org.). Repensando a Experiência Urbana da América Latina: questões, conceitos e valores. Buenos Aires: CLACSO

_____ (2005). Outros territórios, outros mapas. In: Revista OSAL , N° 16 / Reforma agraria y lucha por la tierra en América Latina - Territorio y movimientos sociales.. Buenos Aires: CLACSO.

_____ (2006). A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. IN: Revista OSAL N ° 21/ Movimientos sociales: Nuevas Realidades, nuevos desafios. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

VAZ L.F & JACQUES, P.B (2002). Evolução da população de favelas da cidade do Rio de Janeiro. PCRJ.

VANZAN, L.(2006). Tramas urbanas de uma cidade ocupada: análise possível de uma experiência com ocupações no Rio de Janeiro. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal Fluminense.

ZIIBECHI (2006). Movimientos sociales: nuevos escenarios y desafios inéditos. IN:Revista Osal, n° 21. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)